



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Andrezza Sisconeto Ferreira Dias

**“TODO DIA ELES FAZEM TUDO SEMPRE IGUAL?” A
CONSTITUIÇÃO DA VIOLÊNCIA NA CONJUGALIDADE**

UBERLÂNDIA

2013

ANDREZZA SISCONETO FERREIRA DIAS

**“TODO DIA ELES FAZEM TUDO SEMPRE IGUAL?” A
CONSTITUIÇÃO DA VIOLÊNCIA NA CONJUGALIDADE**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de concentração: Psicologia da Intersubjetividade

Orientadora: Prof^a. Dra. Anamaria Silva Neves

UBERLÂNDIA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

D541t Dias, Andrezza Sisoneto Ferreira, 1976-
2013 “Todo dia eles fazem tudo sempre igual?” A constituição da
 violência na conjugalidade / Andrezza Sisoneto Ferreira Dias.
 -- 2013.
 196 f.

 Orientador: Anamaria Silva Neves.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
 Inclui bibliografia.

 1. Psicologia - Teses. 2. Violência conjugal - Teses. 3. Violên-
cia doméstica - Teses. 4. Violência familiar - Teses. I. Neves, Ana-
maria Silva. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9

Andrezza Siskoneto Ferreira Dias

“TODO DIA ELES FAZEM TUDO SEMPRE IGUAL?” A CONSTITUIÇÃO DA
VIOLÊNCIA NA CONJUGALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada –
Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia da Intersubjetividade

Orientadora: Prof^ª. Dra. Anamaria Silva Neves.

Banca Examinadora

Uberlândia, 28 de março de 2013.

Prof. Dra. Anamaria Silva Neves - Orientadora (UFU)

Prof. Dra. Isabel Cristina Gomes - Examinadora (USP-SP)

Prof. Dr. Luiz Carlos Avelino da Silva - Examinador (UFU)

Prof. Dr. Lazslo Antônio Ávila - Membro Suplente (FAMERP)

Aos casais participantes desta pesquisa e a todos os casais que vivenciam e sofrem a violência conjugal.

AGRADECIMENTOS

Ao fim dessa trajetória, olho para trás e percebo o quanto a vida tem sido generosa comigo. Sinto enorme gratidão pela vida e por tudo que vivenciei até aqui. Assim, agradeço inicialmente a Deus pela vida, pela inspiração e por tudo que me provê.

Aos meus amores, Bruno e Manuella, meu porto seguro. Bruno, meu companheiro, meu amor, obrigada por dividir a vida comigo e por tudo que vivemos. A Manuella, que me ensinou a ser mãe e me fez uma pessoa melhor.

A minha mãe Áurea, pelo amor, pelo apoio de sempre e por cuidar tão bem de minha filha em minhas ausências. Ao meu pai, Aloysio, (in memórian) por me ensinar a perseverança e a lutar pelo que quero. Amo vocês.

À Profa. Dra. Anamaria Silva Neves, orientadora desta dissertação, pelas trocas e contribuições, pelas inquietações provocadas, pelo carinho e por compartilharmos um pouco de nossas vidas.

A ONG SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, pelo carinho e acolhimento. A todos os voluntários e profissionais que se empenham na causa da violência conjugal. Em especial à Cláudia Guerra, Marina Drumond, Rosa Neide, Flávia Partata e Vanessa Janaína. Vocês são muito especiais.

Aos professores Joyce Marly Gonçalves Freire e Luís Carlos Avelino da Silva, pelas contribuições na qualificação.

Agradeço ainda, a meu irmão Aloysio Filho, por se fazer presente sempre que precisei. Obrigada por tudo e pelos sobrinhos adoráveis que me deu.

À tia Lola, por sempre me apoiar.

A minha sogra Teresa Cristina, pelo apoio e generosidade.

Aos amigos queridos, Fabíola Gomes, Chris Corrêa, Marcinha, Fernando Maluf,

por acompanharem um pouco dessa trajetória, oferecendo escuta e acolhimento quando precisei. A Cris Oliveira, exemplo de força. A Raquel Cardoso, por estarmos sempre em sintonia, mesmo nos vendo pouco. Vocês são tudo de bom.

Aos amigos Livia Chumbinho e Juliano, pela acolhida inicial na cidade de Uberlândia.

À amiga Anna Theresa pela força e por me ajudar com questões do computador.

Ao amigo Nilson Vieira, pelos anos de amizade e pela revisão cuidadosa de Português.

Ao aluno Ederglenn Vieira Nobre, pela colaboração na transcrição das entrevistas.

Às secretárias do departamento, Marineide, por sempre estar disponível, Alice, pelo afeto e carinho.

A CAPES, pela bolsa de estudo.

A todos os amigos e familiares, que torcem por mim e são fundamentais na minha vida.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
1-CONJUGALIDADES POSSÍVEIS.....	19
1.1 “Quem inventou o amor?”	25
1.2 Lugares do feminino e do masculino na conjugalidade e na vida pública.....	30
1.3 Novos lugares do feminino e do masculino.....	36
2- A CONJUGALIDADE, A ESCOLHA AMOROSA E A PSICANÁLISE.....	41
2.1 Amor?.....	50
2.2 Psicanálise Vincular ou Psicanálise das configurações vinculares.....	57
3 – AFINAL, DE QUE VIOLÊNCIA FALAMOS?.....	66
3.1 Os diversos termos utilizados para violência no contexto familiar.....	70
3.2 Violência de gênero.....	72
3.3 Violência conjugal.....	76
4 – O MÉTODO: PERCORRENDO UM CAMINHO	82
4.1 A Proposta teórica.....	82
4.2 A Pesquisa e a escuta itinerante.....	85
5 – OS CASAIS E SUAS HISTÓRIAS.....	88
5.1- Helena e João: A paixão idealizada.....	88
5.2- Maria e Pedro: Violência e resiliência.....	110
5.3- Laura e Roberto: Mudança e desilusão.....	141
6-AINDA SOBRE A CONJUGALIDADE.....	169
7- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181

8- REFERÊNCIAS.....	186
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.	194
ANEXO B – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP	196

Amor e ódio

Autoria: Rosa Pinho

Dentro de mim, lado a lado,
habitam opostos sentimentos,
convivendo, assim irmanados,
em eterno revezamento.
Um dia, te amo além da conta.
No outro, te odeio de tal monta
que desejo nunca ter te conhecido,
nunca ter em tua boca bebido,
nunca ter visto, em teus olhos refletidos,
os meus, em súplice adoração.
Amo sua inteligência; odeio sua indecisão.
Amo seu sorriso, seu olhar;
odeio seu silêncio, seu medo de se entregar.
Amo seu jeito de menino bonzinho;
odeio suas evasivas, suas desculpas,
sua relutância em trilhar esse caminho.
Amo você! Odeio te amar!
À vezes, quero fugir
de você, de mim mesma,
desse amor certo e errado.
Mas meu coração traidor
faz o seu próprio destino,
jogando a vontade pro lado.
E segue a vida... E gira o mundo...
E eu aqui, amando e odiando,
prisioneira desse amor profundo,
escrava desse ódio insano.
Mas sei que só te odeio tanto
por causa do muito que te amo!

Resumo

Interessou neste trabalho investigar o vínculo conjugal violento, buscando apreender a dinâmica afetiva do vínculo conjugal, como estes são constituídos e mantidos. Além disso, buscou-se analisar a relação existente entre amor e violência e as estratégias de enfrentamento do casal diante da violência vivenciada. A perspectiva teórica utilizada é a Psicanálise, Psicanálise Vincular e Estudos Psicossociais. A pesquisa baseou-se em uma leitura psicanalítica, por sua vez interpretativa, do vínculo conjugal violento. Sem perder de vista as questões relativas aos Direitos Humanos e ainda a perspectiva dos estudos de gênero, partiu-se do pressuposto de que a violência conjugal é construída no vínculo. Foram entrevistados três casais atendidos em uma ONG que trabalha com atendimentos referentes às queixas de violência intrafamiliar, mais especificamente a violência conjugal. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas. A análise das entrevistas apontou que, para além do estudo de gênero, é importante considerar a dinâmica afetiva do vínculo conjugal. Cada casal apresentou uma dinâmica vincular singular, permeada por questões inconscientes, presentes desde a formação do vínculo. Foi possível observar que ambos os parceiros, homens e mulheres, estão implicados nos desdobramentos do vínculo conjugal violento, que inclui elementos inconscientes, a saber; a formação do vínculo e a escolha do parceiro amoroso, a transgeracionalidade e as repetições decorrentes da herança familiar, o narcisismo e o desamparo, são alguns elementos que compuseram a história de amor-violência desses casais.

Palavras-chave: Violência conjugal, elementos inconscientes, amor-violência.

Abstract

The interest pursued in this work was to investigate the violent marital bond seeking to apprehend the affectional dynamics of the marital bond and how it is constituted and maintained. Apart from that the work analyses the existing relationship between love and violence as well as the couples strategies to face the lived violence. The theoretical perspectives aligned in this work are the Psychoanalysis, the Relational Psychoanalysis and the Psycho-social Studies. The research is based on a psychoanalytical approach, interpretative in its turn, of the violent marital bond. Although regarding the Human Rights issues and the Gender Studies perspectives, this work assumes that marital violence is built within the bond. Three couples were interviewed, all of them users of an NGO's services which works with intrafamily violence, especially marital violence. The interviews were recorded and transcribed. The analysis of such interviews have suggested that apart from the gender perspective, it is important to consider the affectional dynamic in the marital bond. Each couple have presented a particular bond dynamics entrenched by unconscious issues existing since the constitution of the bond. It was observed that the partners, both men and women, were implicated in the development of the violent marital bonds, which includes unconscious elements such as: the constitution of the bond and the love partner choice, the transgenerationality and the repetitions deriving from the family inheritance, the narcissism and the helplessness. These are some of the elements that constituted the love-violence history of these couples.

Key-words: marital violence, unconscious elements, love-violence.

INTRODUÇÃO

Quotidiano

Chico Buarque

Todo dia ela faz tudo sempre igual:
Me sacode às seis horas da manhã,
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã.

Todo dia ela diz que é pr'eu me cuidar
E essas coisas que diz toda mulher.
Diz que está me esperando pr'o jantar
E me beija com a boca de café.

Todo dia eu só penso em poder parar;
Meio-dia eu só penso em dizer não,
Depois penso na vida pra levar
E me calo com a boca de feijão.

Seis da tarde, como era de se esperar,
Ela pega e me espera no portão
Diz que está muito louca pra beijar
E me beija com a boca de paixão.

Toda noite ela diz pr'eu não me afastar;
Meia-noite ela jura eterno amor
E me aperta pr'eu quase sufocar
E me morde com a boca de pavor.

Todo dia ela faz tudo sempre igual:
Me sacode às seis horas da manhã,
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã.

Todo dia ela diz que é pr'eu me cuidar
E essas coisas que diz toda mulher.
Diz que está me esperando pr'o jantar
E me beija com a boca de café.

Todo dia eu só penso em poder parar;
Meio-dia eu só penso em dizer não,
Depois penso na vida pra levar
E me calo com a boca de feijão.

A letra da música “Quotidiano”, escrita e cantada por Chico Buarque, faz parte do repertório de seu quinto LP, “Construção”, lançado em 1971. Como o título do presente trabalho “Todo dia eles fazem tudo sempre igual?” a constituição da violência na conjugalidade faz alusão à letra de Chico, relembra-se aqui a composição. Inspiro-me nesta canção para começar a pensar em sentidos de conjugalidade. A música de Chico convida a pensar as possibilidades de uma relação conjugal.

Pensar sobre casais, a conjugalidade e as composições violentas incitou o presente trabalho a caminhar... O caminho desta pesquisa começou a ser percorrido antes mesmo de minha entrada no mestrado, com inquietações e mobilizações despertadas pela prática profissional.

Lembro-me do primeiro trabalho realizado como psicóloga, logo depois de concluir a graduação, em uma instituição que trabalhava com mulheres em situação de violência conjugal. Embora por curto período, pude, naquela ocasião, atender a algumas mulheres e conhecer de perto suas dores e sofrimentos. A primeira inquietação incidiu em pensar: por que aquelas mulheres continuavam com seus maridos e companheiros, colocando as suas próprias vidas e a de seus filhos em risco? E tentava responder junto delas a tal questão.

Creio que pela inexperiência e insegurança profissional, comum a uma recém-graduada, frustrava-me quando havia o abandono dos atendimentos, ou quando ficava sabendo que algumas delas, depois de já haverem rompido o relacionamento, reatavam o vínculo com seus companheiros violentos e deixavam de frequentar a instituição. Em minha fantasia onipotente, um “bom resultado” de trabalho seria indicado pelo fim do relacionamento, ou pelo desejo do término e pela presença frequente à instituição.

Decorrido um tempo significativo desta primeira experiência, já como psicóloga de um serviço público municipal de saúde, pude acompanhar várias mulheres e alguns

casais que viviam em relações conjugais violentas. Embora não se tratasse de um serviço específico de atendimento para casos de violência, essas mulheres procuravam atendimento psicológico na unidade de saúde, o que para mim já configurava um dado significativo, afinal elas não estavam procurando um serviço especializado e se negavam a um encaminhamento.

Em suas queixas relatavam violência física, psicológica e sexual por seus cônjuges. Algumas já estavam na relação há tantos anos que parecia difícil que o ciclo da violência fosse rompido ou modificado de alguma maneira. Nesta época, já mais amadurecida profissionalmente, outras questões foram surgindo: do que se constituem os vínculos mantidos pela violência? Quais histórias de vida os sustentavam? Por que a repetição destas histórias? De que maneira (como) se desenvolve o vínculo conjugal violento? O que acontecia com os homens que violentavam suas mulheres? Eram ouvidos? Onde, por quem? Quais os desdobramentos da violência na dinâmica familiar? Por que duas pessoas que resolvem ficar juntas constroem uma relação violenta?

Tais questionamentos me levaram ao interesse em aprofundar o tema e partir para o mestrado.

Como já discorrido, o contato com o tema desta pesquisa se desvelava desde as experiências com atendimentos às mulheres e casais em situação de violência.

Como psicóloga de uma unidade de saúde, e tendo desenvolvido trabalho nas áreas clínica e comunitária, pude atender casos clínicos os mais diversos, assim como, participar de grupos comunitários de gestantes, mulheres, famílias, orientação a pais, atendimento de casais, entre outros.

Neste vasto universo, o que ostensivamente me chamava atenção era a questão da violência, especificamente a violência conjugal. Era aquele o assunto que desejava

conhecer, adentrar, percorrer. Não foram poucos os casos atendidos nesta trajetória que descrevo.

Com a entrada no mestrado, tive a oportunidade de me inserir em uma ONG (organização não governamental), que presta serviços na área da violência conjugal, envolvendo não apenas a mulher, mas também o homem e a família. O que se configurava para mim como uma proposta bem interessante, visto que meu objeto de pesquisa é a relação conjugal violenta.

A ONG SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, constituída em 1997, é uma organização não governamental de utilidade pública municipal e federal. Desenvolve um trabalho interprofissional, gratuito e predominantemente voluntário, composto por profissionais das áreas do Direito, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, História, e áreas afins, e trabalha na “atuação e intervenção em casos de violência conjugal e intrafamiliar, seja esta violência física, sexual, patrimonial, psicológica-emocional-moral” - SOS Mulher Família de Uberlândia (SOS 2012). Há atendimentos individuais, ao casal ou em grupos reflexivos. Além disso, a ONG também desenvolve “atividades socioeducativas e preventivas junto à comunidade e orientação a pesquisadores e estagiários” (SOS Mulher Família, 2012).

Comecei a desenvolver o trabalho nesta instituição depois de quatro meses do início do curso de mestrado. Ao procurar o SOS Mulher Família meu objetivo era duplo: um local onde pudesse realizar minha pesquisa, buscando os sujeitos de pesquisa e, concomitantemente, vivenciar o universo institucional, trabalhando, apreendendo sua cultura, equipe, movimentação, ações, filosofia, questionamentos, serviços prestados.

Considerava que minha inserção naquele campo enriqueceria a pesquisa. Na ONG, pude conhecer a rotina institucional, participar de grupos de formação continuada, reuniões de equipe para discussões sobre os problemas enfrentados e

estratégias de resolução, participar de projetos, além de realizar atendimento psicológico com uma clientela específica, que buscava o SOS a fim de obter alguma ajuda com relação a seus relacionamentos conjugais violentos. Todo o trabalho foi realizado voluntariamente.

Pela ONG é oferecido atendimento social, psicológico e jurídico a mulheres e homens em situação de violência conjugal e também em casos de violência intrafamiliar, mas a maior parte do público é realmente feminina. Contudo, casais também são atendidos, e recentemente houve a experiência da realização do grupo de homens autores de violência conjugal, na modalidade de grupo reflexivo, de abordagem multidisciplinar, sendo este grupo um programa em parceria com o Poder Judiciário via CEAPA (Central de Penas Alternativas), de onde os homens eram encaminhados. Grupos de mulheres também já foram realizados, inclusive pude coordenar e participar de um grupo reflexivo de mulheres, na modalidade interdisciplinar.

Em um segundo momento, tive a oportunidade de estender minhas atividades na ONG a outro campo, também inserido na violência conjugal e intrafamiliar. Trata-se de um serviço pioneiro de abordagem multidisciplinar, denominado Patrulha de Atendimento Multiprofissional (PAM). Este é um programa da ONG SOS Ação Mulher Família de Uberlândia em parceria com a Polícia Militar, Prefeitura Municipal e uma Universidade. Visa à mediação de conflitos intrafamiliares que envolvem situações de violência, com grande demanda de violência conjugal.

A consecução do referido Programa se dá através de visitas domiciliares, realizadas por um profissional Psicólogo, ou Assistente Social, geralmente, e um policial militar com objetivos de mediação de conflitos intrafamiliares, orientações, encaminhamentos, e acompanhamento de casos.

O trabalho que foi desenvolvido no SOS Mulher Família, além de ter sido uma oportunidade de enriquecer a pesquisa, foi muito interessante para pensar os serviços e políticas públicas que envolvem esta temática. Considero que ter atuado em uma ONG me concedeu um lugar privilegiado neste sentido.

O trabalho foi realizado semanalmente na referida instituição, e culminou com a escrita de um diário de bordo, que registrou casos atendidos, impressões e sentimentos do que vivenciei.

Na pesquisa psicanalítica, o primeiro e principal participante é o próprio autor. A afirmação é de Iribarry (2003), no texto *O que é pesquisa psicanalítica*. Diante da afirmação do autor, depreende-se que o diário de bordo é diretamente implicado por impressões transferenciais que vão sendo registradas na medida em que o trabalho de campo se desenvolve.

Tocada pelo tema da violência em minha trajetória profissional e diante do contato com os casos que envolvem a violência conjugal, escolho (ou sou escolhida?) tal tema como objeto de estudo no mestrado.

A fim de delimitar o tema de estudo, tem-se como objetivo geral, apreender a dinâmica afetiva do vínculo conjugal violento, buscando entender como estes são constituídos e mantidos. Como objetivos específicos busca-se analisar a relação entre amor e violência e os recursos do casal, as estratégias de enfrentamento diante do fenômeno analisado.

Como recurso interpretativo, buscou-se ainda trazer a arte à questão analisada. O trabalho inicia-se com a música de Chico Buarque e traz também, trechos de outras canções. Comenta-se ainda, sobre um filme brasileiro, “Amor?”, do diretor João Jardim, que analisa a questão amor-violência. Para Frayze-Pereira (2006) o fazer em Psicanálise exige que o analista “dê forma à dor do inarticulado, que por seu próprio modo de ser,

excede toda tentativa de representação” (Frayze-Pereira, 2006, p.24). Neste sentido, a Psicanálise se entrecruza com o fazer artístico, uma vez que, o artista inaugura no mundo algo inédito. O pensar estético supõe um contato entre o não ser artístico e o que é representável (a forma) e o pensar psicanalítico implica uma passagem entre o não dito e o dizível. Assim, a experiência psicanalítica e estética se entrecruzam, e podem ser consideradas, “uma silenciosa abertura ao que não é nós e que em nós se faz dizer” (Frayze-Pereira, 2006, p.24).

Como abertura desta dissertação, a música “Quotidiano” abriu, para mim, a possibilidade de pensar a conjugalidade, por isso, o olhar se dá inicialmente ao campo do conjugal.

1 - CONJUGALIDADES POSSÍVEIS

A música de Chico Buarque apresentada neste trabalho serve como ponto de partida para reflexões iniciais. Ele apresenta um casal marcado pela rotina cotidiana, em um compasso de gestos e atos mecânicos, desde o sorriso pontual ao acordarem até a meia-noite com juras de amor eterno. Um casal que parece estar fixado em um mesmo lugar, onde o novo, a mudança, não acontece. Diferentemente do que vem acontecendo com os casais no momento atual.

Levy (2009) aborda as questões contemporâneas na terapia de casal, pelas quais constantemente se percebe uma incompreensão entre o casal sobre o que esperar de si e do outro. A autora pontua que a conjugalidade foi atingida por uma série de transformações ocorridas ao longo dos anos, entre elas a exigência de igualdade entre os sexos e a necessidade de se manter algum grau de liberdade individual e preservação das diferenças. Tais mudanças trouxeram conflitos e impasses, o que pode ser observado no atendimento de casais.

Ao considerar a conjugalidade, suas possibilidades e os sujeitos do conjugal em um dado contexto histórico-social, econômico e político, não se pode deixar de considerar o impacto das diversas mudanças ocorridas na sociedade, principalmente no que diz respeito à família, à conjugalidade e a sua inter-relação e desdobramentos nesses campos, sendo o de maior interesse nesta pesquisa, a conjugalidade. Esta é objeto fundamental neste estudo. Conjugalidade que apresenta a característica de ser permeada pela violência, mas ainda assim constituída por um vínculo. Por isso, o olhar se dirige ao conjugal, inicialmente.

Pressupõe-se que antes da violência houve uma história, como qualquer história (de amor?) a dois geralmente se inicia, ainda que despreziosa. Capturadas em algum

momento pela expressão de um olhar, por conversas, pelo toque inesperado, pelos corpos que se encontram e que se desejam, por sentimentos que afloram, histórias a dois são construídas, seguem rumos diferentes, mas todas são atravessadas a todo momento pelo contexto social.

Vários autores que estudam a conjugalidade (Gomes e Levy, 2010; Negreiros e Féres-Carneiro, 2004, Magalhães e Féres-Carneiro, 2003, Jablonsky 2005, entre outros) enfatizam mudanças como o aumento do número de divórcios, as modificações nos papéis de gênero, o individualismo, as novas constituições familiares e conjugais (famílias recompostas, monoparentais, homossexuais, casais que optam por não terem filhos) como fatores determinantes, que influenciaram e influenciam as possibilidades de vivência da conjugalidade.

Eiguer (1984) define a conjugalidade na dimensão de um “eu conjugal”, que inter-relaciona conteúdos geracionais, ideais familiares e modelos identificatórios. Magalhães e Féres-Carneiro (2003), na mesma perspectiva, entendem a conjugalidade como “dimensão psíquica compartilhada, que possui uma dinâmica inconsciente com leis e funcionamentos específicos” (p. 02). A este conceito, acrescentam-se neste trabalho as contribuições da Psicanálise Vincular, que expande o campo teórico freudiano, dedicando-se, sobretudo, aos grupos, principalmente à família e ao casal.

Como propõe Piva (2006), o estudo dos vínculos é o que mais interessa nesse campo teórico da Psicanálise. O sujeito, nesta perspectiva, passa a ser considerado sujeito do vínculo, da história, do social, ou seja, é multidimensional, além de ser sujeito do inconsciente. Neste sentido, a definição de conjugalidade neste trabalho será ampliada e outros fatores serão considerados na constituição e dinâmica da conjugalidade, como os fatores inter e trans subjetivos.

Considera-se que novos desafios são colocados à clínica Psicanalítica e ao campo teórico Psicanalítico, que muitas vezes é chamado a se pronunciar quando o assunto é família e casal, como na educação, nas instituições públicas e nas organizações não governamentais (ONGs), em programas sociais e governamentais, entre outros. Tal campo mostra-se um terreno fértil para pensar, refletir, questionar, e dialogar com outras ciências sobre os processos de mudança que aconteceram e vêm acontecendo com as famílias e os casais na atual sociedade.

Neste diálogo constante, aqui trabalhado com a Psicanálise e a Psicanálise Vincular em interface com os estudos psicossociais, pensa-se inicialmente nas possibilidades de vivenciar a conjugalidade (mesmo que atravessada pela violência), na diversidade de outros tipos de relacionamentos encontrados na contemporaneidade, e que acabam por intervir no vínculo conjugal e nas mudanças na conjugalidade.

A própria questão de vincular-se é hoje tomada como um questionamento. Bauman (2004) entende que a decisão de vincular-se, formando ou não uma conjugalidade, parece se constituir em um impasse do momento atual. O autor aponta o conflito vivido atualmente pelos indivíduos entre apertar tais laços ou afrouxá-los, o que envolve a ânsia de homens e mulheres pelo estabelecimento de laços, mas, ao mesmo tempo, a desconfiança relativa à condição de permanecerem juntos, e, assim, enfrentarem os dissabores da vida em comum.

Em Lipovestky (2004) emergem conjecturas semelhantes. O autor afirma que ainda há na contemporaneidade uma valorização ao casamento e aos ideais de fidelidade e relações estáveis na vida amorosa. Tem-se que excesso e moderação convivem lado a lado e, ainda que se observe a efemeridade nos relacionamentos, o amor enquanto aspiração duradoura permanece como ideal para os indivíduos hipermodernos.

Jablonsky (2005), ao aprofundar pesquisas anteriores e buscar entender como os jovens se posicionam sobre o casamento e o que esperam deste se vierem a se casar, descobre que a maioria deles, em todos os anos de pesquisa realizados (1986, 1993, e 2003), pretendiam casar-se em torno de dez anos. Segundo o autor, tais resultados opõem-se à crença de que os jovens desejam apenas novas formas de relacionamento e evitam o casamento tradicional.

Na mesma pesquisa, Jablonsky (2005) encontra também que há “um espírito do individualismo ora reinante” (p.108), pois “os jovens priorizam a realização individual acima dos ditames normalmente exigidos pela vida em família” (p.108). Supõe o autor, que um número maior de conflitos pode advir dessas relações, na medida em que se mantiverem expectativas ligadas à autonomia, liberdade e satisfação individual em detrimento do conjugal e do familiar.

As duas posições antagônicas; de um lado o desejo de intimidade, casamento, vida afetiva estável e de outro a necessidade de autorrealização e valorização da liberdade, apresentadas por Jablonsky (2005) em seu estudo são corroboradas por Vieira e Stengel (2011), ao demonstrarem que há o desejo de segurança e estabilidade nos sujeitos pós-modernos, pois é marcante também a sensação de ameaça e insegurança constantes, mas há também a expectativa da liberdade poder ser vivenciada através da fluidez dos relacionamentos. Tais considerações levam os autores a concluir que amor romântico e amor líquido se fazem presentes na atualidade.

De uma forma ou de outra, seja fluído ou consistente, no sentido de um vínculo de intimidade e permanência, a felicidade é extremamente valorizada e um ideal a ser conquistado e mantido, tanto no campo individual, quanto no conjugal.

Parece ser bem evidente o fato de a cultura prezar pela satisfação imediata, sem que os indivíduos precisem se esforçar. A busca pelo prazer e felicidade constantes é

uma característica dos sujeitos pós-modernos (Fortes 2011). O imperativo do hedonismo está posto, e a ideia do sofrimento, qualquer que seja ele, é intensamente atacada. Nessa perspectiva, quais as razões que os sujeitos encontram para permanecerem vinculados, se não estão felizes ou satisfeitos?

Ser feliz, conforme pontuado por Filho (2009), tornou-se uma obrigação, passando a ser um imperativo do superego, deixando de ser um projeto do id. Não há, na cultura atual, espaço para a vivência do sofrimento, do fracasso, do desânimo. Muito se tem a conquistar, e tudo depende de si mesmo. Assim, não conseguir ser feliz, ou estar bem no trabalho, nas relações interpessoais, é consequência do próprio sujeito, do seu não querer, do esforço aquém do necessário. Tais elementos demonstram claramente o que Fortes (2011) chama de privatização da vida.

Se essa discussão é levada ao campo da conjugalidade, pressupõe-se que muitos conflitos poderão advir, pois existe uma tendência no casal em culpar um ao outro pelos dilemas enfrentados, pela infelicidade e mal-estar do vínculo conjugal. Os casais também querem e se sentem com direito à felicidade, como qualquer sujeito na contemporaneidade.

A busca do homem pelo hedonismo e a felicidade como algo a ser conquistado na cultura atual já fora demonstrado pela Psicanálise no Séc. XX. Freud (1930-1980), em *O Mal-Estar na Civilização*, descreve muito bem que a busca da felicidade é característica do homem, assim como a evitação do sofrimento. Certo mal-estar advém na civilização, uma vez que cada sujeito teria que abrir mão do seu próprio prazer pensando no bem-estar maior do grupo. O processo civilizatório impõe ao homem pesados sacrifícios, e o impasse entre sujeitar-se ou não a tais exigências constitui o grande dilema civilizatório.

Lasch (1979) argumenta sobre a cultura do narcisismo, em que os valores norteadores da sociedade pautam-se no eu individual, constituindo uma sociedade em que cada um se preocupa de maneira acentuada consigo mesmo. É uma cultura que é difundida pelo desapego ao tempo histórico, pela quebra de tradições e até mesmo pela evitação do passado, pois o que importa é o momento presente, de preferência com atenta observação sobre si mesmo. Parece, portanto, que a cultura individualista não é novidade na sociedade ocidental, entretanto não se pode deixar de considerar que é a marca dos dias atuais.

Como já exposto, as pessoas vivenciam um dilema entre viver algo com maior profundidade afetiva ou responder aos apelos sociais de liberdade individual, auto-centramento, prazer imediato. Constituído o vínculo, é muito comum que os casais tenham que lidar com outro componente afetivo-social que é a conciliação entre conjugalidade e individualidade e todas as questões que podem daí advir. Para Féres-Carneiro (1998):

Consideramos que o fascínio e a dificuldade de ser casal residem no fato de esta díade encerrar, ao mesmo tempo, na sua dinâmica, duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, de o casal conter dois sujeitos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções do mundo, duas histórias de vida, dois projetos de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida de casal, uma identidade conjugal. Como ser dois sendo um? Como ser um sendo dois? (p.03).

Parece que tal questão é bastante ampla, pois não se trata apenas do individualismo se referir apenas ao si mesmo enquanto um querer, mas também na ideia de que o processo de formação da subjetividade é, em muitos aspectos, singular. Sendo assim, muitas vezes, as características singulares de cada sujeito, dado o seu processo de subjetivação, chocam-se com o outro, afinal são sujeitos diferentes em muitos sentidos, e a conciliação destas diferenças no dia-a-dia da conjugalidade não se mostra, muitas vezes, uma tarefa fácil.

Féres-Carneiro (1998) demonstra que, na clínica com casais, é muito comum que o terapeuta se depare com um sofrimento conjugal decorrente das ambivalências atuais e da dificuldade dos cônjuges em responder a demandas tão contraditórias; por um lado, a exacerbação de maior autonomia e a satisfação individual, por outro, a necessidade da vivência da conjugalidade, que pressupõe intimidade afetiva, comprometimento e o compartilhamento de projetos em comum. Acrescentam-se ainda as mudanças havidas nas últimas décadas nos papéis de gênero, e nos lugares ocupados por homens e mulheres na dinâmica conjugal e familiar e nas questões da parentalidade.

Conforme exposto, a formação da conjugalidade parece constituir um dilema. Apesar disto, observa-se também, na atualidade, a busca pelo vínculo amoroso. Sendo a felicidade e o apelo ao não sofrimento algo posto na cultural atual, quais as repercussões deste ideal de felicidade para os casais? Nos vínculos conjugais violentos, pode existir também o amor e a felicidade?

Amor, casamento e conjugalidade sempre estiveram associados aos ideais de felicidade? Freud (1930-1980) já respondera que sim, que o amor sempre foi visto pelo homem como possibilidade de felicidade, mas um olhar sobre as diversas concepções do amor e da intimidade na sociedade ocidental permitirá compreender melhor os ideais que permeiam a conjugalidade neste momento.

1.1 – “*Quem inventou o amor?*”

“Quem inventou o amor?
Me explica por favor.
Quem inventou o amor
Me explica por favor
...Enquanto a vida vai e vem.
Você procura achar alguém
Que um dia possa lhe dizer
Quero ficar só com você...” (Renato Russo).

A valorização do amor como vivência singular, desejada e associada à felicidade, e a busca desse outro que ocupa um lugar especial, único e exclusivo, tal como demonstrado na letra, não é algo novo. Parece antes, uma ideia bastante difundida pelo romantismo, assim como, a valorização do amor como um elemento primordial para a escolha amorosa.

No entanto, o amor tal como conhecemos veio sofrendo profundas modificações ao longo do tempo, o que leva a concluir que as representações e ideais que permeiam o amor são diferentes, histórica e culturalmente. Como afirma Chaves (2003):

O amor tem formas diferentes, que são próprias a determinadas épocas, culturas e grupos sociais. A maneira como o indivíduo sente, expressa e vivencia o sentimento de amor está relacionada a um conjunto de ideias, fantasias, imagens e discursos ao qual ele tem acesso, no qual ele é inserido por intermédio da sua família e do (s) grupo (s) social (ais), com o qual ele se identifica ou não (pp.92-93).

Tal colocação aponta para a diversidade das formas de amar que podem ser encontradas nas distintas culturas humanas, mas pelo menos um aspecto parece universal nessa história do amor. Giddens (1992) pontua que a paixão, o amor apaixonado, é de certa forma um fenômeno universal, bastando para isso observar as características de urgência, de se sentir invadido e de encantamento que acompanham o sujeito apaixonado. O autor baseia-se em citação de Malinowsky (1929 como citado em Giddens 1992) que usa o termo amor e paixão como sinônimos, e afirma que “o amor é uma paixão, tanto para o melanésio quanto para o europeu” (p.47). Ou seja, simplesmente paixão é paixão, e em qualquer lugar do mundo assume contornos de significância extrema, de semelhantes reações corporais, de intensidade de sentimentos e erotismo exacerbado. A paixão apresenta assim a característica da universalidade, mas o autor pontua que o amor apaixonado deve ser diferenciado do amor romântico, posto que este apresenta características mais culturais.

Ao situar o amor no tempo histórico, tem-se que tal sentimento não era o principal componente dos casamentos em torno do século XVII até início do século XVIII. Nessa época, encontram-se referências pontuando que a grande maioria dos casamentos realizados baseava-se antes na situação econômica, ou em questões de política e higiene, que no sentimento amoroso (Giddens, 1992). Não era incomum que os pais escolhessem os cônjuges de seus filhos, o que indicava que havia ali um negócio de família, sendo a aliança firmada entre estas famílias algo mais importante do que a felicidade, ou o sentimento que pudesse ou não existir entre os noivos. Para os extratos mais pobres da população o casamento era uma forma de organização no trabalho agrário, e o amor também não era prioridade para a constituição do casamento.

Gradualmente se deu a desvalorização do casamento como um empreendimento econômico. Conforme Ariés (1985), as coisas começaram a mudar no século XVIII. A partir de então a constituição do casamento no Ocidente passou a ser permeada pelo ideal do amor, e a escolha amorosa começou a ser feita com base nesse sentimento.

Depreende-se daí que a ideia de se encontrar a felicidade nessa vivência amorosa começou a ser algo buscado pelos parceiros. Ora, ao casar-se com quem se ama as chances de ser feliz aumentavam significativamente, bem como as expectativas em torno dessa felicidade. Tal ideal foi se consolidando, socialmente falando, e conforme observa Kehl (2007), “os casamentos por amor e sua contrapartida, a busca do amor e da felicidade através do casamento, tornaram-se exigências comuns na segunda metade do Séc. XIX” (p.80).

Associada ao amor e à felicidade surgiu para compor este cenário, a vivência da sexualidade satisfatória. Ariés (1985) pontua que a partir do século XVIII a sociedade aproximou o amor romântico do amor-paixão, e desta forma o erotismo passou a entrar no casamento. Foi, portanto, a partir do amor romântico que o componente sexual

passou a ser essencial, fazendo com que se buscasse a satisfação amorosa e sexual no casamento.

Outros componentes do amor e do erotismo deveriam ainda estar presentes no casamento. Segundo Chaves (2003), era também importante a reciprocidade e a exclusividade. O amor, entendido como possibilidade de vivência de algo muito especial, deveria ser exclusivo, vivido entre dois, que se faziam também especiais por ocuparem lugar privilegiado um para o outro. Entretanto, a autora demonstra que há ainda outra ideia concebida no amor romântico, menos conhecida que as demais, que é a ideia da transgressão. O que parte do movimento do romantismo também questionava, motivada pela valorização da experimentação, eram os valores convencionais postos pela burguesia, principalmente o casamento para a vida toda e a vivência de um único e exclusivo amor.

Segundo Chaves (2003), o que ocorreu no século XIX foi a domesticação do amor, fazendo com que o amor romântico servisse como base do casamento burguês. Novos valores passaram então a vigorar, sendo o principal deles a durabilidade da relação (eternidade). Continuaram sendo importante o amor como critério que pautava a escolha amorosa, a sexualidade prazerosa e satisfatória, a satisfação sentimental, a exclusividade e reciprocidade entre os cônjuges. E, principalmente, haveria de durar.

No que tange à felicidade, “a promessa desse amor era de acesso à felicidade, uma felicidade proveniente da realização da expectativa sentimental e sexual...” (Chaves, 2003, p.105).

Tais componentes do amor, quais sejam: satisfação sexual; felicidade; reciprocidade e exclusividade são ainda, valorizados no momento atual. Há, portanto, uma aproximação daquele modelo de casamento com os ideais vigentes na contemporaneidade. Parece que os sujeitos, na atualidade, esperam também encontrar

todos os elementos descritos acima quando resolvem se casar, ou vivenciar uma relação amorosa. Entretanto, conforme demonstram Magalhães e Féres-Carneiro (2003), na atualidade, as elevadas expectativas e idealizações entre os parceiros acabam por gerar muitas tensões na vida conjugal.

Os sujeitos, na contemporaneidade, podem experienciar desde o “ficar com”, que pode ou não envolver o sexo, até escolher o casamento tradicional, ou a união estável, ou ainda o recasamento, o morar junto sendo homossexual, e ter ou não filhos, ou ainda ficar só (Chaves, 2003). Tais possibilidades acenam que a sociedade ocidental foi reconfigurando seu entendimento do amor, e o que caracteriza a atualidade é a ausência de modelos únicos, fixos, substituídos pela pluralidade de vivência amorosa. Pode-se afirmar que novas configurações convivem com antigas configurações e os sujeitos e os casais vão encontrando seus lugares nesta diversidade de possibilidades.

De forma geral, as possibilidades aqui expostas são comuns aos homens e às mulheres. Ambos vivenciam o culto ao individualismo, à autorrealização, à autossatisfação, em que a busca de prazer e felicidade se tornam um imperativo. O casamento e as relações amorosas, segundo Chaves (2003), são na atualidade um dos campos da vida dos sujeitos, que se inter-relacionam com questões profissionais, projetos pessoais, aspectos sociais, políticos e econômicos. Ressalte-se, no entanto, que a mulher conhece esta realidade há menos tempo que o homem.

A diminuição da desigualdade entre homens e mulheres parece ser uma realidade. No entanto, os lugares ocupados por eles, tanto na sociedade quanto na vida privada, já foram marcados por profundas diferenças, e, no que diz respeito à violência conjugal, tais desigualdades exerceram significativo impacto.

No próximo item, analisar-se-ão os lugares já ocupados por homens e mulheres na vida pública e na intimidade do casamento, e os atuais lugares ocupados por ambos,

buscando compreender qual o impacto dessas mudanças na conjugalidade. Poder-se-ia também analisar a inter-relação na ocupação destes lugares com a violência conjugal, no entanto essa discussão será postergada para o capítulo três, no item referente à violência de gênero.

1.2 – Lugares do feminino e do masculino na conjugalidade e na vida pública

Os lugares ocupados por homens e mulheres, seja na vida pública ou na intimidade do lar, modificaram-se substancialmente nos últimos anos. Como foi visto no item anterior, o amor, a partir do Séc. XIX, passou a ocupar lugar privilegiado na constituição do casamento. A partir de então, diferenças importantes marcaram as posições do masculino e do feminino na tradicional família nuclear burguesa.

Chaves (2003) aponta que homens e mulheres defendiam o amor romântico, mas a importância e significação que davam ao casamento eram diferentes. Para os homens, o casamento se inter-relacionava à sua vida social, já que lhe era possibilitado assumir outros papéis e circular mais livremente na cena social. Para as mulheres, o casamento ocupava lugar central, já que eram educadas para a vida doméstica, sendo a satisfação amorosa e sexual, quando possível, restrita a este lugar.

Considerando a constituição da família tradicional burguesa, Kehl (2008) aponta que para as mulheres “não havia saída”, uma vez que todos os discursos que construíram a feminilidade (senso comum, educação parental, religião, produção filosófica e científica), do final do Séc. XVIII e do Séc. XIX determinavam “o que cada mulher deveria ser para ser verdadeiramente uma mulher” (p.44). Assim, para a autora, uma consequência da formação da família tradicional foi promover o casamento entre a mulher e o lar, e não entre a mulher e o homem.

No entanto, segundo Kehl (2008), para este homem, ainda que tivesse e pudesse ter interesses outros fora da intimidade do lar, e possibilidades de autorrealização e autossatisfação, a família não deixava de ser um lugar importante. No lar ele estava protegido da vida das cidades, que a partir da modernização trouxe mudanças significativas para os sujeitos, como a urbanização, a industrialização, a organização da vida baseada em parâmetros industriais e a separação nítida entre o privado e o público.

Ao ter que se adaptar a todas essas mudanças e às novas exigências sociais de liberdade, autocontrole e autonomia apregoadas pela sociedade, ao mesmo tempo em que deveria responder às diversas convenções sociais, esse homem, que muitas vezes se encontrava fragilizado, inseguro e desamparado, encontrava no lar um lugar seguro. Para Kehl (2008), ele vivia o antagonismo do Séc. XIX: liberdade X regras sociais; e a neurose era uma de suas respostas ao sofrimento que vivenciava. Portanto, na vida familiar encontraria o refúgio e alguém que cuidasse dele. Como dito pela autora, “... harmonia e tranquilidade estariam a cargo daquela que cada um escolheu para esposa” (p.44).

A mulher e seus atributos: cuidadosa, recatada, dócil, que tem presteza em servir ao homem e aos filhos, e, principalmente, sua capacidade de gerar vidas, encontraram respaldo na concepção ou ideologia naturalista de feminilidade. Segundo Muszkat (2008) tal denominação refere-se:

A um modo de organização das ideias que determina de forma quase dogmática os atributos femininos e masculinos, ou ainda, o que é considerado próprio do comportamento dos homens e mulheres, como algo naturalmente dado, algo da constituição do indivíduo e que vem atrelado ou é definido pelo sexo biológico (p.125).

A partir dessa concepção da naturalização, um único lugar é possível às mulheres: a domesticidade e junto com ela a maternidade.

Costa (1989), analisando o fenômeno da higienização das famílias no Brasil, também descreve sobre o processo de “naturalização” da mulher, apontando em seu estudo que a fragilidade da mulher encontrara até mesmo respaldo científico. Segundo alguns médicos da época (Séc. XIX) haveria uma fraqueza inata dos órgãos das mulheres e “predominância das faculdades afetivas” (p.235), o que predisporia a mulher ao amor.

Tendo a natureza a colocado em uma posição inferior, quando comparada ao homem, no quesito inteligência, a mesma natureza não a teria abandonado sem nenhuma qualificação. A mulher foi recompensada com outras virtudes, que seriam essenciais à família, aos homens, e à sociedade, como por exemplo, “a fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência e a submissão...” (Costa, 1989, p.236).

Costa (1989) também demonstra em sua análise que não apenas as mulheres teriam uma “constituição natural”. Os homens também possuíam atributos naturais como a força, o vigor, a inteligência, de modo que, “o homem era menos propenso ao amor que as mulheres” (p.236). Não que ele não tivesse a capacidade de amar, porém amava de forma mais “objetiva” e com menor dedicação. O lugar que deveria mesmo ocupar na família era o de chefe. Diante de toda “potência” masculina, considerava-se que o domínio dos homens sobre as mulheres tenha sido entendido também como algo natural. O poder, muitas vezes expressado pela violência, encontrava justificativa na perspectiva naturalista dos gêneros aqui apontada.

O lugar da virilidade ocupado pelos homens também foi construído socialmente. Nolasco (1993), Wang, Jablonski e Magalhães (2006) abordam o processo de socialização dos meninos. Neste, eles eram educados para vencer, ignorando, na maior parte das vezes, suas necessidades afetivas, desvalorizando o que sentiam. Eram muitas as exigências a que os meninos tinham que responder. Deveriam ser fortes, confiantes,

aventureiros, ousados, inteligentes. Não muito distante de nossa época (e às vezes até hoje, em algumas famílias) são comuns expressões como: “menino não chora”, “isso é coisa de mulher”, “conversa que nem homem”, entre outras expressões que comprovam que as maiores exigências para os meninos era a virilidade, a força e a coragem.

Integrando a lista dos adjetivos que rotularam a masculinidade; “forte, confiante, ativo, destemido, determinado, realizador, independente, profissionalmente competente... e sexualmente impositivo” (Wang, Jablonski e Magalhães, 2006, p. 55), os autores acrescentam outros adjetivos mais pejorativos. Assim, “frio, insensível, agressivo, arrogante, dominador, autoritário, violento e opressor” (p.55) também poderia fazer parte dos ensinamentos que recebiam a despeito de como deviam se comportar.

Ao atingirem a idade adulta os homens continuariam a ser definidos pelos mesmos parâmetros acima expostos. Voltados ao desempenho social que atingiriam, tanto no trabalho quanto na sexualidade, cada homem deveria ser o melhor, mesmo que para isso chegasse à exaustão. Incentivados a ganhar sempre, pelo capitalismo ora reinante, o homem perdedor era desprestigiado; o ganhador, enaltecido (Wang, Jablonsky e Magalhães, 2006). A realização profissional e pessoal deveria pautar suas conquistas, e o casamento e a família era um lugar a mais para dominar, mas também, como já mostrado, para encontrar refúgio diante de um contexto social ameaçador.

Cecarrelí (1998) critica a concepção naturalista da masculinidade e feminilidade. Entretanto, para o autor, nem mesmo Freud escapa da dificuldade em definir masculino e feminino, uma vez que este já definira o masculino como atividade e o feminino como passividade. No entanto é revolucionária a perspectiva freudiana ao considerar feminino e masculino além da questão anatômica, pois a libido é única, podendo se dirigir a qualquer objeto.

Passivas e submissas, devotas ao lar, as mulheres se mantiveram por longos anos presas ao universo doméstico, às voltas com o cuidado dos filhos e respeitando a seus maridos, com pouca ou nenhuma satisfação sexual e escassa participação na vida pública.

Fixadas no discurso do Outro onde não tinham voz nem vez, as mulheres caminhavam rumo à histeria. Os ideais tradicionais de feminilidade, “entraram em profundo desacordo com as recentes aspirações de algumas dessas mulheres enquanto sujeitos” (Kehl, 2001, p.44). Restava a elas, muitas vezes, a formação dos sintomas.

Freud (1908-1996) em seu texto, *Moral sexual civilizada e doença moderna*, aponta que a repressão social sobre a sexualidade e a monogamia, tanto para homens quanto para mulheres (principalmente para estas) estaria produzindo a doença nervosa da época. Em um momento onde as possibilidades de satisfação sexual estavam limitadas ao casamento, o autor discute o “incremento” das doenças nervosas graças à intensa repressão que a civilização exercia sobre a sexualidade. O autor considera que apenas no casamento, como estava condicionada, não seria possível obter a gratificação necessária ao impulso sexual, uma vez que a moral sexual, além de incitar a abstinência até o casamento, depois dele também restringia à satisfação sexual, reduzindo as relações sexuais a poucos atos procriadores, ou incentivando a não expressão dos impulsos sexuais através da sublimação.

Quanto às mulheres, Freud (1908- 1996) analisa que a educação repressora aos seus impulsos amorosos acabava por tornar a mulher insegura após o casamento, sem saber como agir ou o que fazer, desapontando assim o marido. Em tal perspectiva, encontra-se no autor a descrição da mulher que devia servir ao homem. Quanto ao homem, o fato de este ser liberado para a vivência de outras possibilidades amorosas

demonstrava a moral sexual dupla da sociedade, uma prova de que a própria sociedade não acreditava nela.

Por muito tempo, essa “dupla moral” a que Freud faz alusão em seu texto vigorou (ou ainda vigora? de alguma forma) no imaginário social. Seja na Europa ou no Brasil, conforme Costa (1989) aponta, o papel da mulher esteve circunscrito ao lar, à criação dos filhos, à não realização sexual, pois além de ser restrita ao casamento deveria ser vivenciada sem excessos, voltada principalmente à procriação, o que tornava difícil, ou mesmo impossibilitava a vivência do prazer.

Se a maternidade era o lugar natural para as mulheres, o mundo do trabalho o era para os homens. “Sem ele, um homem não pode se considerar como tal” (Nolasco, 1993, p.54). Outro identificador da masculinidade diz respeito à sua sexualidade. Nolasco (1993) pontua que “a ideologia do mundo do trabalho se reproduz na esfera sexual. As valorizações do número de conquistas, da liberdade de ação, do espírito de aventura e de dominação estarão presentes como referência para identificação masculina” (p.67).

A imagem do homem provedor, forte, viril, que seria ainda “competente” sexualmente, serviu de parâmetro a todas as classes sociais. Rico ou pobre, o homem teria que “dar conta” de seus encargos. Quanto às mulheres, algumas diferenças podiam ser observadas, dependendo da classe social a que pertenciam. Chaves (2003) aponta que no Brasil, no Séc. XX, as moças pobres tinham relações sexuais muito mais cedo para os padrões da época e entre as operárias o ardor sexual era algo tão importante quanto o amor sublime.

A imagem da mulher recatada, dócil, com uma vida tranquila dentro de casa não se ajustava ainda à imagem da mulher pobre. No início do Séc. XX, no Brasil, de acordo com Fonseca (2001), a mulher pobre “vivia entre a cruz e a espada” (p.516). Não

era incomum ver as mulheres circulando nas cidades em busca de emprego, de forma que pudessem complementar a escassa renda de seus maridos. A respeito das mulheres pobres, parece já haver neste momento indícios da mulher tentando desempenhar um duplo papel (no lar e no trabalho), o que hoje é conhecido como dupla jornada de trabalho.

Pelo descrito até aqui, percebe-se que as posições ocupadas por homens e mulheres por volta do fim do Séc. XVIII, durante o Séc. XIX e início do Séc. XX não eram lugares confortáveis de se ocupar. Pode-se supor que para ambos havia sofrimento diante das restrições e exigências que lhes eram impostas, mesmo que estas não tenham sido vivenciadas de forma simétrica. Tanto no âmbito doméstico, da intimidade e da sexualidade, quanto na vida pública considera-se que ser frágil e submissa, tanto quanto ser forte e viril o tempo todo, diz respeito à anulação da subjetividade, e daí o sofrimento psíquico decorrente.

Na segunda metade do Séc. XX ocorreram muitas mudanças no que tange ao feminino, ao masculino, ao conjugal e à família. Vejamos agora essas principais transformações e as posições ocupadas por ambos no momento atual.

1.3 - Novos lugares do feminino e do masculino

Os ideais acima expostos vigoraram por todo Séc. XIX e parte do Séc. XX. No entanto, significativos acontecimentos marcaram acentuadamente o lugar que homens e mulheres passaram a ocupar na conjugalidade e na vida pessoal.

A dimensão da sexualidade foi extremamente atingida nesse processo. Roudinesco (2003) pontua que a sexualidade da mulher só pode surgir quando do declínio da autoridade do pai. Além disso, a irrupção da sexualidade feminina se dá

graças aos métodos contraceptivos, de modo que “elas adquiriram, então, a possibilidade de se tornar mulheres prescindindo da vontade dos homens” (p.118).

Tal fato muda profundamente a família e a conjugalidade. Ter o poder de escolha fez com que as mulheres vislumbassem novas possibilidades, que não se restringissem ao mundo doméstico e ao cuidado com os filhos. Outros interesses eram possíveis de ser realizados, como a profissionalização, maior nível de escolarização, a saída para o mercado de trabalho.

A partir de então, a conjugalidade também pôde ser repensada. Primeiro, pelo fato da mulher escolher se quer ou não ter filhos, e quando tê-los. Segundo, porque ela saiu de casa para trabalhar. Terceiro, com o advento do divórcio, o casamento foi entendido “não mais como ato fundador de uma célula familiar única e definitiva, mas como um contrato mais ou menos duradouro entre duas pessoas” (Roudinesco, 2003, p.153). O casamento passou a ser uma possibilidade na vida da mulher, em inter-relação com tantas outras.

Como já apresentado neste trabalho, o ideal contemporâneo pauta-se nos ideais da realização e satisfação conjugal, fazendo sentido permanecer junto apenas quando tais ideais se realizam. Com isso, os modelos de família sofreram reconfigurações, sendo possíveis novas constituições conjugais e familiares.

Por outro lado, o casamento é também percebido, por homens e mulheres, como fonte de satisfação, prazer, flexibilidade, mutabilidade, sendo um espaço de desenvolvimento interpessoal para ambos os parceiros (Gomes, Paiva, 2003). Ou seja, os sujeitos esperam tanto poder realizar-se pessoalmente quanto no vínculo conjugal, o que abre espaço também para a possibilidade de diálogo e reconfiguração do relacionamento.

Negreiros e Féres-Carneiro (2004) descrevem que no “modelo novo” de casamento encontram-se as características do individualismo e a diminuição das diferenças entre homens e mulheres, tanto no aspecto do trabalho quanto na vida íntima. Na atualidade, são encontradas mulheres chefes de família, homens que são donos de casa, casais homoafetivos que desejam adotar uma criança, entre outras possibilidades. Além disso, a separação e o divórcio são vistos com naturalidade, e a sexualidade não está restrita à reprodução. O prazer de ambos os parceiros é extremamente valorizado. Os privilégios e deveres têm como ideal serem divididos, assim como as tarefas do lar e a educação dos filhos, embora nesse quesito as autoras demonstrem que permanecem na atualidade as desigualdades. Ou seja, a atribuição das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos ainda é realizada em sua maior parte pelas mulheres.

Negreiros e Féres-Carneiro (2004) descrevem ainda que tanto os homens quanto as mulheres vivenciam os impasses de todas essas mudanças, mas destacam as questões vivenciadas pelas mulheres:

Os discursos da nova mulher expressaram além de sentimentos de culpa pela dificuldade de conciliação de interesses extra-domésticos e realizações na dimensão pública com os papéis femininos internalizados, uma aspiração de volta, algo mágica, ao mundo privado, de resgate de um reinado no lar, para obter paz, aconchego e plenitude (Negreiros e Féres-Carneiro, 2004, p.41).

Kehl, M. R. (2009) estende seu olhar aos homens contemporâneos e aos dramas que estes vivenciam com os deslocamentos femininos. Para a autora, na medida em que as mulheres tornaram-se donas de si mesmas os sintomas sociais da diferença entre os sexos reapareceram, e entre estes sintomas está a violência conjugal. Entende essa problemática como sintoma de algo que não foi elaborado pelos homens com relação às mudanças que as mulheres empreenderam nas esferas pública, social, conjugal, sexual e amorosa. Ou seja, os homens não têm conseguido compreender os deslocamentos femininos, não têm aceitado que, muitas vezes, o que as mulheres querem nem sempre é

aquilo que eles têm a oferecer, e este sintoma social emerge como um ponto da violência conjugal.

É comum ouvir que houve tantas mudanças na família e na conjugalidade que estas relações estão em crise. A esse respeito, Kehl (2001) pontua que na contemporaneidade os lugares do feminino e do masculino na família são muito mais flexíveis do que nas famílias tradicionais anteriores, entretanto questiona se é possível realmente constatar a partir daí que a família está em crise. Relembra que quando Freud criou a Psicanálise, no Séc. XIX, a família vitoriana era apresentada como estruturada. Tal estrutura se devia à definição dos lugares que homens e mulheres ocupavam, já que tais lugares eram demarcados. Mas, há que se ressaltar que Freud, a partir de sua escuta, pode perceber determinados sintomas que se apresentavam nas histéricas e nos neuróticos obsessivos. Na histeria, a figura das mulheres que estavam submetidas a rígidas leis patriarcais, visto que não podiam ocupar outros lugares senão aquele do lar. Na neurose obsessiva, os sintomas apresentados pelos homens, que sujeitos ao contexto social, tinham que reafirmar veementemente a sua virilidade e exercer seu poder de autoridade, ao mesmo tempo em que eram submetidos a um chefe. Tal configuração leva-nos a supor que tal estrutura constituía-se ilusória.

O que Kehl (2001) tenta desmitificar em seu texto é a ideia de que aquela família, aquele modelo de homens e mulheres, era melhor, mais estável e “estruturada”, e que nossos tempos têm uma dívida com esse modelo tão “saudável” de casamento e família.

É importante considerar que as questões atuais referentes à conjugalidade são diferentes e/ou reconfiguradas daquelas do modelo tradicional preconizado como ideal. Ainda que inter-relacionadas “ao modelo antigo”, novas questões e impasses surgiram, deixando homens e mulheres conflituosos, angustiados e inseguros. Ainda outras

demandas no que diz respeito à conjugalidade surgirão, talvez significando que a cada momento histórico-cultural uma “crise” lhe é correspondente. Como aponta Kehl (2008), “a ética da psicanálise exige que o analista saiba que homem, mulher, sujeito, são construções datadas, contingentes, portanto, mutantes” (p.28).

Diante do exposto, algo que permanece na contemporaneidade, mesmo com profundas mudanças no conjugal e nos lugares ocupados por homens e mulheres é o desejo de constituir a conjugalidade. Analisar-se-á no capítulo seguinte como a Psicanálise entende o processo dessa formação, que se inicia com a escolha amorosa. Além disso, discutir-se-á também o vínculo amoroso, a partir da questão do amor e da violência.

2-A CONJUGALIDADE, A ESCOLHA AMOROSA E A PSICANÁLISE

“Quando a luz dos olhos meus
E a luz dos olhos teus
Resolvem se encontrar.
Aí que bom que isso é meu Deus
Que frio que me dá
O encontro desse olhar...” (Vinicius de Moraes).

Quais elementos estão envolvidos na escolha amorosa? Por que exatamente escolhe-se aquele outro, e por ele se apaixona, encanta-se, e como se constitui o desejo de querer estar junto, de amar e se sentir amado, somente por aquele pelo qual o desejo insiste? Como prossegue o poema acima:

“Pela luz dos olhos teus
Eu acho meu amor
E só se pode achar
Que a luz dos olhos meus
Precisa se casar...”

Freud (1914-1976), no texto *Uma Introdução ao Narcisismo*, afirma existirem duas principais formas, ou tipos, de escolha. A primeira delas, “anacítica, ou de ligação”, está relacionada com a busca do sujeito no outro das representações dos seus primeiros objetos de ligação (a mãe ou substituto desta). No segundo tipo, “narcísico”, o sujeito busca reencontrar-se consigo mesmo no objeto amoroso.

Para o autor, os sujeitos não devem ser divididos em dois grandes grupos, mesmo porque, os tipos de escolha podem mesclar-se em um mesmo sujeito, embora deva predominar um dos tipos. Freud descreve que uma pessoa narcísica pode amar ela mesma, o que ela foi e o que gostaria de ser. Já uma pessoa com predomínio do elemento tipo anacítico pode amar a mulher que alimenta, o homem que protege, ou os substitutos que ocuparam esses lugares.

Depreende-se da teoria do narcisismo que a escolha amorosa sempre estará relacionada a uma condição de falta, em que o sujeito busca no outro o objeto perdido.

Escreve o autor:

(...) No terreno da libido, o homem mostra-se, mais uma vez, incapaz de renunciar a uma satisfação já gozada alguma vez... Aquilo que projeta diante de si como seu eu ideal é a substituição do perdido narcisismo de sua infância, no qual ele mesmo era seu próprio ideal (Freud, 1914, p.268).

Alvarenga (1996) reafirma a implicação do narcisismo na escolha amorosa. Segundo a autora, sempre haverá um componente narcísico neste processo. O amor é consequência de uma insatisfação estrutural que lança o sujeito em um movimento na ilusão de encontrar o objeto perdido. Ou seja, há um movimento pulsional que impele o sujeito a esse reencontro. “Assim é que, quando o outro possui determinado traço representativo do objeto perdido, parecendo responder, em sua realidade, às exigências fantasmáticas que constituem as condições do amor, o sujeito movimenta-se em sua direção” (p.25).

Kristeva (1998 como citado em Haddad 2009) também reafirma o elemento narcísico em ambas as escolhas descritas por Freud, “sendo anaclítica ou narcísica, a escolha amorosa precisa que o objeto garanta uma relação com o narcisismo do sujeito segundo duas modalidades: por uma gratificação narcísica pessoal (narciso é o sujeito) ou por uma delegação narcísica (narciso é o outro)” (p.142).

A partir dessas considerações, pode-se dizer que na escolha amorosa e no desdobramento da conjugalidade os parceiros buscam o reconhecimento narcísico. A expectativa entre os sujeitos de que o outro o reconheça e reafirme “a imagem que o outro tem de si mesmo” (Alvarenga, 1996, p. 27) é algo comum nos relacionamentos. Entretanto, os sujeitos da relação conjugal não conseguem reafirmar o narcisismo do outro o tempo todo, em um constante reconhecimento. Haverá também um movimento de impor limite ao narcisismo, em que os sujeitos vão demandar o que o outro não tem,

o que fará ambos lidarem com a castração. Quando um começa a mostrar as falhas e faltas do outro, ambos não conseguem mais sustentar a imagem idealizada, e sobrevém o desencantamento e a desilusão amorosa.

Em Mazon (2008) há o entendimento de que o enamorar-se nasce através da falta, e quando enamorados os sujeitos acreditam que nada lhes falta, que estão completos porque se encontraram. Entretanto, conforme vão saindo deste estado de enamoramento e se deparando com o outro em sua alteridade, reaparece o desamparo, o medo da perda, a fragilidade. Afinal, o que seria mais doloroso que perder o objeto de amor? Freud (1930-1996), em *O Mal Estar*, descreve o estado de apaixonamento:

No auge do sentimento de amor, a fronteira entre ego e objeto ameaça desaparecer. Contra todas as provas de seus sentidos, um homem que se ache enamorado declara que ‘eu’ e ‘tu’ são um só, e está preparado para se conduzir como se isso constituísse um fato (p.75).

Ocorrida a escolha amorosa, o estado de enamoramento, de encantamento ou ainda de apaixonamento é vivenciado como num estado de fusão. Um estado que já foi vivenciado no momento inicial da vida, onde não existia a diferenciação entre o eu e o não eu (Mazon, 2008). Brengio e Spwivacow (1997) descrevem que o momento do enamorar-se se baseia em um funcionamento mental narcisista e primitivo.

Para Haddad (2009) deriva desta relação primitiva e de exclusividade vivenciada entre a mãe e o bebê a atribuição tão importante dada pelos adultos à fidelidade e à monogamia, sendo a menor ameaça de não ser mais objeto único e exclusivo de amor uma experiência vivenciada, muitas vezes, como algo insuportável, que produz intenso sofrimento.

Quando da escolha amorosa busca-se reencontrar o objeto perdido, ou ainda esse lugar de exclusividade, ou seja, os sujeitos buscam o retorno a um lugar para o qual é impossível retornar. Tal impossibilidade produz o sentimento de falta “e um desejo para sempre insatisfeito, já que o que se deseja é essa união perdida e perfeita...” (Haddad,

2009, p.136). Esta pode ser uma hipótese que explique porque determinados sujeitos não conseguem lidar com as frustrações e imposições da vida amorosa, com o fato de que não há relação perfeita, plena, e que se baseie unicamente no prazer. Ao menor sinal de tensão estes sujeitos buscam outras relações, e não o enfrentamento dos desajustes amorosos.

Araújo (2005) conclui que, tanto em Freud quanto em Sócrates, o amor está relacionado a esta condição faltante. Se no primeiro, como já descrito, busca-se o que se perdeu, em Sócrates o amor é falta, carência daquilo que não se tem. Uma busca que é baseada na ilusão amorosa de encontrar a unidade e o verdadeiro objeto de amor.

O amor enquanto ilusão é analisado por Zago (2009) que ao retomar o texto Freudiano de 1927, *O Futuro de uma Ilusão*, traça um paralelo entre a religiosidade e o amor. Assim, se o homem busca um Pai (ou os Deuses) que o proteja para lidar com suas angústias, e acredita em um futuro melhor após a morte, também é possível que semelhante processo ocorra quando o homem busca no outro, no amor, o amparo psíquico para lidar com suas fragilidades e angústias. Neste sentido, o que ocorre é “uma transposição imaginativa das figuras de instâncias parentais primárias, bem como das suas idealizações para potencializar as possibilidades de uma relação objetal” (p. 119).

Magalhães e Féres-Carneiro (2003) acreditam existir na formação da conjugalidade uma trama identificatória conjugal, que acontece a partir do entrelaçamento dos eus. Consideram que a “saúde” do vínculo conjugal dependa do tipo de identificação objetal realizada pelos parceiros. Se a identificação ocorre por projeção, há maior possibilidade de preservação da alteridade e até enaltecimento desta. Entretanto, se a identificação ocorre por incorporação, a alteridade é desconsiderada, podendo levar a conjugalidade em um movimento de extinção e aniquilamento.

Na teoria das relações objetais, conforme apontado por Porchat (2006), a escolha amorosa parece ocorrer por um “pacto secreto” (p.146) entre os sujeitos, em que as necessidades psíquicas inconscientes se encaixam. Assim, pode-se buscar como parceiros os sujeitos que satisfaçam necessidades infantis não satisfeitas, ou ainda aqueles parceiros que perpetuem, de alguma forma, necessidades que foram satisfeitas. No primeiro caso, a escolha amorosa visaria à reparação, ou à resolução de conflitos infantis.

Porchat (2006) descreve que o mecanismo de identificação projetiva, para os teóricos das relações objetais, é um mecanismo primordial para se entender as interações conjugais.

No que tange à interação conjugal, o termo diz respeito às projeções de aspectos do self no parceiro. Esse por sua vez, ao receber essas projeções, constitui-se como depositário delas, recebendo-as porque tem em seu próprio self características que o predispõem a acolhê-las e a identificar-se com elas” (p.148).

A projeção é descrita também como outro mecanismo bastante utilizado quando se dá a escolha amorosa. Diferentemente da identificação projetiva, quando o parceiro recebe a projeção do outro, não se assujeita a ela. Na projeção, partes do sujeito são depositadas no outro, o que faz com que este outro, além de real, torne-se também objeto fantasiado. Nesta perspectiva, podemos entender que quando é feita a escolha por um parceiro, este é visto como alguém que se quer que ele seja. É possível projetar aquilo que se rejeita ou ainda, e sobretudo, segundo Porchat (2006), os aspectos que se desejam, ou dos quais se tenha necessidade.

Na corrente teórica das relações objetais, vincular-se ao outro é visto como uma tendência humana. Segundo Alvarenga (1996), o sujeito, nesta abordagem, não é o sujeito dividido de Freud, sujeito da falta, a qual, por sua vez, está na origem do desejo. O sujeito é integrado, e essa integração se dá gradualmente, pelo processo de maturação.

O bebê vai se distinguindo da mãe e estabelecendo trocas recíprocas com o meio. A necessidade de se vincular é intrínseca ao Ser Humano. A conjugalidade, nesta perspectiva, enfatiza a relevância das primeiras experiências no estabelecimento do vínculo conjugal. “Em consequência a relação conjugal pode ser pensada como um veículo possível para a integração e maturação” (Alvarenga, 1996, p. 31).

Usando termos Winnicottianos e Bionianos, descreve-se que, no vínculo amoroso, os parceiros têm a capacidade de se tornarem continente-conteúdo e exercerem um para o outro a função de holding.¹ Ou seja, ambos os parceiros podem ser, um para o outro, um continente das angústias e ansiedades individuais e da relação, além de serem capazes de conviver com as diferenças. Colman (1994 como citado em Gomes e Paiva 2003) coloca que para o bom funcionamento de um casamento é necessário que haja uma contenção semelhante à da mãe com o bebê. É necessário também que exista a confiança de que os conflitos e dilemas não irão destruir o que o casal construiu, uma vez que existe um continente para as questões e problemas do casal.

Embora o processo psíquico descrito pelos autores citados até aqui enfatize os aspectos inconscientes da escolha amorosa, Gomes e Porchat (2006) apontam que aspectos conscientes também estão envolvidos neste processo. Neste sentido, os sujeitos se escolhem sendo influenciados pela atração física, contexto sociocultural e compatibilidades, como ter gostos parecidos, valores semelhantes, entre outros. As autoras, ao descreverem a Teoria das Configurações Vinculares, ressaltam que esta teoria considera de extrema importância o mundo externo para a constituição da subjetividade do sujeito. Nesse sentido, os vínculos que o sujeito estabelece ao longo da vida não são apenas uma prolongação do mundo interno e das relações objetais. Ou seja,

¹ “A continência em Bion, diz respeito à capacidade da mãe em acolher, processar e devolver ao bebê suas projeções. Em Winnicott, o holding tem a ver com a mãe suficientemente boa, que possibilita ao seu bebê, ao seu modo, e no seu tempo, desenvolver-se psiquicamente” (Porchat, 2006, p. 144).

novas circunstâncias são constituídas a partir de situações novas e de novos encontros, de forma que aspectos conscientes são também relevantes.

Puget e Bereinstein (1994) introduzem a noção daquilo que é novo na relação conjugal. Para esses autores, não somente as representações psíquicas são importantes na constituição do vínculo. Na Psicanálise Vincular (corrente Argentina) as representações mentais das experiências infantis continuam a ter importância, mas são valorizadas também as novas experiências, construídas e produzidas no momento do encontro com o outro. Desta forma, o outro passa a ser sujeito além das projeções dos parceiros, pois sua presença não é redutível somente às fantasias, desejos e projeções do outro.

Puget (2012) explica que ocorrem produções subjetivas novas quando duas ou mais pessoas se relacionam, o que é chamado de “efeito de presença ou efeito de alteridade” (p.87). Esse efeito é produzido pela situação inédita. “E isso promove estados de ânimo, ideias, ações e emoções que percorrem um amplo espectro, que vai desde o enriquecimento até a irritação por ter de acomodar algo que não existia” (p.87). O efeito de presença, chamado também de interferência, é responsável por introduzir na relação algo novo, que não estava inscrito ou representado.

Desta forma, o tema da escolha amorosa é ampliado, pois o sujeito passa a ser entendido além dele mesmo, com suas representações internas. O efeito da presença do outro, no tempo presente, no momento presente, e toda a rede vincular são tomados em consideração na escolha amorosa e no desdobramento do vínculo conjugal.

Para Puget e Bereinstein (1994) três representações são constituintes da formação de um vínculo de casal. A primeira delas provém do vínculo mãe-bebê e corresponde ao narcisismo primário. A segunda representação é proveniente da relação de casal dos pais, em que o bebê ocupava o lugar de excluído, chamado pelos autores de

terceiro excluído. Por fim, a terceira representação é proveniente do mundo social, ou seja, a representação social da relação conjugal e familiar.

Todas essas representações que constituem o vínculo do casal se estruturam a partir de três dimensões subjetivas, a saber: o espaço intrassubjetivo, que diz respeito ao mundo interno do sujeito e contém representações e afetos particulares; o espaço intersubjetivo, que corresponde a uma estrutura inconsciente ligando dois egos, formando um vínculo; o espaço transubjetivo, que representa o vínculo do ego com a cultura e o meio social.

Outro aspecto importante na escolha conjugal estudado pela Psicanálise das Configurações Vinculares (corrente Francesa), diz respeito à herança psíquica. Magalhães e Féres-Carneiro (2010) descrevem que na escolha do parceiro devem ser observadas, além das determinações primárias do sujeito com suas figuras parentais, as heranças psíquicas, transmitidas de geração a geração, já que na “bagagem psíquica” a herança familiar, com seus mandatos e legados, está inscrita.

Tal afirmação baseia-se em Kaës (2001). Esse autor estudou a constituição da subjetividade a partir dos grupos, desenvolvendo o conceito de aparelho psíquico grupal². Para o autor, o sujeito é um intersujeito, ou seja, sujeito do grupo, sendo que o grupo precede o sujeito. A primeira inserção grupal se dá na família. A escolha amorosa traz os reflexos desse grupo, obedecendo a um determinismo familiar.

Piva (2006) esclarece:

O processo da transmissão constitui-se numa obrigação de trabalho psíquico, tanto para o indivíduo como para o grupo, e se pode dar através de um trabalho de elaboração, de ligação, quando uma geração consegue transformar aquilo que recebe, apropriando-se do herdado, desde sua própria vivência e perspectiva. Tal forma de trabalho possibilita que cada geração possa situar-se em relação às outras, permite inscrever cada sujeito em uma cadeia, como pertencente a um grupo, dono de uma história e de um lugar. Num outro extremo, quando o herdado é apenas acatado, sem elaboração, sem ligação, estamos no terreno da

² O aparelho psíquico grupal é definido por Kaës como: “organizador de um espaço psíquico comum e compartilhado e dos vínculos entre os sujeitos que o constituem”. (Kaës, 2002, p. 75).

compulsão à repetição, da alienação. O herdado passa a ser, então, como um destino a cumprir (pp.. 23-24).

Os desdobramentos da ordem da herança psíquica são chamados de intergeracionais ou transgeracionais. Conforme citado acima, quando os elementos herdados são elaborados e transformados são chamados de intergeracionais. Quando não elaborados, entram na ordem da repetição, são os conteúdos transgeracionais. Tais definições são dadas por Kaës (1998), segundo quem os conteúdos transgeracionais dizem respeito a “aquilo que não se retém, aquilo de que não se lembra, a falta, a doença, a vergonha, a culpa, o recalcamento, os objetos perdidos, ainda enlutados” (p.09). Já os conteúdos intergeracionais referem-se a “aquilo que ampara e assegura a continuidade narcísica, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, a conservação e a complexidade das formas de vida: ideia, mecanismos de defesa, certeza, dúvidas” (Kaës, 1998, p.09). Na escolha amorosa e no desdobramento do vínculo conjugal, ambos os elementos podem aparecer.

Na linha de pensamento do estudo dos grupos, Porchat (2006) cita que Ruffiot e Eiguer desenvolveram o conceito de aparelho psíquico familiar, indicando que haveria um aparelho psíquico comum na família. O mesmo ocorreria com os casais. Conforme Porchat (2006), “os grupelistas entendem que o que caracteriza o casal é um aparelho psíquico comum, resultante do fusionamento de seus psiquismos primários individuais” (p.65). Nessa perspectiva, o aparelho psíquico do casal funcionaria independentemente da estrutura individual. O olhar para o casal, nessa linha teórica, é sobre o aparelho psíquico conjugal, que é formado a partir da constituição da escolha amorosa.

Independentemente da corrente teórica escolhida, verifica-se que as relações primárias e os modelos familiares são base da constituição do vínculo amoroso, embora haja diferenças de enfoque e importância dos elementos constitutivos, conforme foi apresentado. Esta pesquisa está alinhada com os estudos apresentados pelos autores da

Psicanálise Vincular e das Configurações Vinculares, segundo os quais as representações psíquicas das primeiras relações são relevantes, mas há que se considerar o entrelaçamento de um eu conjugal, assim como se deve considerar o espaço transubjetivo e sua influência sobre a conjugalidade e as heranças psíquicas, uma vez que constituem importante elemento na formação e no desdobramento do vínculo.

O casal é um vínculo diferenciado, em que os dois escolheram para se constituir enquanto casal, um lugar exclusivo e privilegiado. “Remetemo-nos a uma escolha específica na qual um sujeito escolhe outro sujeito, para constituir-se respectivamente naquele lugar privilegiado” (Weissmann, 2008, p. 232). Considerando esta particularidade do vínculo entre o casal, chama a atenção esta pesquisa à constituição do vínculo conjugal violento e à dinâmica conjugal envolvida nesse processo. Existem particularidades nesse vínculo? Podemos falar em um vínculo amoroso? Amor e violência coexistem? Estas são algumas questões que este trabalho pretende responder. Amparada na Psicanálise e na Psicanálise Vincular, em um estudo interdisciplinar com os estudos Psicossociais, será analisada a dinâmica afetiva do laço conjugal violento, como são constituídos e mantidos.

2.1 - “Amor?”

Esse é o nome de um filme brasileiro dirigido por João Jardim e gravado no ano de 2010. Trata-se de um filme baseado em depoimentos reais, colhidos pelo diretor e sua equipe em um trabalho de um ano de pesquisa em instituições que trabalham com violência conjugal. Foram realizadas mais de sessenta entrevistas com homens e mulheres, da classe média à alta. O diretor elegeu oito desses depoimentos que se transformaram no filme.

Trata-se de depoimentos de homens e mulheres, que depois foram recontados por atrizes e atores, em belas e emocionantes interpretações. As histórias contadas são reais e o que trazem é justamente esse questionamento: trata-se de amor todas essas relações permeadas pela violência? Se existe violência, não existe amor? Abaixo um trecho de depoimento do filme citado.

(...) Só que quando isso começa a acontecer com certa frequência você já tem o amor, você não sabe muito bem onde termina o amor e onde começa a violência. Até onde o ciúme é uma prova de amor ou de violência... Qual a fronteira entre você amar uma pessoa e querer matar ela? Ou não querer matar e acabar matando?... (Depoimento de Cláudia, interpretado pela atriz Mariana Lima).

Em outro depoimento, este interpretado pela atriz Júlia Lemmertz, a entrevistadora pergunta à “personagem” Alice: “Você tem ideia de por que não conseguia ir embora?” Ela responde: “Eu gostava muito dele, gostava muito, eu acho que naquela época eu sentia que não conseguia viver sem ele”. Júlia complementa; “é um processo, não sei quanto consciente. O outro vai tolhendo e você passa a ser um não Ser ao lado daquela pessoa”.

No depoimento de Lineu, interpretado por Ângelo Antônio, o ator inicia sua fala dizendo:

A relação afetiva é um ato de pirataria permanente, onde você busca no outro o que não tem e vice-versa. É um combate, onde o suor do amor podia ser a inscrição do ódio que um tem pelo outro por não ter todas as coisas que o outro tem. E, como é precária a posse dessa coisa que eu amo e me desespero por amar.

Lineu, “o personagem”, inicia sua fala contando que, com ele, aconteceu de chegar ao limite várias vezes. Questiona-se como continuar vivendo após perder alguém que ama, e complementa:

A violência nada mais é do que a exteriorização do seu pavor de perder aquilo que te faz feliz, na verdade, perder aquilo que te faz infeliz, tem um masoquismo envolvido nessa violência toda. Por que continuar insistindo nessa relação de amor-desamor?

É então questionado pelo entrevistador “Como é a violência feminina sobre você?” Lineu responde: “é o jogo feminino. É o silêncio que despreza. Acho que a mulher sabe machucar muito mais do que o homem...” Continua seu relato contando sobre um episódio de violência com uma ex-namorada, em que quase a matou depois que esta lhe transmitiu gonorreia ao voltar de uma viagem que fez sozinha.

Os depoimentos apresentados nos levam a pensar nos elementos psíquicos envolvidos na conjugalidade. Como no primeiro depoimento citado, a “personagem” Cláudia demonstra sentir-se confusa ao dizer que não sabe “onde termina o amor, onde começa a violência”, demonstrando que esta parece ser uma linha muito tênue, não tão difícil de ser atravessada quando estão implicados tantos sentimentos e afetos como estão na relação conjugal. Ela também parece estar confusa quanto a dimensionar até quando “o ciúme é uma prova de amor ou de violência”.

Araújo (2005) propõe analisar a dialética entre amor e violência. Encontra-se em sua pesquisa que “o amor é frequentemente utilizado para justificar a violência” (p.285), e que ciúme, controle e posse são confundidos como prova de amor e cuidado, principalmente no que diz respeito à violência psicológica.

Segundo Méndez e Hernandez (2001) é comum que práticas de violência surjam disfarçadas de amor, passando a serem justificadas por esse sentimento. O controle sobre a vida do outro, exercido de forma disfarçada, como sendo uma forma de cuidado, proteção, zelo e preocupação, seria exemplo disso. Na perspectiva dos autores citados, podemos compreender a fala da “personagem” Cláudia, e perceber o quanto pode ser realmente confuso e desintegrador a violência vir acompanhada de pedidos de desculpa e manifestações de carinho e cuidado.

No caso de Cláudia (“personagem” do filme), havia a violência familiar, impetrada pelo pai contra ela e o irmão em sua história de vida. Ela afirma que o fato de

haver violência e amor, por parte do pai, “dificultava muito as coisas”, porque assim ela não dissociava o amor da violência. “O fato é que meu pai me batia, então, até que ponto eu podia interpretar um tapa, um beliscão com um não gostar. Aquilo pra mim fazia parte do amor...”. Tal depoimento traz as implicações da violência intrafamiliar na história amorosa. Contudo, essa “personagem” conseguiu um desfecho favorável, ao romper com o namorado violento e não ter vivenciado outra relação violenta, desde então. Além disso, conseguiu não repetir a violência sofrida com o filho. Conta que, quando se tornou mãe, num episódio em que ela iria bater na criança, viu-se capturada pelas memórias do que vivenciara e se percebeu envolvida na trama da repetição. Relata que desde esse dia, prometeu a si mesma e ao filho que nunca mais bateria nele e, de fato, segundo ela, não bateu.

Alice, outra “personagem” apresentada neste estudo, conta da condição de anulação da subjetividade daquele que vivencia a violência em seu cotidiano. Nesse caso, a “personagem” relata que saiu de um casamento estável após conhecer e se apaixonar por outro homem, passando a ir viver com este. Alice relata que logo nas primeiras semanas de relacionamento “tomou um susto” quando o companheiro foi violento com ela, na frente dos amigos dele, em um churrasco de inauguração da casa. A partir desse episódio, muitos outros vieram em que ela era humilhada publicamente, além de sofrer violência física. Diz ela, “agora eu sou culpada, porque você se coloca em uma posição de humilhação e fica”. O que demonstra que, mesmo reconhecendo sua implicação na posição de assujeitamento, não conseguia romper o vínculo. Para Alice existia a dependência psicológica, que acontece quando um ao perceber que tem o poder, exerce controle e dominação sobre o outro.

Alice conta também que vivia um estado permanente de tensão, tendo que controlar o tempo todo o que dizia ou fazia, porque qualquer coisa que dissesse ou

fizesse que não agradasse o companheiro era motivo para a violência. Para lidar com toda a angústia em que vivia, viciou-se em cocaína, droga que foi apresentada a ela pelo marido. Conforme Hirygoyen (2005), recorrer às drogas ou ao álcool pode ser uma consequência para aquele que sofre a violência. No depoimento de Alice, ela conta que a droga também servia para que o casal se entendesse; “quando a gente cheirava, a gente se entendia...”. Assim, Alice e seu companheiro passaram anos juntos, tiveram dois filhos, até que ele lhe contou que estava tendo um caso e Alice lhe pediu que saísse de casa.

Observa-se no depoimento dessa “personagem” que a traição foi a gota d’água, e não as surras que levava, ou as humilhações públicas que sofrera, ou ainda o episódio em que o marido rasgara todas as suas roupas e as queimara. Mas sim a dor da traição, de deixar de ser objeto exclusivo de amor, isso é o que faz Alice querer colocar um ponto final na história.

Freud (1930-1980), em *O Mal Estar*, adverte sobre o quanto ficamos vulneráveis ao amar, o quanto o sujeito se expõe ao sofrimento ao perder o objeto amoroso ou à simples possibilidade de perdê-lo. Para Alice, a infidelidade não podia ser suportada.

Lineu, o último personagem escolhido para retratar o filme, relata o ciúme e a posse como afetos marcantes em seus relacionamentos. Lineu não é casado, mas é violento com as namoradas. Em seus depoimentos, conta sobre ao menos duas delas. Uma delas parece ter sido um grande amor, mas uma relação tumultuada, que trouxe também muito sofrimento. Lineu parece sentir muito ciúme. Conta que em um almoço com esta ex-namorada, “passou um cara bonitão e o cumprimentou”. Depois de algum tempo, Lineu percebeu que a moça olhava para o rapaz (ou imaginou que estivesse olhando). Ele afirma ter se surpreendido com a própria reação, com o ódio que sentira, pois “achava que já tinha superado esse combate corpo-a-corpo”.

Ele se questiona: “Por que continuar seguindo essa relação de amor-desamor? Por que esse reatar permanentemente com uma coisa que te traz infelicidade, angústia?” A fala de Lineu diz da dificuldade que ele, enquanto homem, também enfrenta de romper o ciclo da violência, e da dificuldade em lidar com sua fragilidade e insegurança em permitir que a namorada siga seu caminho. Ele não se exime de culpa: “Eu sempre fui culpado”, mas também reconhece que a mulher sabe machucar o homem. “Mulher tem o dom natural para machucar... Você não tem ideia do que é ser manipulado...”.

No caso de Lineu, ele e a namorada tentaram terminar o namoro várias vezes, até conseguirem. Foi muito difícil para ele aceitar a ex-companheira seguir adiante. Como acontece em muitos casos de violência conjugal, em que um não aceita o fim do relacionamento e atua com violência. Lineu também se questiona: “Como viver após a perda desse amor? Como aceitar isso sem violência?”.

As histórias apresentadas no filme trazem a narrativa do amor e do ódio, do prazer e da dor, atravessando as relações. Percebe-se que elementos importantes nessas configurações amorosas apareceram, por exemplo a violência como cuidado e zelo, e a confusão que isso pode gerar no sujeito e no vínculo entre eles. A desconfiança e o sentimento de estar sendo enganado e o medo de perder aquele que se ama são outros elementos que puderam ser observados e marcaram o vínculo conjugal nos depoimentos apresentados.

Analisando elementos como a traição, as suspeitas e desconfianças e o medo da perda do objeto amoroso, Carreteiro e Mattar (2008) afirmam que a desconfiança e as suspeitas de traição são temas frequentes em situações de violência. Assim como, a idealização do amor romântico se faz presente e a crença de que não se pode viver sem o outro, de que só se poderá ser feliz se este amor for correspondido.

A anulação da subjetividade também pode ser observada nos depoimentos e histórias de amor como um desdobramento do vínculo violento, trazendo sofrimento para aquele que se anula e se assujeita. Considera-se que o espaço para o exercício da alteridade é de significativa importância na conjugalidade. Entretanto, no que diz respeito às relações conjugais violentas, é comum observar que o espaço para a manifestação subjetiva é restrito, visto que continuamente existe uma imposição do desejo de um sobre o outro, de não reconhecimento da alteridade e cerceamento da liberdade de escolha (Hirigoyen, 2005).

O desencantamento e a desilusão próprios das relações amorosas podem ainda servir como via à violência. Brengio e Spivacow (1997) apontam que no enamoramento a vivência do estado de fusão, com o predomínio do funcionamento narcísico, é vivenciada entre os parceiros. Na evolução da relação amorosa, o desenamoramento se faz importante e necessário para que o casal evolua. Acontece que esse momento pode ser vivido pelo casal de forma extremamente dolorosa, e sentido como falta de amor. Assim, no desenamoramento a um tempo de discriminação em que se perde o fascínio. O casal não se basta, e pode surgir no vínculo espaços vazios em contraste a imaginária plenitude fusional vivenciada. Pode-se supor, que nesse momento em algumas relações a violência atravesse a conjugalidade, pois o outro já não parece tão perfeito quanto o parceiro acreditava que fosse. Lidar com o outro real, como o outro se apresenta, pode ser insuportável.

O ciclo da violência, conforme Hirigoyen (2005) descreve e que permeia muitos relacionamentos conjugais violentos, pode ser um dificultador para que essas relações violentas sejam rompidas. De acordo com a autora, esse ciclo se caracteriza por uma fase de tensão em que a violência não é manifestada diretamente, mas aparece, por exemplo, com olhares hostis, tom de voz irritado, silêncios prolongados, olhares

agressivos. Após essa fase, surge a violência, que pode ser física, psicológica e sexual. Posteriormente, a fase de desculpas, em que as explosões de violência passam a ser justificadas, acompanhadas de um sentimento de arrependimento, mas sendo muito comum colocar a culpa no outro ou justificar o comportamento pelo uso de bebidas e drogas, por exemplo. Por fim, a fase chamada de lua de mel, em que atitudes são tomadas no sentido de agradar o parceiro, sendo mais carinhoso, prestativo, comprando presentes, prometendo que tudo vai mudar, etc.

Pode-se perceber deste ciclo descrito que ele se encerra com a promessa do amor, de que tudo é resolvido porque esse amor existe, portanto é forte o suficiente para vencer os dilemas conjugais.

Ao se questionar a possibilidade da coexistência do amor e da violência, não se descarta a perspectiva dos Direitos Humanos. Pelo contrário, a perspectiva dos Direitos Humanos, segundo a qual a violência doméstica é uma violação de direitos, é considerada nesta pesquisa. É muito importante deixar claro o posicionamento de enfrentamento da violência, pois muitas mulheres foram mortas, duramente espancadas e tiveram suas vidas arruinadas pela violência conjugal. Nesse sentido, há sim um processo de vitimização, que, para Gregori (1992), é efeito do fato real das mulheres terem sido “de fato agredidas, machucadas e ofendidas” (p.142). Mas é importante também problematizar o vínculo amoroso e o cenário da violência, pensando a dinâmica da constituição do vínculo e o desdobramento da ordem da violência. A análise do vínculo conjugal permeado pela violência toma especial evidência de análise com a Psicanálise Vincular, enfoque que evidencia o vínculo e a dinâmica do grupo familiar.

2.2 - A Psicanálise Vincular ou a Psicanálise das Configurações Vinculares

O desenvolvimento de teorias psicanalíticas que envolvessem qualquer intervenção além daquela baseada no modelo clássico freudiano, o modelo dual, encontrou resistências e oposições de psicanalistas clássicos, que se colocaram críticos a outras formas de psicoterapia psicanalítica, como a de casal e a de família. Estes psicanalistas “entendem que a regressão, fundamental no processo psicanalítico, inexistente no tratamento de casais, argumentando ainda que Freud definiu a Psicanálise a partir de um contexto transferencial diádico” (Porchat, 2006, p.52).

Porchat (2006) aponta que em meados do séc. XX predominava no cenário social a visão clássica freudiana a partir de três concepções: aquela voltada para o intrapsíquico, em que se focalizava prioritariamente os conflitos entre id, ego e superego; a relação com o outro (o objeto), que era significada a partir das pulsões e as transformações desta, sendo o objeto dirigido à gratificação das pulsões, ou não; e, finalmente, a ênfase sobre o fato traumático infantil reprimido, responsável pelo sintoma. O foco estava, sobretudo, na história individual do sujeito, de modo que a patologia era entendida como individual. Deriva daí, segundo Porchat (2006), ainda nessa época a insatisfação de muitos terapeutas com relação ao alcance, ou “resultados” do atendimento de adultos (graves) e crianças. Tais profissionais consideravam que o ambiente em que viviam seus pacientes não estava colaborando com o processo psicoterápico, e este ambiente era fundamental para a melhora do paciente individual.

Conforme Gomes (2012), dada a necessidade de se pensar a inter-relação entre intrassubjetivo e intersubjetivo, a Psicanálise foi se ampliando e agregando novos saberes ao conhecimento teórico e prático já existente, promovendo um olhar além do campo intrapsíquico.

Nessa linha de pensamento adveio o modelo inglês psicanalítico, com a Teoria das Relações Objetais. Segundo Weissmann (2008), estes teóricos “dialogam com os

Novos Kleinianos que pesquisam sobre a importância dos processos ambientais, enfatizando a influência do ambiente na conformação do psiquismo. Formaram o grupo de psicanalistas independentes, *middle group*, do qual se destacavam Donald Winnicott e Michel Ballint” (p.24). Este, inclusive, segundo Porchat (2006), fundou em Londres, no ano de 1948, o Instituto Tavistock de Estudos Maritais (TIMS), cujos membros tinham como foco “as interações inconscientes na relação conjugal” (Porchat, 2006, p. 60). Os profissionais e pesquisadores que compunham o Instituto consideravam de suma importância os aspectos externos que permeavam a relação do casal, tais como fatores econômicos, socioculturais e políticos.

Henry Dicks é também muito citado como um estudioso das relações conjugais e deu importante contribuição ao Instituto de Londres. Segundo Porchat (2006), Dicks considerava que o diagnóstico de um casal não dependia unicamente dos sintomas apresentados por eles, mas também do contexto sociocultural em que estavam inseridos, e da totalidade da relação. Depreende-se do posicionamento de Dicks que o olhar sobre o casal se dá sobre a relação como um todo, sobre a dinâmica do casal. Segundo Porchat (2006): “Nesse sentido, a violência no casal, num ou em ambos os parceiros, seria passível de várias interpretações e não apenas, por exemplo, fruto da violência de um parceiro, como o senso comum poderia ser levado a crer” (p.59).

Outro teórico muito importante para o desenvolvimento de uma teoria que considera mais relevante o aspecto interacional foi Gregory Bateson, antropólogo inglês, psiquiatra, que, juntamente com outros pesquisadores, entre eles psicanalistas insatisfeitos com o modelo intrapsíquico, começou a pesquisar a patologia das relações familiares. (Porchat, 2006). Dentre os conceitos desenvolvidos, destaca-se o de duplo vínculo³.

³ Gregory Bateson e um grupo de estudiosos sobre a teoria sistêmica e a comunicação, estavam interessados em estudar a comunicação em famílias que tinham pessoas com esquizofrenia. O conceito de

Segundo Gomes (2012), na década de 70, na França e na Argentina, um novo referencial teórico foi criado, a Psicanálise das Configurações Vinculares, que enfoca tanto a família como grupos maiores. A autora pontua que na França destacavam-se Kaës (2001), Eiguer (1998) e Ruffiot (1984) (como citado em Gomes, 2012). Kaës contribui com os conceitos de “transmissão psíquica, aliança inconscientes, espaço psíquico comum e partilhado...” Eiguer, contribui com a teoria da técnica no atendimento de família e casais. Ruffiot apresenta o conceito de aparelho psíquico familiar, “que apesar de resultar da fusão dos psiquismos primários de cada membro do grupo, corresponde a um sistema de funcionamento autônomo” (Gomes, 2012, p.51).

Tanto Weissmann (2008) quanto Gomes (2012) apontam ser relevantes para a abordagem vincular as contribuições de Pichón-Riviere, José Bleger e Bereinstein e Puget, na Argentina. Bleger, segundo Porchat (2006), considera a família um grupo primário de identificações e projeções maciças, é o lócus onde se concentra a parte menos diferenciada da personalidade. Somente quando começa a ocorrer a diferenciação é que a família sai do estado de simbiose e interage de forma mais saudável. Ainda segundo Porchat (2006) tal concepção se assemelha àquela dos teóricos franceses e “também poderia ser transposta para a compreensão do casal simbiótico, no qual a identificação projetiva maciça impede o desfusãoamento do parceiro” (p.77).

A importância de Pichón deve-se, segundo Gomes (2012), à noção de “porta-voz ou depositário da patologia familiar” (p.52). Este seria o sujeito escolhido pela família para ser depositário da patologia do grupo. Tal conceito influenciou significativamente o entendimento da doença mental.

duplo vínculo, refere-se à processos comunicacionais contraditórios. “É um tipo de comunicação em que duas mensagens relacionadas são dadas em dois níveis (verbal e não-verbal)” (Porchat, 2006, p.80). O nível contraditório e repetitivo da comunicação pode causar confusão e desorientação mental. Tal modelo de comunicação, segundo Porchat (2006) embora tenha servido como base para entendimento da esquizofrenia, pode ajudar a pensar certos tipos de comunicação que ocorrem entre os casais.

Segundo Gomes (2012), Bereinstein e Puget foram muito influenciados pelo pensamento de Bleger e Pichón, e comenta: “os psicanalistas argentinos propõem uma alteração na concepção de sofrimento para sofrimento vincular, na qual o sintoma ou a enfermidade mental será considerado a partir dos vínculos que se estabelecem no interior do grupo familiar” (p.52).

De acordo com Weissmann (2008) a proposta da Psicanálise Vincular - corrente argentina - que tem entre seus principais representantes Bereinstein e Puget e a Teoria das Configurações Vinculares - corrente Francesa - que tem entre seus principais autores Eiguer e Kaës “pode ser entendida como um estudo psicanalítico dos vínculos e uma ampliação da Psicanálise Freudiana” (p.29). Se esta, em sua maior parte, toma como referência o mundo intrapsíquico, a Psicanálise das Configurações Vinculares tem um olhar sobre a clínica do conjunto, que reconhece um inconsciente vincular. Segundo a autora, o inconsciente vincular pode ser entendido como uma estrutura ou rede que se encontra subjacente aos vínculos, como família, casal, instituição e grupos. De acordo com tal pressuposto, o objetivo psicanalítico nessa teoria é o desvelamento dessa trama inconsciente vincular e “o paciente ao qual escutamos seria a configuração vincular com que se nos apresenta, portanto um sofrimento vincular a ser desvendado” (p.31).

O termo vínculo passa a ter significativa importância nessa teoria. De acordo com Piva (2006), “na teoria psicanalítica, o termo vínculo tem sido utilizado em vários contextos para indicar uma relação com o outro, uma relação entre partes do self, ou uma relação entre objetos internos” (p.19). Puget e Bereinstein (1994) apontam que o termo vínculo tem uma relação direta com a noção de estabilidade e durabilidade no tempo.

O termo vínculo, em castelhano, tem sua origem no latim *vinculum*, de *vincire*: atar. Significa união ou atadura de uma pessoa ou coisa com outra. Utiliza-se também para expressar a ação de unir, juntar ou sujeitar. Atar, por sua vez, remete a unir, juntar, ou sujeitar com ligaduras ou nós. Supõe-se que os nós atem

duradouramente. Em um sentido correlativo, o vínculo, como atadura ou ligadura, também em francês *lien*, cuja origem se remonta do latim *ligare*, de onde deriva *ligamen*, em castelhano, sugerindo atadura duradoura (p. 18).

Deste modo, a ideia de vínculo associar-se à de durabilidade e estabilidade é também associada aos casais quando decidem estabelecer uma relação matrimonial. A grande maioria dos casais casam-se⁴ com a expectativa da união estender-se no tempo.

Em termos psicanalíticos, Puget e Bereinstein (1994) definem vínculo como:

Uma estrutura de três termos, constituída por dois polos, os dois egos (descritos a partir de um observador virtual) ou um ego e outro (visto a partir de si mesmo), e um conector (ou intermediário) que dará conta da maneira particular de ligar ambos (p.18).

Segundo Bereinstein (2004) este conceito sofreu alterações e atualmente vínculo é definido como “uma situação inconsciente que, ligando dois ou mais sujeitos, os determina em base a uma relação de presença” (Bereinstein, 2004, p.68).

Na perspectiva vincular, ao se introduzir a concepção de intersubjetividade, o vínculo passa a ser entendido como uma ligação entre dois ou mais sujeitos, que privilegia a presença do outro real como produtor de subjetividade em um processo contínuo. Significa que o efeito da presença do outro é algo a ser considerado e trabalhado na perspectiva vincular, e não apenas as representações inconscientes, e que a constituição da subjetividade é estendida a todo desenvolvimento humano. Nesse sentido, conforme Weissmann (2008) o efeito da presença assinala, marca uma diferença a ser levada em conta no vínculo.

Nesta perspectiva, o vínculo torna-se objeto central de estudo, e não apenas o sujeito do inconsciente, mas o sujeito multidimensional, “sujeito social, sujeito da história, sujeito do vínculo” (Piva, 2006, p.19).

⁴ O termo casamento aqui é usado também como referência a outras formas de vivenciar a conjugalidade, como a união estável. Seguiremos a definição de Puget e Bereinstein (1993) na obra *Psicanálise de casal*. Os autores definem casal (matrimonial) como “uma estrutura vincular entre duas pessoas de sexo diferente, a partir de um momento dado, quando estabelecem o compromisso de fazer parte dela, em toda sua amplitude, possam cumpri-lá ou não” (p. 03).

Sob tal perspectiva, o sujeito não se relaciona somente ao seu mundo interno e suas representações, mas também a toda uma rede vincular que foi se estruturando ao longo da vida desse sujeito.

Outro fator importante no conceito de vínculo, segundo Weissmann (2008), é o fato de que este confere aos sujeitos o sentimento de pertencimento, pois proporciona um lugar do qual podem tomar parte. “Isso amplia a subjetividade dos sujeitos ao se sentirem pertencidos ao conjunto” (Weissmann, 2008, p.34). Para a autora, é no vínculo que os sujeitos dão espaço ao novo no relacionamento. Assim, “a tarefa vincular poderia ser descrita como um trabalho de construção a partir do outro, pois só na aceitação da alteridade do outro é que o sujeito consegue vincular-se realmente” (Weissmann, 2008, p. 34). Pensando nos casais, essa pode ser uma dificuldade enfrentada pelos mesmos, pois, como vimos, há no amor-romântico uma idealização de que os sujeitos sejam iguais, e como um estado de fusão permeia o início da relação amorosa, diferenciar-se pode ser sentido como falta de amor. Weissmann (2008) aponta que este movimento de diferenciação, de reconhecimento da alteridade do outro, é um processo doloroso, mas também é através desse reconhecimento que se permite fazer no vínculo.

Apesar de conferir maior importância aos vínculos, a Psicanálise Vincular não descarta o mundo intrapsíquico. “O sujeito se sustenta na presença inerente ao vínculo e na identidade inerente ao ego, ambos contribuem para a construção da subjetividade” (Weissmann, 2008, p. 47).

Nesse sentido, foi descrito o aparato psíquico vincular, “no qual se organizam zonas diferenciáveis nomeadas como espaços psíquicos, metaforizando um tipo de representação mental e vincular que o eu estabelece com seu próprio corpo, com cada outro, ou outros, e com o mundo circundante” (Bereinstein e Puget, 1994, p.21). Desse

modo, o aparato psíquico vincular é caracterizado pelo espaço intrassubjetivo, intersubjetivo e transubjetivo.

O espaço intrassubjetivo é onde se encontram as fantasias e objetos internos.

O espaço intrassubjetivo delinea um psiquismo que vai se constituindo através de sua história pelas identificações com os objetos externos significativos. O sujeito cria seus objetos internos, apropriando-se dos outros por meio de identificações. Criam-se assim as representações internas. Fala-se aqui de representações intrapsíquicas que dão uma constituição particular ao espaço intrassubjetivo de cada sujeito, tiradas das representações das relações objetais (Weissmann, 2008, p. 48).

O espaço intersubjetivo configura-se pelos vínculos entre o sujeito e o outro. “O intersubjetivo pertence à área do convívio e dos vínculos com os outros, vínculos que criam a subjetividade” (Weissmann, 2008, p.50). A autora esclarece que o vínculo entre os sujeitos é construído na relação de presença. Assim, a presença compõe uma diferença fundamental entre os sujeitos, porque envolve a alteridade de ambos. Está implícita nessa ideia a noção de extraterritorialidade, ou seja, “o outro está fora do sujeito com sua presença; e é fundamental para a constituição do vínculo” (Weissmann, 2008, p.50). Portanto, o espaço intersubjetivo não se refere a representações internas, uma vez que estas, como foi dito, pertencem ao campo intrapsíquico, o qual abarca também os pactos e alianças inconscientes. No que diz respeito ao intersubjetivo, “os vínculos caracterizam um espaço de novidade, nos quais os acontecimentos podem sempre configurar a subjetividade, ao longo da vida toda” (Weissmann, 2008, p.52). Assim, pode-se concluir que esse espaço é interpessoal e a presença do outro é fundamental.

O espaço transubjetivo é o espaço sociocultural, e diz respeito ao momento histórico em que os sujeitos vivem e que marcam sua constituição subjetiva. Abarca, assim, os valores, as crenças e ideologias de uma determinada sociedade e tempo histórico. É definido como:

É o mundo no qual estamos imersos e, ao mesmo tempo, é o mundo que construímos: é o espaço da linguagem comum a um conjunto, o da organização social na qual nascemos e no qual se organizam os grupos em torno de uma crença ou ideia compartilhada, o dos acontecimentos históricos, das tradições, dos mitos e dos sistemas explicativos da vida quotidiana (Weissmann, 2008, p.55).

É importante salientar que esta divisão é didática. Esses espaços são intercambiáveis e todos são importantes para a Psicanálise Vincular. Conforme esclarece Piva (2006), o mundo vincular e os mundos internos coexistem de forma multidimensional. Assim, a conjugalidade, a partir do pressuposto vínculo conjugal, encontra amparo de discussão e potencial argumentativo relevante na vertente teórica apresentada, podendo esta ser um instrumento que contribuirá para o entendimento do vínculo conjugal violento. Entretanto, antes da violência conjugal, é importante ressaltar de que violência se fala.

3- AFINAL, DE QUE VIOLÊNCIA FALAMOS?

Retomando a música de Chico, não há nesta letra qualquer menção à violência entre o casal, sendo a repetição vivida pelo casal retratado o que chama a atenção. Ao ouvir a música, percebe-se que nada muda nesse casal. A própria interpretação de Chico, ao cantá-la de forma contínua, sem um intervalo maior entre uma estrofe e outra, com um refrão que não se diferencia muito da letra, reforça ainda mais a ideia de uma ordem instaurada. A ordem da repetição. Por isso a música vinculada ao trabalho, que fez refletir e questionar se existiria também a repetição na conjugalidade, repetição aqui da ordem da violência.

Freud (1914-1980), em *Recordar, repetir e elaborar*, descrevendo sobre a técnica psicanalítica distingue entre o repetir na análise e na vida do paciente. Na primeira situação, a repetição dos conteúdos traumáticos pode alcançar a via da elaboração, desde que o conteúdo reprimido se torne consciente. Entretanto, quando a força do reprimido é maior, o trauma não pode ser elaborado, a repetição toma forma de atuação, o que pode se dar tanto na vida do paciente quanto na situação analítica.

Em *Além do princípio do prazer*, Freud (1920-1976) retoma a problemática da repetição ao dizer que a compulsão à repetição estaria a serviço da pulsão de morte e que o princípio do prazer está a ela relacionado na medida em que visa reduzir as excitações do aparelho psíquico, assim cumprindo o objetivo maior de todo ser vivo, o retorno a um estado nirvânico, onde não haja dor, sofrimento ou excitação.

Gomes (2005) aponta que a violência conjugal pode ser entendida, entre outros fatores, “pelos modelos de interação familiar transmitidos entre as gerações” (p.177). Deste modo, entende-se que o não dito familiar, o não representado e o fato traumático

reprimido, como aponta Freud (1914-1980), abre vias à repetição da violência na conjugalidade.

Como já foi dito neste trabalho, em minha prática profissional como psicóloga, pude observar que uma certa repetição da violência na conjugalidade não era incomum. Ou ainda, que algumas mulheres vivenciavam a violência conjugal em diferentes relações, com diferentes parceiros, repetindo suas escolhas e aspectos da dinâmica conjugal. Tais observações, levaram ao questionamento sobre a repetição da violência no vínculo conjugal, indagando no título da pesquisa se “todo dia eles fazem tudo sempre igual?”. Feita essa justificativa, é importante delinear o conceito de violência.

De forma geral, a violência em seu contexto amplo, invade o sujeito com força avassaladora. Diariamente, através dos meios de comunicação surgem notícias de acontecimentos nos quais esta problemática está presente em toda sua diversidade. Assaltos, roubos, homicídios, chacinas, crimes de corrupção, desigualdade social, trabalho infantil, para citar algumas delas, até outras formas mais veladas, que poucas vezes ocupam espaço nos noticiários. Tais episódios se referem ao campo do privado, mais precisamente do espaço privado da família, espaço de dramas e histórias também violentas.

Estes casos, quando surgem no cenário social através dos veículos midiáticos, geralmente causam espanto e indignação, principalmente quando têm grande repercussão social, imagens, cenas e histórias contadas e recontadas inúmeras vezes. Causam comoção nacional e sentimentos relacionados ao desejo de punição, justiça, indignação, e também de atração. No cenário social, as pessoas se perguntam: como um pai pode matar um filho? Um marido, à esposa? E a busca pelo entendimento da violência ocupa lugar no meio social e acadêmico, com suas diferenças e particularidades.

No que diz respeito às pesquisas e estudos, a abrangência de temas é enorme, nas mais diversas áreas de formação e campos analisados. O próprio termo violência é analisado em várias vertentes. Interessa aqui, inicialmente, o conceito de violência a fim de embasamento teórico.

Chauí (1985) apresenta uma definição abrangente e que se relaciona com o tema proposto. A autora entende este fenômeno não como a transgressão de normas e leis, mas como uma relação assimétrica de forças, tanto no campo social, como no relacional. Em suas palavras: “Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e assimetria... com fins de dominação, exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa” (Chauí, 1985, p.35). A autora postula que a característica desta coisa é a inércia, a passividade e o silêncio, de modo que, quando há o impedimento da expressão, da fala e da atividade de alguém, há violência.

Em outra obra, Chauí (1982) afirma que a violência existe quando um indivíduo ou uma instituição impede, por meios físicos ou psicológicos, que o outro se manifeste em sua singularidade. Compreende-se dos conceitos apresentados pela autora que a violência se relaciona a uma negação do outro, com restrição de sua subjetividade. O sujeito é impedido, pela violência, de ser quem ele é, de se manifestar, de fazer suas escolhas e agir com liberdade.

Para Birman (2003), a violência é a negação do outro naquilo que ele tem de essencial. “Eliminação do outro, se este resiste e faz obstáculo ao gozo do sujeito... A violência impede a manifestação do outro na sua singularidade” (p.46).

Tal conceito vai ao encontro do utilizado por Bereinstein (2006) que define: “violência é uma ação que está dirigida para suprimir ou destruir o outro” (p.283).

Marin (2002), ao caracterizar a violência em ato, aponta o seu caráter de destrutividade, de indiferença, apontando que a violência se constitui:

... Em uma experiência de excesso - de ódio, de votos de morte, de contatos eróticos, de amor invasor, de pancadas, de indiferença. É uma situação na qual o outro é destruído por não poder existir de modo algum, em que não se constrói alteridade e impera o princípio do absoluto, do UM (p.77).

Apesar de pontuar o caráter de destrutividade, Marin (2002) aponta a violência como pulsão, algo que excede, levando o sujeito a atuar com violência. A autora pontua que, desde Freud, a Psicanálise tem demonstrado que a violência é determinante da subjetividade, pois a pulsão, associada à noção de excesso e excitação, é constituinte do sujeito, e negar esse excesso, ou mesmo tentar “curá-lo”, apaziguando-o ou extinguindo-o, corresponde a negar a condição humana. Assim, o mal-estar provocado pela renúncia à pulsão, além de ser vivido como desequilíbrio pulsional, é também vivido como violência. Tal noção que se aproxima do conceito de agressividade, que para a Psicanálise é constitutiva do sujeito. Laplanche e Pontalis (1996) colocam:

...A Psicanálise atribuiu uma importância crescente à agressividade, mostrando-a em operação desde cedo no desenvolvimento do sujeito e sublinhando o mecanismo complexo da sua união com a sexualidade e da sua separação dela. Esta evolução de ideias culmina com a tentativa de procurar na agressividade um substrato pulsional único e fundamental na noção de pulsão de morte (p.11).

Neste trabalho, trabalha-se com a noção de violência que envolve os conceitos apresentados, ou seja, a violência que tem como referência o vínculo com o outro, que se centra na negação da subjetividade e da alteridade, na anulação do outro, e na destrutividade do outro, seja física, moral, psicológica, social.

Apresentado o conceito de violência, torna-se necessário fazer um exame um pouco mais detalhado dos usos do termo violência no universo em que se está adentrando, pois diversas terminologias têm sido utilizadas para se tratar a violência entre os casais: violência contra a mulher, violência de gênero, violência doméstica, violência intrafamiliar e violência conjugal. O uso corrente destes termos têm causado

certa confusão, pois geralmente são usados como sinônimos, e torna-se importante a escolha de um deles para nortear o presente trabalho. Como o título sugere, a expressão escolhida foi violência conjugal.

3.1 - Os diversos termos utilizados para violência no contexto familiar

Araújo (2002) apresenta e diferencia os conceitos supracitados. Para a autora, a violência intrafamiliar diz respeito àquela que ocorre na família, não necessariamente por pessoas que vivem na mesma casa, embora ocorra em número maior entre pessoas que residem sob o mesmo teto.

A violência doméstica, por sua vez, não está limitada aos laços de parentesco, ou seja, tais laços podem ou não existir; o critério de definição, neste caso, é a coabitação entre as pessoas no mesmo espaço doméstico (Araújo, 2002).

Tais definições vão ao encontro da cartilha elaborada pelo Ministério da Saúde (2002), Brasil, “*Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*”, onde se pode encontrar também a definição dos termos na mesma linha de raciocínio da autora. “O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também às relações em que se constrói e efetua” (p.15). Ou seja, pode ocorrer dentro ou fora do espaço domiciliar, estando em questão as relações familiares e a violência.

No mesmo texto aparece a diferenciação entre violência intrafamiliar e doméstica, salientando que esta última inclui “outros membros do grupo, sem função parental, que convivem no mesmo espaço doméstico” (Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas Públicas de Saúde, p.15). Conceito que concorda com aquele postulado por Araújo (2002). Na noção de violência doméstica, encontra-se a violência

praticada não somente contra a mulher, mas também àquela praticada contra crianças, adolescentes e idosos.

A violência contra a mulher, embora ocorra com bastante frequência no espaço doméstico, pode ocorrer fora dele. “É perpetrada por parentes e não parentes, dentro e fora do domicílio” (Araújo, 2002, p.04).

De acordo com Debert e Gregori (2008), o uso do termo violência contra a mulher se relaciona com a ideia de que o patriarcalismo oprime significativamente as mulheres e, por isso, as mesmas se submetem, ou seja, a violência contra a mulher seria decorrente da dominação masculina. Visão partilhada por uma linha do feminismo.

Saffiotti (1997) utiliza o termo violência de gênero para incluir além das vítimas mulheres, as crianças e adolescentes (de ambos os sexos) objetos da dominação e violência masculina, que no Brasil é constitutiva das relações de gênero.

Ainda em Saffiotti (1994) encontra-se a definição de violência de gênero:

A violência de gênero produz e reproduz-se nas relações de poder, onde se entrelaçam as categorias, gênero, classe e etnia. Expressa uma forma global mediatizada pela ordem patriarcal que dá aos homens o direito de dominar e controlar as mulheres, podendo para isso usar de violência (p.155).

Neste conceito apresentado, tem-se que a violência de gênero está em estrita relação com o poder conferido socialmente aos homens. Araújo, Martins e Santos (2004) explicam que “pelo fato das mulheres serem as maiores vítimas da violência de gênero, 95%, e o homem o agressor, os termos violência de gênero e violência contra a mulher são usados como sinônimos” (2004, p.17).

Tendo em vista os autores citados até aqui, entende-se que o termo mulheres vítimas de violência é também utilizado como sinônimo de violência de gênero. Contudo, o termo vítima de violência é algo mais marcante, que cumpre no imaginário social a função de incitar a procura ao culpado da ação e assim ter a possibilidade de julgá-lo judicialmente e condená-lo por seus atos.

Tal consideração merece um comentário. Sterian (2003 como citado por Zago, 2009) explica que a pulsão agressiva, constitutiva do ser humano, é reprimida para que se possa viver em sociedade; entretanto, mesmo reprimida pelo superego, continua a existir. Por isso o sujeito é capaz de sentir fascínio e repulsa por atos agressivos praticados por outro sujeito. Quando um outro exhibe sua agressividade cometendo um ato violento, há concomitantemente um gozo de outros sujeitos por aquele ter se libertado do julgamento do superego. Assim, encontrar no cenário social os criminosos e culpados por atos de violência parece não ser apenas uma demanda jurídica, envolve também, no aspecto social, a possibilidade de que os sujeitos do grupo reafirmem que a violência está no outro, fora de si mesmos, e assim reforçar mecanismos de exclusão e punição. Os crimes de repercussão nacional são um exemplo do que está sendo destacado.

No momento de escrita deste capítulo, um caso de repercussão nacional ocupou o cenário social. Trata-se do julgamento de Lindenberg Farias, ex-namorado de Eloá Pimentel, uma garota de 15 anos que foi mantida em cárcere privado e assassinada por Lindenberg. O sequestro e morte da adolescente, que ocorreu em 2008, duraram mais de 100 horas e foram transmitidos em rede nacional por canais de TV.

O julgamento, que aconteceu em fevereiro de 2012, também era noticiado e acompanhado durante todo o tempo pela TV, jornais e outros. As cenas dos dias do sequestro foram repetidas inúmeras vezes, centenas de pessoas se aglomeraram na porta do Fórum para tentar entrar e acompanhar o julgamento, ou apenas para ficar ali, do lado de fora mesmo, “participando” de alguma forma da cena social, e para ouvir o pronunciamento da sentença, transmitida em tempo real e acompanhada do regozijo dos que lá estavam.

Marin (2002) aborda a violência como espetáculo, exercendo fascínio e horror de todos. Um espetáculo em que há uma estreita relação entre olhar e imaginar, que produz o gozo. Pode-se assim garantir que a violência fique fora, em outra classe social, em outro lugar que não seja em cada um de nós.

3.2- Violência de gênero

Outra concepção de violência que considera o gênero e que é compartilhada por esta pesquisa é postulada por Machado (2006), quando considera que a violência de gênero não implica única e exclusivamente, uma condição de exercício do poder, embora, para a autora, tenha relação com o poder. Nas palavras da autora; “entendo que todos são sujeitos e homens e mulheres se enredam subjetivamente nas situações de violência, porque estão enredados nas dimensões subjetivas de gênero, mas há posições diferenciadas na violência” (p.189).

Depreende-se de Machado (2006) que, embora o conceito de gênero permita uma articulação com o poder, não fica limitado a ele, ou seja, não se está falando apenas de vítimas e algozes.

Para Puthin e Azevedo (2009) a violência de gênero é caracterizada pelo ato violento em função do gênero ao qual a pessoa pertence, seja homem ou mulher.

Almeida e Saffioti (1998), ao utilizarem o termo violência de gênero, afirmam que esta violência “visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sexuais” (p.156).

Nesse sentido, as diferenças entre os gêneros favoreceram a criação no imaginário popular da figura do homem associada à figura da potência, virilidade, dominação, poder, enquanto as mulheres foram relacionadas às imagens de submissão, fragilidade, impotência. Tais diferenças serviram como marco ao exercício da violência

de homens contra mulheres, pois tal atitude estaria justificada por essa virilidade masculina, pela dominação dos homens e submissão da mulher (Saffioti, 2005). Tal posicionamento não é excluído nessa pesquisa, no entanto, não se está preso somente à ele para analisar a violência conjugal.

Ainda de acordo com Saffioti (2005), a divisão desigual das classes sociais, na qual deve ser considerada a imensa parcela da população pobre do país, o patriarcado e o racismo são os três sistemas principais que favorecem a exploração e a vitimização de mulheres e crianças. O poder e acumulação de capital continuam geridos por uma pequena parcela de homens brancos e ricos. Tal fato propicia um estado de miséria que produz falta de toda ordem: alimentação adequada, educação, saneamento básico, saúde, acesso aos bens de cultura, entre outros.

Para Saffioti (1989), as mulheres, os negros, os pobres e as crianças são as categorias subalternas no Brasil, sendo que mulheres e negras estariam em último lugar e o homem branco e rico em primeiro lugar, constituindo assim a chamada síndrome do pequeno poder. Esta pode se caracterizada por uma hierarquia em que aqueles que estão no topo submetem a toda ordem àqueles que estão nas categorias mais baixas da hierarquia, os quais aceitam isso como regras estabelecidas e, desta forma, são objeto de vários tipos de violência.

Para Neves (2009), “a definição de ser homem ou de ser mulher submete-se à socialização de gênero, com base nas expectativas que a cultura tem e atribui a cada sexo” (p.85), demonstrando que a socialização desses modelos interiorizados estaria implicada com a violência de gênero.

Diniz, Lopes e Gesteira (2003), em um estudo que teve como objetivo identificar a violência “conjugal” em discursos masculinos, realizado na capital Baiana no ano de 2003, identificaram que “quando os homens conceituam a violência é a condição de

agressor do homem e a situação de vítima da mulher que está implicada” (p. 82). Ou seja, ao considerarem a agressão como própria do homem, os sujeitos traduzem uma construção social de gênero, apreendida e interiorizada nas relações interpessoais, que está ainda vigente na sociedade contemporânea e perpassa as relações conjugais.

Portanto, não há como discutir a problemática da violência entre o casal sem um olhar para a questão do gênero; entretanto, em uma perspectiva como a apontada por Machado (2006), em entrevista à antropóloga Rosely Porto (2006), quando diz “gênero, portanto, permite pensar que não existe apenas homem que bate em mulher e mulher que é vítima. Refletir em termos de violência contra a mulher é algo que limita, mas se você usa politicamente a violência de gênero não tem problema, então diferencio muito isso” (p.189). Contudo, Machado (2006, 2010) não deixa de assinalar que a violência cometida por homens contra mulheres é acentuadamente marcada pelo controle, poder, ciúmes e defesa da honra.

Depreende-se de Machado (2010) que a discussão a respeito da violência contra a mulher em seu aspecto de vitimização tem sentido apenas no debate político. A noção de gênero associada à noção de poder e dominação masculina foi amplamente discutida e serviu ao debate de leis e projetos que conferem direitos e proteção à mulher. De fato, não há como negar que todo o processo histórico de opressão às mulheres, como visto no capítulo 1, tenha favorecido que questões de gênero estivessem implicadas no problema da violência entre homens e mulheres, seja a que ocorre no interior dos lares, seja aquela que se dá nos espaços sociais. Há que se valorizar a participação feminista nos debates acerca da garantia de direitos e proteção às mulheres, inclusive no que tange à questão da violência sofrida por seus companheiros, que teve como uma de suas pautas a não aceitação do argumento de defesa da honra, até então aceito pelo judiciário, inclusive nos casos que mulheres foram assassinadas por seus cônjuges (Machado,

2004). Há que se citar também a luta de Maria da Penha Maia Fernandes, que se empenhou pela promulgação da lei que ficou conhecida como lei Maria da Penha (Nº 11.340. 2006). Embora de extrema importância, nesta pesquisa a perspectiva de gênero é tomada em uma dimensão mais ampla, que caminha além da relação vítima-algoz.

Assim, não se trata também de desconsiderar a existência da vítima no sentido de que é o corpo da mulher que sofre os maiores danos, pois existe desigualdade de forças. Contudo, se a prática cotidiana mostra que o corpo da mulher padece, a vitimização é o que aprisiona a mesma mulher a uma queixa sem fim (Cerruti, 2007).

Neste sentido, considerar-se-á além do binômio agressor-vítima, para isso optando pelo uso da terminologia “violência conjugal”, implicando esta em um vínculo conjugal violento, que é construído.

3.3 - Violência Conjugal

Por que algumas relações se constituem violentas e outras não? Se os problemas de gênero são importantes para pensar essa questão, pois estão presentes em maior ou menor grau na conjugalidade, considera-se neste trabalho que essas diferenças não são suficientes para que os relacionamentos sejam violentos.

Machado e Magalhães (1998) afirmam que, mesmo no campo do feminismo, desde a década de 1990, houve uma crítica ao discurso da mulher como vítima, assim como na Psicologia e na Psicanálise. Nas palavras das autoras: “As (e os) analistas da temática passaram a delinear e a nomear como objeto de reflexão a trama mesma das relações entre homens e mulheres, e a dupla indagação sobre os lugares de uns e outros” (p. 3). Ou seja, uma nova forma de estudar estas relações começava a se delinear entre os estudiosos e pesquisadores dessa temática, que passavam a entender a mulher não apenas como vítima, mas sim buscando analisar as relações entre homens e mulheres

além das relações de poder, pois “essas relações também se organizam como relações de afetividade, sexualidade, amor e paixão” (Machado e Magalhães, 1998, p. 3).

Delineia-se assim, segundo Machado e Magalhães (1998), um campo de estudos, tanto para a Psicologia e Psicanálise quanto para os estudos de gênero e estudos feministas, que reconhece atitudes que levam mulheres a se manterem em relações de violência e também contribuírem para a continuidade do jogo. Neste sentido, começou-se a falar em casais violentos e passou a se instaurar uma crítica à visão da mulher unicamente como vítima.

Entretanto, Machado e Magalhães (1998) demonstram preocupação com esta posição, pois temem que direitos conquistados sejam ameaçados e fiquem estremecidos, mas afirmam que não se trata de escolher simplesmente uma posição, mas de analisar as histórias dessas mulheres e interpretá-las sob duas perspectivas: a do direito e a do entendimento. Enfatizam a necessidade em não retirar a perspectiva dos direitos humanos e por outro lado entender as razões das mulheres se envolverem e se manterem em relações destrutivas e violentas.

Muszkat (2008) considera que, embora a cultura reproduza relações nas quais se instaura a hegemonia masculina sobre a feminina, as práticas de dominação dos homens sobre as mulheres não são reforçadas somente pelos homens. Longe de querer culpar as mulheres pela violência que sofrem, a autora salienta que “não podemos desconsiderar que também elas compartilham extensamente desses mesmos códigos e valores, contribuindo para sua manutenção” (p.127).

Muszkat (2008) refere-se à naturalização de comportamentos e atitudes que são conferidos aos homens e às mulheres como naturais, denominada ideologia naturalista. A autora cita alguns exemplos dessa ideologia, como infidelidade conjugal, uso abusivo de álcool, proibição de que ela exerça trabalho fora de casa, negligência em relação aos

filhos, ciúmes, entre outros comportamentos que são identificados como práticas naturais, demonstrando assim uma implicação social que pode se fazer presente nos relacionamentos conjugais, e é relevante na análise da questão da violência conjugal.

Ainda em Muszkat (2008) é construído um paralelo entre violência de gênero (embora use este termo, a autora não desconsidera a perspectiva do casal) e desamparo⁵. Entende a autora que o uso da violência não está relacionado ao poder, mas sim à falta deste. Explica que os homens, ao se sentirem destituídos de poder, apegam-se de forma adesiva a rígidos padrões de masculinidade, acreditando que estes padrões lhes garantem uma identidade masculina; esta identidade, por sua vez, liga-se a poucos elementos identificadores, como por exemplo “dominar mulher e filhos e ser o provedor da família” (Muszkat, 2008, p. 129). Assim, quando ele se depara com alguma alteração destas condições, e com isso sente sua identidade ameaçada, sobra-lhe como precário recurso de resgate de identidade e de seu narcisismo o uso da violência. A autora cunha o termo desamparo identitário para este fenômeno, e associa a violência de gênero pela busca ao ideal de ego, que é marcado pela introjeção dos valores culturais.

Embora Muszkat (2006, 2008) tenha concentrado seu trabalho na questão da masculinidade e violência, não deixa de considerar a problemática em termos relacionais, não tendo, portanto, uma visão unilateral, pautada no discurso vítima-agressor, em que o homem, detentor de certo poder e em razão deste, seria violento com a mulher.

Gregori (1993), antropóloga e feminista, em sua clássica obra *Cenas e queixas*, aponta que não é possível excluir o homem ou a mulher no entendimento do fenômeno abordado, pois atribuir a condição de agressores e vítimas respectivamente tem sido ineficaz no combate à perpetuação da violência. Ainda para a autora, a cena da queixa

⁵ O termo desamparo foi utilizado por Freud inicialmente para designar o estado de total dependência do bebê no início da vida psíquica. Segundo Laplanche e Pontalis (1996) “Para o adulto, o estado de desamparo é o protótipo da situação traumática geradora de angústia” (p.112).

impetrada pelas mulheres consiste em eximir-se da situação de violência, culpando exclusivamente o outro pelo episódio violento. “Um recurso frequente nas explicações sobre os conflitos domésticos por parte das entrevistadas... é o de atribuir a responsabilidade por eles a elementos que não dizem respeito às suas condutas e que são de difícil resolução por elas” (p.140).

A hipótese proposta por Gregori é corroborada por Ramos e Oltramari (2010), quando descrevem o trabalho de um grupo reflexivo com mulheres que sofreram violência doméstica. Segundo os autores, muitos encontros foram baseados nas trocas de queixas entre as mulheres, que se colocaram em uma posição vitimizante, onde o casamento como um projeto a longo prazo havia sido desestabilizado por causa do marido, “ bebedeira, mulheres, boêmia, práticas sexuais exageradas” (p. 423).

Para Cerruti (2007), as políticas públicas estão fortemente baseadas no binômio vítima-agressor. O impacto destas políticas é justamente o contrário do pretendido, ou seja, ao tentar combater a dicotomia forte-fraco acaba por expandi-la, reforçando a ideia da mulher como uma pessoa fraca e vulnerável.

Cerruti (2007) descreve sobre sua experiência e atuação em uma ONG na cidade de São Paulo, fundada no ano de 1977, com ideais feministas, e que visava à proteção e reconhecimento dos direitos da mulher. Relata que o trabalho foi evoluindo até que, no ano de 1990, a Instituição passou também a atender homens em sua sede. A partir de então, a média anual de evasão de mulheres caiu anualmente de “79% para 18%” (p. 13). Dado relevante, que aponta que o olhar sobre o homem pode proporcionar resultados mais efetivos no atendimento aos que estão implicados nessa problemática.

Em Araújo (2005), a violência conjugal é entendida a partir do contexto social e histórico, no qual aspectos sociais, individuais, conscientes e inconscientes estão inter-

relacionados, sendo variadas as faces da violência conjugal em cada casal, assim como os arranjos que os casais dispõem para lidar com tal fenômeno.

Araújo e Mattioli (2004), embora concordem com a naturalização do patriarcado e a opressão das mulheres por essa naturalização, que acabou conferindo aos homens lugares privilegiados na esfera pública e privada, citam e concordam com Lang (2001), quando este afirma que a dominação masculina não pode ser entendida como algo pronto, estanque, em que tudo está dado.

Hirigoyen (2005), psiquiatra e psicanalista francesa, utiliza a terminologia violência no casal, que define como sendo “um acontecimento brutal ocorrido na intimidade de casais onde um parceiro de qualquer sexo procura impor à força seu poder ao outro parceiro” (p.15). A autora prefere utilizar o termo violência no casal por incluir no termo também os casais homossexuais. Considera ainda que a violência possa ser exercida por um homem em relação a uma mulher e por esta em relação ao homem, embora, a violência do homem contra a mulher seja a mais difundida. Contempla em sua análise aspectos da cultura patriarcal, contudo acredita que a violência entre o casal não pode ser reduzida a fenômenos sociais e culturais, sendo necessário cuidado para que o discurso atual de denúncia não oponha ainda mais homens e mulheres.

Outros autores também utilizam o termo violência conjugal, contudo sem uma formulação conceitual do mesmo (Souza & Alvim, 2005; Falcke, Oliveira, Rosa & Bentacur, 2009). Entretanto, deixam claro que a compreensão desta problemática deve abranger o aspecto interacional do casal.

Partindo destas considerações, e não abandonando a perspectiva dos direitos humanos, mas olhando também o avesso do tema é que se propõe a utilização neste trabalho da expressão “violência conjugal”, pois interessa a análise a partir do vínculo

conjugal que, no caso, tem a particularidade de ser um vínculo atravessado pela violência.

Entende-se, nesta pesquisa, que o termo violência conjugal é o que mais se aproxima da perspectiva que propomos investigar. Interessa ouvir o casal, homem e mulher, que tenha construído um vínculo conjugal violento. Souza e Alvim (2005) apontam que as produções com a temática da violência, principalmente a conjugal, contam com pouca participação masculina como sujeitos de pesquisa, e poucas vezes analisam os aspectos relacionais desta questão tão complexa. Com a guarida teórica da Psicanálise e da Psicanálise Vincular pretende-se adentrar o vasto e complexo território do vínculo conjugal violento.

4 - O MÉTODO: PERCORRENDO UM CAMINHO...

4.1 - A Proposta Teórica

A Psicanálise é o referencial teórico utilizado neste trabalho. Esta é, portanto, uma pesquisa qualitativa, ancorada na Psicanálise, a qual, por sua vez, tem como método a interpretação.

Guerra (2010), ao analisar a Psicanálise enquanto método científico, afirma que esta tem como característica o rompimento com a busca de uma verdade única, projeto amplamente percorrido pela ciência moderna, que tem em Descartes e nos racionalistas seus principais representantes.

Ao lado de Nietzsche e de Marx, Freud ficou conhecido como um dos mestres da suspeita. Colocando em xeque a racionalidade, eles suspeitaram dos ideais modernos e de eficiência instrumental, de progresso e de perfeição, assentados nas grandes narrativas que compuseram a ilusão racionalista do período moderno (Guerra, 2010, p.137).

Ao subverter esta ordem, a Psicanálise inaugura uma nova forma de se fazer ciência, visto que, dá voz ao sujeito. Por ser o seu campo de pesquisa o inconsciente, inclui em cada estudo não só o sujeito, mas também o pesquisador, e convida ao questionamento dos ideais científicos da “racionalidade, neutralidade e legitimidade” (Guerra, 2010, p.142). Trata-se, portanto, de um olhar atravessado, que é precisamente o que interessa em Psicanálise.

A palavra “Método” deriva de *métodos-meta-através* e *hodós-caminho*. Segundo Castro (2010), método indica o caminho a ser atravessado. Assim, está implícita no significado da palavra a noção de movimento, de deslocamento, algo levado de um lugar a outro. Não que se pretenda chegar a um ponto final, a um destino que esgote o tema ao se concluir a pesquisa. Ainda assim, esse movimento do pesquisador é também do interesse da Psicanálise, uma vez que, ao utilizar o método

psicanalítico como um método de investigação, o pesquisador está o tempo todo implicado na pesquisa, “participa nas linhas e entrelinhas do que escreve” (p.29).

Elia (2000) afirma que toda pesquisa em Psicanálise é clínica, não necessariamente porque o seu campo é o da clínica, aquela desenvolvida em consultórios ou instituições, mas porque necessariamente o pesquisador está incluído na pesquisa.

A inter-relação entre a clínica e a pesquisa psicanalítica é também analisada por Calazans e Serpa (2010), os quais afirmam que “a dimensão da clínica não deve ser desconsiderada em nenhuma questão em que esteja em jogo a psicanálise” (p.89). Independentemente do tipo de pesquisa realizada, seja estudo de caso, pesquisa de campo ou pesquisa teórica, a pesquisa em Psicanálise nunca deixa de se referir à clínica, aos seus avanços e impasses. “A Psicanálise, e cremos que quanto a isto não há dúvidas, é uma clínica” (p.89).

Para Herrmann (2004), a Psicanálise ocupa-se principalmente da investigação do sentido humano nas pessoas, sejam elas pacientes, grupos ou organizações, e também na sociedade e nas suas diversas produções culturais. Preocupa-se “em todo caso, nisso tudo, em todo mundo humano, enquanto mundo psíquico” (p.25). O autor afirma que o trabalho clínico desenvolvido por analistas em consultórios é uma bela forma de investigação, embora a investigação psicanalítica não se prenda exclusivamente a tais casos, podendo ampliar-se para o que o autor chama de clínica extensa.

Os principais questionamentos que levaram à realização desta pesquisa partiram da prática clínica, inserida em um contexto de saúde pública, mas o presente estudo não trata especificamente de um caso clínico advindo desta, o que constituiria um caso clínico, mas sim de um estudo de caso, o qual é caracterizado pelo estudo aprofundado

de um ou mais objetos, o que permite um conhecimento amplo do mesmo, porém não generalista (Suassuna, 2008).

A violência conjugal é um tema amplo e complexo, e por isso mesmo é estudado em várias ciências, como as Ciências Sociais, a História, a Psicologia, a Psicanálise, entre outras. Trata-se também de uma questão de saúde pública, de Direitos Humanos e de segurança social. Neste sentido, considera-se que um estudo interdisciplinar enriquece e nutre o presente estudo com elementos que podem nos ajudar na análise e compreensão do vínculo conjugal violento.

A respeito da interdisciplinaridade, Marcos (2010), considera que a Psicanálise é um campo teórico-clínico aberto aos fenômenos sociais e “possui dispositivos teóricos e metodológicos para analisar as transformações históricas e sociais na sua relação com o sujeito e pesquisar os fenômenos sociais” (p.108) por isso se integra aos processos psicossociais. A autora parte do pressuposto de que a Psicanálise, como um saber, pode e deve se inter-relacionar com outras ciências, assim como deve questioná-las e ser por elas questionada, enriquecendo assim todos os campos do conhecimento envolvidos. Lembra ainda que Freud incluiu a investigação de fenômenos socioculturais e políticos na construção da Psicanálise, portanto “a articulação entre o sujeito e a sociedade faz parte da trama teórica e clínica da psicanálise” (p.106), com uma ponte direta com o conhecimento psicossocial.

Ainda a respeito da Psicanálise em consonância com os estudos psicossociais, Gomes (2009) afirma que, quando se trabalha com casais e famílias, tanto no viés profissional como no de pesquisa acadêmica, não se pode deixar de considerar a relevância dos estudos psicossociais focados neste mesmo campo de estudo, que demonstram as profundas transformações ocorridas nos últimos anos, as quais não

podem deixar de ocupar espaço significativo de análise, tanto no campo teórico, clínico, como no campo de pesquisa.

Investigar o vínculo conjugal violento perpassa necessariamente o campo psicossocial, portanto esta pesquisa baseia-se em uma leitura psicanalítica, logo interpretativa, do vínculo conjugal violento, de sua constituição e de seus desdobramentos.

4.2 - A pesquisa e a escuta itinerante

Quando do recebimento do parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Uberlândia (processo número 253-11), e após a aprovação e inserção na ONG SOS Mulher Família de Uberlândia, começou a busca pelos sujeitos sobre os quais seria realizado o estudo.

Assim, considerando que não apenas a mulher, mas também o homem precisava ser ouvido para melhor entendimento do vínculo conjugal violento, o critério estabelecido para participação na pesquisa foi a escolha de casais que estivessem vivenciando ou tivessem vivenciado a violência conjugal. Os casais poderiam ou não estar em atendimento na ONG, contudo, a busca inicial era por casais que estivessem em atendimento conjunto, (não apenas no setor de Psicologia da ONG, mas também no setor Social ou Jurídico) pois se acreditava que dessa forma a disponibilidade para a pesquisa seria maior, já que ambos estariam inseridos no contexto institucional. Porém, de todos os profissionais que atuavam na ONG, apenas um deles atendia na modalidade de psicoterapia de casal, e atendia naquele momento, apenas um casal, que foi o primeiro casal entrevistado.

Foram selecionados três casais. Helena e João, o primeiro casal, estavam em processo de psicoterapia de casal quando o convite para participar da pesquisa foi feito.

Maria e Pedro, o segundo casal, foram convidados a participar da pesquisa a partir do atendimento do serviço social. Ela foi à ONG e posteriormente Pedro foi convidado a comparecer à instituição, sendo atendidos conjuntamente pelo serviço social. Com Laura e Roberto, o terceiro casal, o processo deu-se da mesma forma. Laura procurou a ONG em um primeiro momento com o filho. Atendidos pelo serviço social, um convite foi feito a Roberto para comparecer à instituição. Depois, o casal foi também atendido conjuntamente pelo serviço social e ambos iniciaram psicoterapia individual.

O serviço social é a porta de entrada da ONG, realizando um primeiro atendimento aos sujeitos e identificando suas necessidades. A partir daí eles são encaminhados para os setores indicados (jurídico e de psicologia) ou para outras instituições. No caso do segundo e terceiro casais, o profissional que os atendeu me relatou sobre os casos e, posteriormente fez um convite inicial. Em seguida, eu entrei em contato telefônico com os casais agendando as entrevistas.

Foram então realizadas duas entrevistas abertas, com cada casal, não houve assim, um roteiro formal previamente estabelecido, mas sim, algumas questões que o pesquisador tinha em mente questionar como: há quanto tempo estão juntos, a história das famílias de origem, sobre como se conheceram, as crises vivenciadas, entre outras. Assim, partiu-se da seguinte afirmação: “gostaria que vocês contassem a história de vocês”. Todas as entrevistas aconteceram na residência dos casais. A escolha por duas entrevistas justifica-se na medida em que, uma entrevista poderia deixar lacunas abertas ao investigador, que num segundo encontro, poderiam ser mais bem trabalhadas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas, segundo o método psicanalítico, na medida em que emergiam temas significativos. Os nomes dos participantes foram trocados aleatoriamente e omitidos quaisquer dados que pudessem

identificá-los. Optou-se por manter em respeito aos sujeitos entrevistados, a transcrição literal de suas falas, à sua cultura e formação educacional.

5- OS CASAIS E SUAS HISTÓRIAS

5.1- Helena e João: A paixão idealizada

O primeiro casal participante da pesquisa esteve na ONG encaminhado por um delegado de polícia, quando Helena procurou uma delegacia comum para fazer uma denúncia contra João. Foram atendidos inicialmente pelo serviço social e logo encaminhados para o setor de Psicologia. Neste, foram atendidos na modalidade de psicoterapia de casal.

Entrei em contato com o profissional que os atendia, este contou brevemente sobre o caso.

Interessante pontuar que, ao propor ao profissional que fizesse o convite inicial ao casal para que participasse da pesquisa, este se dispôs a conversar com o casal, mas declarou preferir utilizar o termo “conflito conjugal”, e não violência, ao fazer o convite para os sujeitos.

Tal pontuação, me levou a pensar sobre a utilização do termo violência. Não utilizá-lo teria o mesmo significado de negá-la? Marin (2002), ao analisar a questão entre negação e violência, aponta que há, socialmente, uma tentativa de negar a violência enquanto determinante da subjetividade. A autora entende a violência como tendo um caráter pulsional, sendo a pulsão uma força que impele, que é insistente e imprevisível e que pode ameaçar a civilização e sua ordem (p.23). Assim, negar essa força vital, a violência de cada um, contribui significativamente para práticas aniquiladoras da violência e não para seu controle ou prevenção. “Parece que se quer garantir que a violência fique em outro lugar, em outra classe, menos dentro de cada um. No entanto várias pesquisas apontam que o índice de violência doméstica revela um cenário assombroso” (p.19).

No filme citado nesta pesquisa, “*Amor?*”, a atriz Julia Lemmertz faz uma consideração interessante a respeito da negação da violência quando diz, “a gente busca o belo, o bom, o saudável, mas a gente tem que assumir o lado escuro, tem que saber que tudo anda junto”.

O cuidado ao se referir à palavra violência quando o convite foi feito ao casal pelo profissional que o atendia implicou em uma tentativa de amenizar os sentidos envolvidos com a violência. Da mesma forma, quando houve o contato telefônico para explicar sucintamente a pesquisa, “conflito” foi a palavra que utilizei, cuja escolha foi claramente influenciada por toda aquela trama, o que evidenciava o desconforto com o uso da palavra “violência”.

A primeira entrevista foi marcada com Helena, por telefone. Os dados anteriores ao primeiro encontro eram os seguintes:

A história de Helena e João

Helena, 39 anos e João, 44, estão juntos há dois anos, vivendo em união estável, mas contam que se conhecem há 25 anos. Tiveram um rápido namoro quando ela tinha 18 anos e ele, 23. Ambos já foram casados. Helena foi casada por 12 anos, tem um filho, e João foi casado por 10 anos e tem dois filhos. Ele está separado há 03 anos. Helena, ao separar-se, foi morar com João.

Helena, quando atendida por profissional do serviço social na ONG, afirmou que deixara a cidade onde morava “apostando tudo nesse relacionamento” e que estava desconhecendo João, pois este não era mais o homem que conheceu. Agora machista, ele a reprime em tudo que faz. Relata que vem sofrendo violência física por João, inclusive com lesões, e foi mantida em cárcere privado. Quer entender o porquê de tantos conflitos. Disse que ama João e não quer deixá-lo.

João pontuou também que desconhece Helena. Quando chega do trabalho não encontra uma companheira, mas uma mulher sempre ocupada, cansada, que não está disposta a ouvi-lo. Quer ajuda psicológica para lidar com os conflitos do casal e da família.

Quanto à violência conjugal, João afirmou que sofre agressões verbais, violência psicológica e menosprezo constantemente, e já reagiu sendo violento fisicamente.

Tanto Helena quanto João ressaltaram que se amam e desejam ficar juntos. À época da realização da primeira entrevista, eles estavam em psicoterapia de casal na ONG.

As Entrevistas

Foram realizadas duas entrevistas com este casal, com duração média de duas horas cada uma. Na primeira entrevista, cheguei à casa do casal, depois de dirigir por 100 Km debaixo de forte chuva a maior parte do tempo. Durante o trajeto meus pensamentos oscilavam entre a concentração na rodovia, que nesses casos é redobrada e a entrevista que estava por vir. A viagem se tornara mais longa, não só pela tempestade, mas pela apreensão e ansiedade que a situação me causava. Ao sair da primeira entrevista, não estava com a mesma inquietude. A entrevista correria bem, o casal se mostrou disponível a contar sua história e demonstraram que esta havia sido uma oportunidade de pensar sobre o que estavam vivenciando.

Importante destacar que depois da realização da primeira entrevista, houve um tempo significativo para a realização da segunda, pois Helena ligou no dia anterior ao encontro, desmarcando-o. Disse que teria que viajar por motivo de doença na família e que ligaria quando retornasse. Duas semanas se passaram e Helena não retornou. Resolvi então, ligar. Helena, foi educada, mas sua voz não me pareceu acolhedora.

Talvez, tenha se sentido invadida com minha ligação e insistência. Repetiu que me ligaria, o que aconteceu somente cerca de dois meses após a primeira entrevista, quando eu acreditava que ela não ligaria mais. Surpresa, fiquei pensando sobre o que teriam a me dizer.

No dia marcado para a segunda entrevista, João estava no jardim, cortando grama. Surpreso, perguntou: “Helena marcou com você?”, explicou que ela tinha acabado de chegar e pediu para aguardar. Depois de um tempinho ela apareceu, afirmando que se esquecera da entrevista. Esquecimento que parece assinalar uma resistência para lidar com questões difíceis, dolorosas e delicadas da vida do casal.

Quanto ao tempo entre uma entrevista e outra, parece ter servido como um momento de elaboração para o casal dos conteúdos levantados pelo primeiro encontro. Naquele momento o casal estava em férias da psicoterapia, e a entrevista pode ter sido sentida como extensão desta. Além disso, a primeira entrevista foi realizada em um momento em que o casal estava vivenciado uma crise significativa, sendo que naquele momento já haviam cogitado a separação. Após mais de dois meses, o casal conseguia conversar melhor, ouvindo mais um ao outro e tentando fazer ajustes para superarem seus conflitos. O recesso da psicoterapia já havia acabado, mas o casal não voltara à ONG. Disseram estar com dificuldades de horários. Ao fim do segundo encontro, eles me presentearam com algo feito por Helena, mostraram-se agradecidos. Talvez pela oportunidade de serem ouvidos. Ou ainda, em algum momento eu tenha operado em ato analítico.

No subitem a seguir, apresento a análise referente aos dois encontros.

Análise

Helena veio me receber quando cheguei para a primeira entrevista, debaixo de forte chuva. João já estava esperando na sala, em pé, rumo ao portão, sério, de braços cruzados. Seu olhar e postura não me deixaram confortável, provocando em mim o sentimento de não acolhimento. Ela comentou algo sobre a chuva, seu olhar era mais receptivo. Convidaram-me para sentar e iniciamos nossa conversa.

A casa ampla, bonita, com uma decoração simples e harmoniosa, me levou a pensar se haveria também alguma organização interna na relação conjugal, se os sentimentos, afetos, papéis, estariam ou já estiveram também harmônicos. Trata-se de uma casa nova, recém-construída, como o relacionamento de João e Helena, que tem apenas dois anos. Uma relação que está sendo construída. Do sofá em que me sentei podia ver parte do quarto do casal, já que a porta estava aberta. Estava esse casal disposto a me revelar sua intimidade?

Iniciei agradecendo por eles me receberem e me apresentei. Procurei deixar claro que minha presença ali era como pesquisadora. Em minha fantasia, isso teria que estar bem delineado, (talvez, também para mim, que meu papel ali, não era como psicóloga). Em contato telefônico que tive com Helena para confirmação do dia e hora da entrevista, e esclarecimento que a entrevista era com o casal, Helena comentou: “Não, ele vai estar presente sim, afinal é ele quem mais precisa, porque a gente é mulher né Andrezza, então a gente é mais compreensiva, mais flexível, conversa mais”.

Percebi neste comentário, que transferencialmente havia ali um pedido de ajuda e um sentimento de esperança, associado à imagem do psicólogo como um profissional que ajuda as pessoas a resolverem seus problemas e conflitos. Assim como, uma tentativa de um conluio. Colocando-me como uma pessoa compreensiva e flexível como ela, pelo fato de sermos mulheres, Helena quis me revelar que é ele quem mais precisa de ajuda e que eu, como psicóloga, quem sabe, poderia ajudá-los.

Após as apresentações, João começou a falar. Interessante esse movimento dele. No decorrer da entrevista, percebia-se que não era por acaso que ele iniciara a conversa, pois no vínculo conjugal João tem pouco espaço para se expressar. Iniciou falando que muitos casais atualmente passam por dificuldades, atribuindo à vida contemporânea parte destas (ele usou o termo “vida moderna”). Continuou dizendo que a televisão trouxe para a casa das pessoas a ilusão de que se precisa de muitas coisas para viver, que antigamente a vida era mais simples, as pessoas acreditavam que o importante era criar os seus filhos e que estes fossem pessoas de bem. Hoje, por outro lado, é tudo diferente, pois é preciso ter sucesso, ser bem sucedido. “Se o vizinho compra um carro novo, você também que ter um. As pessoas não pensam o que realmente é importante para elas, o que querem, não dialogam”. E continuou, “você, por exemplo, fez sua faculdade de Psicologia, agora está no mestrado, depois no doutorado e aí vai...”.

Ao indagar se ele achava que todas essas exigências acabam afetando o casal, ele respondeu: “com certeza”.

João abordou, inicialmente, as afetações contemporâneas no vínculo conjugal, as exigências que são colocadas pela cultura no que diz respeito aos ideais de consumo, felicidade, realização pessoal e conjugal, e os impasses ocorridos a partir dos atravessamentos do espaço transubjetivo no vínculo conjugal (uma discussão foi feita nesse sentido no capítulo 1). Parece que João também diz de um sentimento de impotência diante dos possíveis conflitos instaurados no vínculo a partir desses atravessamentos. Impotência que pode se relacionar também com sua masculinidade, afinal como conseguir responder a tantos ideais?

A entrevista já estava, a partir da fala de João, iniciada, mesmo sem gravador ligado e antes da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Helena ouvia calada, e João continuou falando, por tempo significativo, o quanto todas essas questões

traziam problemas para os casais. Helena fez uma entrada, perguntando: “qual é mesmo o objetivo da pesquisa?”, ao que foi respondido que seria para entender melhor as crises, conflitos e situações de violência vivenciadas na relação conjugal.

Aproveitei esse momento para sugerir a leitura do Termo de Consentimento e o esclarecimento de possíveis dúvidas e, também foi ligado o gravador. Helena então começou a falar, mesmo antes de qualquer questionamento. Começou referindo-se ao trabalho da ONG, ressaltando o quanto este espaço tem sido importante para eles, principalmente pela abertura para receber os homens. Helena acredita que, muitas vezes, o homem pode se tornar violento pela falta de uma oportunidade, de um espaço onde possa falar de si, de suas angústias e ansiedades, pois não seria próprio do homem conversar, colocar seu ponto de vista, como as mulheres fazem, e também porque:

O homem tem uma dificuldade pra se tratar tanto física, quanto mentalmente, esquece que adoece não só o corpo, mas a cabeça também. Ele também tem direito de se cuidar, de fazer tratamento. Então, às vezes, é uma pessoa excelente, em vários setores da vida, às vezes acontece um problema desses, como aconteceu aqui na nossa casa.

Observava-se na fala de Helena um ponto importante, a naturalização dos determinantes de gênero, como se características tais como, homem-introvertido e mulher-extrovertida, homem-ativo e mulher-passiva fossem algo próprio e natural de cada gênero. Assim, o fato de falar de si mesmo, dos seus sentimentos, é visto por ela como algo associado ao universo feminino, ao passo que é do universo masculino o fechar-se em si mesmo, não entrando em contato com seus sentimentos e emoções. Assim como é próprio do homem não cuidar de si mesmo e de sua saúde. João também falou nesse momento inicial da dificuldade dele e de outros homens de falarem sobre seus sentimentos, e considera que a terapia tem sido um espaço em que sente confortável para isso.

A fala de Helena e João lembrou a do “personagem” Lineu, do filme “*Amor?*” (citado no capítulo 2). Lineu também considera que no universo masculino não há espaço para expressão de sentimentos. Em seu depoimento, Lineu disse: “A gente vive na solidão, precisa pagar um terapeuta pra conversar. Elas, não. Elas falam sobre tudo. A gente, não. Fala quando bebe. Falar o quê, com quem?”.

Helena, a respeito do acompanhamento psicoterápico que estão realizando, disse que antes mesmo dos problemas surgirem o casal já havia comentado a possibilidade de procurarem um psicólogo, porque sentiam que iriam ter dificuldade. “Ai a gente pensou em fazer isso, porque a gente já tava sabendo, a gente já tava sentindo que ia ter dificuldade”. Ao ser questionado por que, João respondeu:

O passado, tanto ela quanto eu, talvez mais ela. Como ela separou mais recente do que eu. Eu separei e fiquei um tempo sozinho e tive outras pessoas. Ela já saiu do casamento e veio morar comigo. E tava num processo muito complicado lá, então até chega aqui isso vem, a pessoa traz tudo junto. Até as experiências boas e ruins que passou e aí dá conflito. Então, tinha tanto ela tratar isso e eu também, entendeu. Entender o que tava acontecendo com ela também não é fácil. E, nisso tudo tem que continuar trabalhando, sorrindo.

A fala de João remete à música que introduz esse trabalho. Chico Buarque, em Quotidiano, apresenta um homem que “todo dia só pensa em poder parar”, pensa em dizer não, “depois pensa na vida pra levar e se cala com a boca de feijão”. Como João no seu cotidiano, sem saber se é bom ou ruim, confuso quanto ao que estavam vivenciando no vínculo conjugal, segue trabalhando, sorrindo, um dia após o outro.

É notório que, para esse casal, o vínculo conjugal já se apresentava conflituoso em sua constituição. O que pulsa da fala de João, e que talvez se relacione com o ato violento (que o casal mais tarde descreve), é que ele se tornou depositário de questões que Helena trouxe de seu casamento anterior, inclusive quanto ao filho que veio morar com eles. Os filhos, tanto dela quanto dele, se tornaram uma questão importante no desdobramento desse vínculo.

Quando o casal relatou sobre como se conheceram, João explicou que depois de dez anos de casamento ele e a primeira esposa se separaram, e já estava separado há três anos quando reencontrou Helena, que por sua vez estava saindo de um casamento de 12 anos. O casal se conhecia há 25 anos e tiveram um rápido namoro, quando ela tinha 18 e ele 23 anos. Ela relatou que, mesmo ele morando em outras cidades, sempre que se encontravam conversavam bastante, às vezes falavam por telefone, ou escreviam cartas. Ele disse:

Depois que eu separei aí eu... Ela tava casada, eu me distanciei. Até que passou um tempo, a gente trombamos lá, aí começamos a conversar de novo. Ela já estava em processo de separação, aí a gente começou a conversar sério, de viver junto, como marido e mulher.

O reencontro descrito por João como uma trombada diz muito da formação do vínculo conjugal. Uma trombada dá a ideia de algo violento, intenso. De fato, Helena saiu de um casamento e, rapidamente, iniciou um novo relacionamento. Embora eles tenham afirmado que o casamento de Helena estava em processo de separação, na segunda entrevista Helena relatou que deixou o primeiro marido para morar com João. Ou seja, Helena cogitava a separação, mas somente conseguiu se separar a partir do reencontro, “da trombada” com João. Ela inclusive foi à cidade de João para encontrá-lo, ainda casada, quando então decidiram ficar juntos.

Meu ex-marido... ele tinha a vida liberada várias vezes, por causa do trabalho, de divulgação, e tal e numa dessas idas eu liguei pra ele (João) e falei: Vamo conversa? Sério? Ele falou, vamo. Aí, a gente conversou: Como que vai se a nossa vida? Assim, assim, e assim. Então, tá bom, eu vou volta pra minha cidade e só volto quando legaliza a minha situação, porque eu tenho família, tem meu pai e minha mãe, eu tenho meu filho... Assim eu fiz, chamei e falei, oh, você vai no advogado, eu fui no advogado e me orientei primeiro, só levei os papéis pra ele assinar. Ele ficou tão chocado, mas tão chocado, o que mais me chamou atenção foi o quanto ele ficou chocado, sendo que ele tava cansado de sabe, todo dia eu repetia pra ele as coisas né. Ele deu trabalho pra nós, nossa senhora.

Pelo exposto, pode-se pensar que o término do primeiro casamento de Helena também ocorreu de forma violenta, não havendo tempo para elaboração do fim de um

vínculo e início de outro. Não houve, nesse novo vínculo, um período de namoro. Segundo João, ele não é homem de ficar namorando, “queria uma coisa séria” e, além do mais, eles moravam em outra cidade. Helena afirmou que sugeriu que namorassem, mas tal fala é ambivalente, pois também disse que os dois têm família e filhos, por isso precisavam dar o exemplo, casando.

Interessante observar que tanto Helena quanto João disseram, na ONG, que se desconheciam mutuamente, que aquele com quem estavam não era quem imaginavam ser. Na segunda entrevista, o desconhecimento de um em relação ao outro também foi evidenciado. Helena disse: “porque na verdade a gente passou a vida inteira se amando, mas no Tetê a Tetê é outra coisa. Por isso, a gente teve todos esses problemas...”.

A repetição do tema “não conhecer um a outro” nos indica que a decisão de morar junto pode ter sido precipitada e foi repensada por Helena. Não se pode, com segurança, dizer o mesmo de João. Embora ele não tenha destacado este ponto, confirmava acenando com a cabeça às falas da esposa.

Inter-relacionada a essa questão está a paixão idealizada que o casal afirmou sempre ter existido entre os dois, mesmo durante todo o período em que estiveram casados com outras pessoas. Nas duas entrevistas realizadas, o casal destacou tal ponto. Helena disse: “mas já tinha um sentimento, nós sempre fomos apaixonados um pelo outro, mas a vida nos separou”. E ainda:

A gente quase morria quando via um ao outro, era uma coisa louca... Na verdade, quando a gente se encontrava, tanto casado ou não, separado ou não, por telefone, por carta, é igualzinho aqueles filmes que você vê na televisão, parece que não tem mais nada a sua volta. Parece que não existe vida. Parece que você não tem nenhuma vida. Então, era uma coisa que acontecia que mexia demais com a gente. Gente como é que pode? A pessoa vai embora você retorna pra sua vida e tal, depois a pessoa volta e é aquilo do mesmo jeito.

Quando perguntei a João se ele sentia da mesma forma, ele afirmou que sim, e contou um episódio em que uma prima os viu conversando na rua e depois ligou para

ele, perguntando se eles estavam tendo um caso (na época João e Helena estavam casados), pois parecia nítido o quanto se gostavam. Um amor que podia ser visto, percebido por outros, uma ideia bastante romântica, por sinal.

Ao se reaproximarem e constituírem o relacionamento conjugal, o cotidiano apresentou, a ambos, outro sujeito, o sujeito real. Helena reafirmou: “porque a gente teve aquele namorinho de adolescente, mas a gente não conviveu, a gente tá convivendo agora, que a gente tá morando junto”. O que Helena apresentou é que a presença do outro é marcante e, ao lidarem com as diferenças e singularidades foi se instalando um grande mal-estar no vínculo. Na Psicanálise Vincular, a presença do outro real, é chamado de efeito da presença, e diz respeito ao que não está inscrito, representado previamente, mas diz respeito ao que acontece no momento presente. Ainda quanto ao desconhecimento mútuo, Helena ressaltou: “porque, às vezes, não teve tempo dele me conhecer, então, ele tá me conhecendo, tá entendendo um pouco como é que eu funciono. E eu também com relação a ele”. E, em outra fala, ela retomou: “porque talvez se a gente tivesse tido tempo, de falar assim; o que é que você está esperando dessa relação? Ou, o que é que você quer de mim?”.

A não convivência, o desconhecimento tornou-se, neste vínculo, elemento que nutriu a idealização. Puget e Bereinstein (1993) afirmam que a relação amorosa é constituída a partir de uma fusão, da indiscriminação de um e outro, quando há uma supervalorização do outro. Uma segunda etapa adviria deste processo, referida à discriminação das individualidades da dupla que forma o casal. Daí algumas possibilidades adviriam, entre elas a de que o casal suportaria esse momento, em que papéis e funções são definidos, com possibilidade para discriminação das individualidades, representando um maior nível de complexidade dos parceiros; como

também há a possibilidade de que o casal tente a qualquer custo manter o estado fusional.

O processo de fusão desse casal (e de todos em geral) apresenta a característica de se formar em um plano exclusivamente ilusório. Brengio e Spivacow (1997) descrevem a dinâmica do enamoramento, que inclui atração física, idealização (superestima do sujeito), encontro como reencontro, aqui referido a escolha de objeto que traz marcas de antigos objetos da vida sexual infantil e, por fim, afirmam que, “o enamoramento não é realista na consideração e valorização do objeto. Então, aquilo que parece consistente e verdadeiro não passa de uma ilusão, uma construção ilusória” Brengio e Spivacow, 1997, .94). Talvez o que diferencie esse casal no processo ilusório é que a idealização foi mantida por longos anos e muitas expectativas foram alimentadas, que fizeram com que a frustração diante da presença do outro fosse ainda maior.

A esse respeito Antunes, Magalhães e Féres-Carneiro (2010) acrescentam que “o processo de des-ilusão amorosa pode ser descrito como um desdobramento da ilusão de completude ocorrida na escolha dos parceiros, ou seja, como consequência da convivência amorosa” (p.203). As autoras acrescentam que desse processo de desilusão podem resultar crescimento mútuos, com discriminação dos eus, ou estados patológicos da conjugalidade.

Helena e João, alimentados por um namoro na época da juventude quando se reencontraram e “decidiram” viver juntos, estão implicados nessa imagem, nessa montagem, supervalorizando uma história de amor que ainda não pôde ser vivida, pois a história idealizada serve apenas ao sonho, à ilusão.

Quando se reencontraram, o processo de enamoramento foi vivenciado no casamento. Neste casal, tanto o enamoramento quanto o desencanto se processaram

rapidamente no vínculo conjugal. Helena comentou sobre o desencantamento de João: “tanto é que ele ficou muito decepcionado comigo. Quando a gente chegou lá na psicóloga, ele era um homem totalmente decepcionado. Ele achava um absurdo meu jeito”. Em outra fala, pontuou: “eu acho que ele sentiu assim, enganado né...”.

Pode-se ainda destacar que no processo de ilusão, em que o outro se torna o que se deseja, encontra-se a condição propícia para o estabelecimento de um laço conjugal. Para Zago (2009), “a condição humana de se criar ilusões para a realização de seus desejos pode ser relacionada ao sentimento passionai” (p.120). Entretanto o sujeito real confronta o sujeito idealizado, e então mágoa, ressentimento, frustração, desilusão e desencantamento operam no vínculo conjugal. Neste casal, o desconhecimento de um em relação ao outro, a paixão idealizada e não vivenciada e a desilusão têm como um dos desdobramentos do vínculo conjugal o conflito individualismo X conjugalidade, que não demorou a se fazer presente, e que também contribuiu para situações de violência conjugal.

Individualismo X Conjugalidade

Nas duas entrevistas foi destacado pelo casal o quanto um sentimento de estranhamento se fez presente no vínculo conjugal, tão logo iniciaram a convivência. Helena é uma mulher expansiva, comunicativa, bonita. Descreve-se como uma pessoa batalhadora. Vem de um casamento em que assumiu a maior do tempo a vida financeira do casal. Sentia-se livre para ir e vir e tinha autonomia sobre si mesma.

Sempre trabalhei. Quem mantinha minha casa era eu, não era meu marido, quem mantinha minha casa fui eu. Quem comprou minha casa, minhas coisa, tudo fui eu, 90% fui eu. Então, eu não tava acostumada com essa situação de dependência financeira. E outra de fica também. Eu ia e vinha, era minha rotina. Então, ele já tem essa dificuldade, certo machismo com relação a isso e um jeito de querer que uma mulher seja né, que não é o meu jeito. Bateu, chocou

forte. E aí, a gente tem tentado resolve isso. Eu falei: eu preciso fazer alguma coisa. Eu num consigo fica aqui dentro dessa casa só limpando, realmente não é a minha. Então, ele prefere que eu não trabalhe fora. Pra mim não entra em conflito com ele, que eu também não sou maluca. Eu quero fazer alguma coisa pelo meu parceiro pra gente fica bem. Depois disso tudo a gente separa? Depois desse trabalhão todo? E o amor da gente também?

Bater, chocar forte, são termos que lembraram o reencontro do casal, descrito por João como uma trombada. Parece que não só no reencontro, mas também no desdobramento do vínculo conjugal a violência está latente.

Como pontuado por Helena, João demonstrou no decorrer da entrevista que teve muita dificuldade em aceitar uma mulher que tem iniciativa de ir, resolver, de querer realizar várias atividades, enfim, de exercer sua autonomia, sua individualidade. Em uma de suas falas, disse: “é que os padrões que ela vivia lá, não batia com meus padrões aqui...”, referindo-se à vida agitada e independente que Helena tinha.

O sofrimento vincular que pôde ser observado nesse casal diz respeito à dificuldade que os dois tiveram para fazer esse ajuste entre individualidade e conjugalidade. João não esperava encontrar uma mulher tão independente. Helena, assim que chegou à nova cidade foi resolver coisas cotidianas, como abrir conta em banco, procurar cursos, participar de um grupo de mulheres da igreja, atitudes que deixavam João bastante irritado, como, por exemplo, Helena não avisar que resolveu passar em outro lugar antes de ir para casa, ou deixar de atender as ligações dele. Por outro lado, Helena sente-se extremamente cobrada, vigiada, porque João fica ligando para ela a todo o momento. Ela disse: “Eu acho que o homem tem muito mais dificuldade com isso. A gente ser individual, a mulher ser individual... Temos um conflito bastante sério nesse ponto, dele aceitar a minha individualidade”. João afirmou:

A gente é de carne e osso né, a gente não é uma máquina que vai sem parar. Até as máquinas desgasta e quebra, entendeu. Com o ser humano é pior ainda, se você não impor um ritmo, igual eu tava te falando, entendeu, a gente cobra demais da gente, porque o mundo inteirinho tá falando que tem que ter...Se não for um super homem, um super pai, um super empregado, se não for excelente,

se não aparecer em todas as fotos. Aí, depois dá um piripaque lá, cai duro, no chão, internado.

João demonstrou se angustiar diante dos ideais pós-modernos. Está vivendo um período em que quer trabalhar menos e ter mais tempo para ele mesmo e para a família, no entanto, a força e intensidade destes ideais são tamanhas que essa fase é vivida por João com sofrimento.

... E, às vezes, nós como seres humanos temos que fazer tanto, precisa de tanto. O que eu to fazendo pra mim e pro outro? E, aí, eu falo comigo: e minha família? E as pessoas que estão do meu lado? Já vivi isso, não quero isso pra mim.

Para o homem, principalmente, que tem como uma das medidas da masculinidade a produção no trabalho (Nolasco, 1993) e as conquistas daí decorrentes, não é fácil abrir mão dessa posição de sujeito produtivo, provedor, reconhecido por trabalhar demais e estar sempre ocupado. João demonstrou que não quer mais ocupar esse lugar. “É, por exemplo, hoje eu podia no trabalho ter feito hora extra, eu preferi vir pra casa cortar a minha grama... Se eu quisesse ficar, eu ficaria, mas não, vim pra casa, cortar grama”. Helena, por outro lado, afirmou:

É, isso é uma coisa muito individual. Depende de quem a pessoa é, do que ela quer pra si mesma e como as coisas estão à volta dela. Então, às vezes, o que faz bem pra ele já não faz pra você, já é mais ou menos pra mim e pro outro é péssimo... Quer dizer, ele está num momento que ele quer ficar assim, outras pessoas, às vezes, não estão. E às vezes, tem pessoas que você olha, você acha que a pessoa está fora de si, mas ela tá feliz assim? O ritmo de vida que ela escolheu pra ela tá adequado a ela? Então... Se der um ataque cardíaco e puf morrer, tem que sofrer as consequências, mas assim, é a individualidade.

Inter-relacionada à questão da individualidade no vínculo conjugal, está a cotidianidade, um dos parâmetros definitórios⁶ de um casal. A cotidianidade é definida por Puget e Bereinstein (1994) como “um organizador dos ritmos de encontro e não

⁶ Os parâmetros definitórios de um casal, são definidos por Puget e Bereinstein (1993) como elementos definitórios de um casal, que permitem referir-se ao casal como uma unidade, ou estrutura. Além do parâmetro cotidianidade, os autores elencam o projeto vital compartilhado, as relações sexuais e a tendência monogâmica.

encontro do casal...” (p. 07), que é um elemento produtor de angústia e sofrimento no vínculo de Helena e João. Ambos estão em momentos diferentes. Ela está querendo produzir, trabalhar, e ele, querendo trabalhar menos, fazer menos.

A aceitação da diferença do “eu sou assim” enunciado como uma lei é pontuada por Puget e Bereinstein (1994) como algo frequente na clínica psicanalítica de casais. Para este casal, muitos desentendimentos, inclusive com episódios de violência psicológica (xingamentos, ofensas, depreciações), vieram à tona em decorrência da dificuldade de fazerem ajustes no plano da cotidianidade, demonstrando uma dificuldade de pactuar a cerca das diferenças, embora o casal não deixe de tentar realizar algum investimento subjetivo no intuito de preservação do vínculo. Helena, por exemplo, abriu mão de trabalhar fora de casa, encontrando uma atividade remunerada em que pode trabalhar em casa. Na segunda entrevista, ela falou sobre planejar melhor o tempo e, nos dias de folga de João, “maneirar no ritmo” para estar mais perto dele, e conversarem antecipadamente o que pretendem no dia-a-dia. João, por sua vez, propôs-se não ligar tanto para Helena. Tais mudanças podem ser também entendidas como estratégias de enfrentamento diante da violência que atravessou o vínculo conjugal.

A questão da individualidade X conjugalidade neste casal remete a outros pontos que são subjacentes a tal problemática, analisados a seguir.

Para além da individualidade e conjugalidade

O conflito apresentado como individualidade X conjugalidade trouxe também questões mais complexas. Há algo além da postura ativa de Helena, do fato de ela sempre ter sido uma mulher que se envolve, que resolve, enfim, independente. João se fragilizou diante de uma mulher “tão potente”. Como na música de Chico, no

quotidiano ela é quem assume um papel ativo. Conforme pontuado por Meneses (2000) que, ao analisar a música “Quotidiano”, aponta:

Numa inversão de estereótipos habituais quanto à passividade, a mulher aqui é ativa (embora tudo que faça se desenvolva na mais estrita e estreita previsibilidade, numa total ausência de espontaneidade criativa) – ativíssima por sinal: num espaço de poucos versos, ela faz, sacode, sorri, diz, diz mais ainda, jura, aperta, mas sobretudo beija: beija com a boca de café, beija com a boca de paixão, e beija, ou melhor morde, com a boca de pavor. A paixão compulsiva e aprisionadora redundando em pavor, o beijo vira mordida. Estabelece-se uma inversão de sinais, em que os gestos do afeto se transmutam nos signos da prisão (p. 49).

João, como o homem da canção, ocupa uma posição passiva. Meneses (2000) também analisa o lugar ocupado pelo homem na letra de Chico Buarque: “Quase que imobilizado, paralisado por tanto ativismo, é sujeito apenas de dois verbos... penso e calo, ações absolutamente interiorizadas... a fêmea aqui é a agente da repressão” (p.50). Até que um dia João não aguentando, atuou com a violência.

Ele reclamou na entrevista que ela não liga para ele, que quando ele liga, ela não o atende, que ela não pede que ele realize algo por ela, que ela faz, resolve e depois avisa. Em suas palavras: “e aí torna o meu lado inseguro. Porque eu quando vou fazer alguma coisa, eu comunico, converso, ela não, ela resolve, e vai lá fazer. Agora, ela tá mais tranquila...” (Disse isso na segunda entrevista, em que o casal parecia estar conseguindo fazer alguns ajustes). Mas o que interessa dessa fala de João, é ele pontuar o quanto está fragilizado em seu narcisismo. Parece ter investido tanto narcisicamente em Helena que não consegue sustentar narcisicamente a si mesmo.

Segundo Gomes e Levy (2010) “todo ser humano precisa de um objeto que o confirme em sua existência. Um apoio narcísico é demandando ao parceiro, sendo essencial à manutenção da relação” (p. 30). Neste casal, João não se sente reconhecido em sua subjetividade e isso o fragiliza bastante, além de fazer com que demande a Helena repetidamente o reconhecimento. Em certos momentos, de modo infantilizado,

João se sente até mesmo abandonado por ela. Como por exemplo, quando ela sai para um lugar e de lá resolve passar em outro. Como ela não chega no horário esperado, João liga e, se ela não atender, ele então liga repetidamente.

Depreende-se do exemplo que, além da questão narcísica, parece haver um gozo sádico de Helena pelo sofrimento de João não saber onde ela está. Já que ela sabe o quanto isso o incomoda e o deixa enfurecido, por que não liga antes e o avisa de suas mudanças de planos? (Esse incomodo foi enfatizado nas duas entrevistas).

Outro ponto que parece ir além do individualismo na relação conjugal é o quanto a autonomia de Helena se reveste também de uma posição autoritária e camufla grande dificuldade em ouvir seu parceiro. Segundo João, “Helena é muito autoritária e mandona, e não ser ouvido também é uma forma de violência”. Sentir-se anulado pelo outro, é sobre esse sentimento que João falou. Tal ponderação foi feita também pelo “personagem” Lineu (do filme “*Amor?*”). Lineu também se sentiu desprezado, anulado por sua parceira diante do silêncio dela, silêncio que também diz respeito a não ser ouvido.

Segundo Helena, a psicóloga apontou: “escuta o que ele tá falando. Se ela tá falando assim, é porque ele tá sentindo assim. Tá acontecendo alguma coisa pra ele se sentir assim”. A fala da psicóloga convidou Helena a ouvir João.

Foi possível observar essa dinâmica vincular no decorrer das entrevistas, principalmente na primeira. Houve momentos em que Helena não deixava João falar. Ele até tentava fazer algumas entradas, mas acabava desistindo de se posicionar.

A violência conjugal está estreitamente relacionada às questões aqui analisadas, nos desdobramentos do vínculo que acabaram por irrompê-la.

A violência

Só depois de tempo significativo da primeira entrevista é que se falou em violência conjugal (física) de forma mais explícita. Importante ressaltar que João falou mais livremente sobre os motivos de ele ter sido violento com Helena quando esta pediu licença para se ausentar por um tempinho para ir buscar o filho no futebol. Neste momento, perguntados se gostariam de parar a entrevista, ela disse que não, que era rapidinho, que voltava em cinco minutos e realmente voltou rápido, mas pude perceber que, na breve ausência de Helena, o sujeito João pôde aparecer e falar do seu sofrimento.

Para ele, a violência psicológica e verbal começou muito cedo, desde que foram morar juntos na primeira semana, com gritos e imposições por parte dela. A violência física veio a ocorrer somente um ano depois. “Vamo dizer assim, peguei ela pus no colo e bati nela igual bate numa criança. Aí, ela me escutou”. Uma violência que irrompeu em ato a partir de não ser ouvido, de cenas que se repetiram por tempo significativo e que diziam respeito a imposições, diferenças, e à imagem idealizada que construíram.

Relacionada à fala de João está à situação de uma nova ordem familiar que se formou com o convívio entre os filhos do primeiro casamento de ambos. Esse novo ajuste familiar foi bastante conflituoso para esse casal. Helena disse aceitar os filhos de João, mas ele comentou:

Eu tenho vários colegas meus lá no trabalho, muita gente, que você vê, várias histórias, que você vê, o problema maior da pessoa quando refaz a vida é ter uma mulher que aceite os filhos do casamento. 90% tem problema com isso, entendeu. Porque a mulher não aceita o filho da outra...

Helena mostrou-se ambivalente em sua fala, pois concordou com o que João disse, demonstrando não ser simples esse novo arranjo familiar. Além disso, em uma de suas falas, afirmou que não tem ciúme dos filhos dele, em outra que “todo mundo tem ciúme de todo mundo”. O novo arranjo familiar foi definido por Helena como “um turbilhão”, algo também intenso e violento, como a entrada de Helena no vínculo com

os filhos dele. Ela quer que João seja mais exigente com os filhos, quer que estes assumam mais responsabilidades, que frequentem os cursos que ela sugeriu, pois estavam muito ociosos. Diante da negativa dos filhos, ela tomou a frente, cobrando, exigindo que eles correspondessem às expectativas dela. João disse que o jeito dela é “autoritária e mandona: faz! Tem que ser assim”. Por outro lado, ela criticou João por ser muito passivo diante dos filhos, atingindo-o novamente em seu narcisismo ao dizer que os filhos dele “não tem jeito mais, é um caso perdido”.

Ou seja, certo mal estar familiar e conjugal foi criado com relação aos filhos. João trouxe a história de um amigo para falar de si.

O que eu sei, tem um colega meu, que conversa muito comigo, ele separou por esse problema que a mulher tinha com ele. A gente conversa e a maioria é problema com, problema com o filho do casamento da atual esposa que ele tá e os filhos, em criar problema, em criar uma situação, que vai deixar a pessoa em uma má situação, numa situação com ele mesmo. Porque arruma um jeito que, de fazer uma coisa, com que as crianças se sintam mal na casa, mas uma coisa despercebida. Mas quem tá vendo, sabe que é.

Helena se defendeu dizendo que não faz isso, mas João retomou; “mas já houve situações, que você fez coisas, sem perceber...” e, cuidadoso em sua fala, complementou: “tô dando um exemplo, entendeu? Às vezes a pessoa faz, ela faz sem perceber, faz sem querer, mas faz. Quem tá ao redor vê. Esse é um problema que a gente que tá casando de novo tem...”.

A respeito das dificuldades enfrentadas pelas famílias reconstituídas, Gomes (2009) aborda que umas das questões centrais nas famílias diz respeito, justamente, “ao equilíbrio entre parentalidade biológica, parentalidade adquirida e conjugalidade” (p.35). E ainda, “pode-se observar um inter jogo complexo de sentimentos, atitudes e posicionamentos que, embora não inviabilizem a existência real desses grupos, exigem, outrossim, de seus participantes maior flexibilidade nos parâmetros valorativos e maturidade permeando a vida em comum” (p.35).

O que culminou com um dos episódios de violência física foi uma situação que a filha de João foi visitá-los sem avisar com antecedência, o que deixou Helena enfurecida. Ela reclamou com João e este atuou com a violência física.

Não foram muitos os episódios de violência física. O casal relatou que por três vezes houve violência física por parte de João, em uma dessas vezes, ele a manteve em cárcere privado, porque ela já havia dito que iria denunciá-lo. Helena disse, “Violência não pode ter, nem comigo, nem com ninguém. Porque, eu tô aqui, eu já podia ter pegado as minhas coisa e ô, vazado e recomeçado, tranquilo”, e continua “mas fiquei por quê? Porque eu amo você, vejo futuro nessa relação, tô apostando nisso todas as fichas”.

Pode-se entender a denúncia de Helena como uma estratégia de enfrentamento da violência vivenciada. Embora ela tenha afirmado que foi muito difícil ela ter denunciado porque, “eu vivi com ele coisas que eu não tinha vivido em muitos anos de casamento. Essa coisa toda de violência, justo com ele que é o amor da minha vida, o homem da minha vida”. Helena acreditou que, denunciando, João iria parar, teria oportunidade de repensar o que estava acontecendo com eles e se tratar. Tal reflexão denotou que ela responsabiliza somente João pela violência.

É notável o quanto ela nega qualquer violência por parte dela. Ela não se implica com a situação, negando ter sido violenta com ele. Tal postura parece ser muito prejudicial ao vínculo conjugal, pois ao usar da negação corre o risco de se fixar em uma posição de vitimização. Por outro lado, Helena se implica ao tomar algumas atitudes com vistas a melhorar o vínculo conjugal. Uma delas é não se intrometer mais com a questão dos filhos e não tomar decisões por João, deixando que ele assuma seu papel de pai. Ela também mudou o horário de seu filho na escola, para que os filhos dele não se sentissem mais enciumados do filho dela com João quando fossem visitar o pai.

Percebeu-se, nesse sentido, que os ajustes feitos por Helena tentavam amenizar os conflitos no vínculo conjugal.

João sentiu-se ainda magoado porque Helena representou contra ele, o que significa que vai responder a um processo que tem a lei Maria da Penha como norteadora, mas aceitou o encaminhamento do delegado à ONG e acredita que a terapia de casal tem sido um bom recurso para ambos. Helena, na primeira entrevista disse: “a gente está conversando na psicóloga, porque nós dois sozinho não dá, parte pra violência”.

O casal se mostrou receptivo a contar sua história, a falar de suas dificuldades, da crise que vivenciam, da violência. Falaram do processo psicoterápico e do amor que sentem um pelo outro, e também sobre o quanto estão vulneráveis e com o vínculo fragilizado. Na segunda entrevista o casal conseguia conversar melhor e, segundo eles, a relação tinha melhorado bastante. João comentou:

O fato de tentar ponderar, não responde o que a gente tem vontade de falar, tanto eu quanto ela, acho que tá bem mais tranquilo, não é mais aquele furacão. O jeito de agir dela, de, vou fazer assim porque eu quero fazer, ela tá mais assim entendeu, se torna mais tranquilo, mais seguro.

Helena também pontuou que não estão mais naquele “ciclo vicioso”. Ela se refere ao ciclo; tensão, violência, lua de mel ⁷, comum a muitos casais que vivenciam a violência conjugal. As agressões verbais, antes cotidianas, também tinham melhorado significativamente.

João e Helena, depois de viverem por pouco mais de um ano em situação de violência conjugal, destacando a violência psicológica que culminou em violência física na relação conjugal, não transmitem a ideia de um casal extremamente violento, como

⁷ O ciclo da violência conjugal é definido por três fases: tensão, em que a pessoa ofendida procura acalmar o outro, evitar discussão. Pode haver ainda agressões verbais, destruição de objetos e ameaças. Explosão: Fase em que a agressão verbal e física é contundente, provocando medo e ansiedade constante e, por fim, lua de mel; o autor da violência se arrepende, pede desculpas, promete que vai mudar, oferece presentes. (Guia informativo SOS Mulher Família de Uberlândia 2012).

achei que iria encontrar na ONG. Observei que, muitas vezes, a violência denunciada por muitas mulheres na ONG apresentou-se de forma sutil, por vezes até silenciosa, mas que traz intenso sofrimento vincular e subjetivo. É este o caso deste casal. Enredados numa trama de amor e violência, o casal parece ter criado suas próprias “ciladas”, que foram se repetindo no cotidiano do vínculo e culminaram com a violência física. Embora os episódios de violência física não tenham sido frequentes (o casal referiu-se, sem entrar em detalhes, a três episódios em que João foi violento com Helena), a violência verbal e psicológica, tal como demonstrado por João, instalou-se no vínculo conjugal e foi se repetindo no dia-a-dia do casal.

5.2- MARIA E PEDRO: Violência e resiliência

O segundo casal participante da pesquisa, também esteve na ONG e através do contato inicial com profissional do serviço social foi realizado o atendimento de ambos. Primeiro com ela, que procurou a ONG para pedir ajuda, pois tinha sofrido violência no dia anterior. Ao fim desse primeiro atendimento, ela saiu da ONG levando uma carta para Pedro, solicitando o comparecimento dele na instituição.

Em um segundo momento, Pedro compareceu a ONG e, posteriormente os dois foram atendidos juntos. O profissional do serviço social tentou um encaminhamento para psicoterapia de casal, mas pela incompatibilidade de horários de funcionamento da instituição e horários do casal, este atendimento não foi possível. Pedro foi então, encaminhado para psicoterapia individual, tendo comparecido em alguns encontros, cerca de dois ou três. Abandonou este processo inicial por não conseguir chegar a tempo hábil nos atendimentos.

Como aconteceu com o primeiro casal da pesquisa, o segundo casal também foi selecionado porque ambos estavam em atendimento na ONG. Durante minha estadia na

instituição, como voluntária e pesquisadora, sempre que um novo casal chegava à ONG, um técnico me avisava, geralmente, o serviço social, que é responsável pelo acolhimento dos novos casos. Neste caso, um profissional do serviço social me informou sobre a chegada desse novo casal, relatando brevemente a história deles. Pedi então ao profissional que fizesse o primeiro convite para participação na pesquisa e, caso aceitassem eu entraria em contato. O convite foi feito a Pedro, quando este foi sozinho à ONG e, segundo o profissional ele aceitou prontamente.

Posteriormente, entrei em contato com ele por telefone, me apresentei, expliquei sucintamente a pesquisa, ressaltando meu interesse em ouvir o casal conjuntamente. Marcamos então, a primeira entrevista na casa do casal, no período noturno. Antes de prosseguir apresentarei brevemente o casal.

A história de Maria e Pedro

O casal está junto há 14 anos e a quatro oficializaram a união. Têm dois filhos juntos e uma filha que é dele e que mora com o casal desde que tinha 10 anos de idade. Anteriormente, Júlia morava com avó paterna, pois quando ainda era bebê, aos 45 dias, foi abandonada pela mãe.

Maria contou em seu primeiro atendimento na ONG, que sofre violência há 10 anos, que as agressões verbais, principalmente, sempre existiram entre o casal, com alguns episódios de violência física e que, a violência é mútua.

Neste primeiro atendimento, foi esclarecida quanto à possibilidade de representar judicialmente contra Pedro, mas Maria não quis, alegou que ele é um bom pai, não deixa faltar nada em casa, é trabalhador e gosta dele, entretanto, relatou também não querer viver mais com tantos conflitos e desconfiança. Aceitou levar deste primeiro atendimento uma carta, convidando Pedro para ir à instituição.

Pedro, quando foi à ONG não negou a violência entre o casal. Queixou-se que tudo tem que ser como Maria quer e do quanto ela quer controlá-lo. Afirmou que usa drogas desde os 09 anos de idade, e que o uso é um problema entre eles. Maria não aceita e quando esta não lhe dá o dinheiro para comprar Pedro acaba xingando, agredindo verbalmente, ameaçando, até conseguir o dinheiro.

A questão das drogas é uma peculiaridade entre esse casal, porque Pedro ao receber o seu salário entrega tudo para Maria, para que esta compre o que a família precisa, e pague as despesas da casa. Posteriormente, ele fica pedindo dinheiro para ela para poder comprar a droga e, Maria muitas vezes, se recusa o que gera episódios de violência verbal entre o casal.

Estas eram as informações que eu tinha antes de realizar a primeira entrevista.

As Entrevistas

A realização da primeira entrevista foi algo bem marcante para mim enquanto pesquisadora. Pontuo tal fato porque, o bairro que o casal mora é considerado um bairro perigoso da cidade, onde o tráfico e a criminalidade ocupam espaço importante. Como uma pessoa não residente na cidade ouvi várias informações negativas a respeito do bairro. Algumas pessoas até me assustaram e diante disso, fui ficando bastante angustiada e até temerosa de visitar tal lugar.

No dia da entrevista, resolvi ir de táxi, já que por ser um bairro distante e em uma cidade que não conheço bem, teria dificuldades para encontrar o lugar. Durante o trajeto, o taxista tentou saber o que iria fazer naquele endereço, sozinha, à noite e ainda reforçou a violência do bairro. Em nosso percurso, cada vez mais fomos adentrando no bairro e as ruas foram ficando mais escuras. A iluminação era mesmo muito ruim.

Algumas pessoas transitando, muitos terrenos vagos. Fui ficando muito apreensiva. Até que, depois de tempo considerável chegamos ao endereço. Ele foi embora. E eu, fiquei ali, angustiada. Um pensamento rápido me passou pela cabeça: “o que que eu estou fazendo aqui?”

Uma mocinha veio me receber e chamou por Maria. A casa, muito simples, cercada por pedaços de paus e latas com uma entrada de terra. Pela pouca iluminação não dava para ver direito o tamanho do quintal, mas parecia grande. Apresentei-me e cumprimentei Maria. Ela me convidou para entrar. Passamos por um corredor, e entramos na lateral da casa, pela área de serviço. Passamos pela cozinha, um cheirinho de jantar que a mocinha preparava junto ao fogão. Ao entrar na pequena sala, ela chamou por Pedro, que saiu do quarto bebendo uma latinha de cerveja. Ao vê-lo bebendo fiquei ainda mais apreensiva, pensando (julgando?): “quantas latinhas será que já foram?” Depois, quando na escrita desta introdução percebi o quanto a imagem do homem bêbado que espanca a mulher, tão difundida na mídia e no senso comum é um modelo ainda introjetado. Em minha fantasia, naquele momento, talvez eu também estivesse em risco por estar diante de um “desses homens”. E, assim, começamos nossa conversa com Pedro bebendo sua latinha de cerveja.

A entrevista durou quase duas horas. O casal se mostrou disponível a contar sua história, falar de suas dores, e demonstraram que queriam continuar a conversa quando eu fui encerrando. Ao desligar o gravador, ainda conversamos um tempo. Eu já havia ligado para o táxi me buscar. Enquanto esperava, Maria me contou mais sobre a família de origem dela.

Depois de duas semanas, liguei novamente, para marcarmos o segundo encontro. Este foi realizado, três semanas após a primeira entrevista. Desta vez, marcamos para um sábado a tarde. De fato, tudo se deu de forma bem mais tranquila para mim, o

bairro, as ruas, as pessoas. Senti-me mais segura e confortável. Foi uma entrevista também muito rica. Quando encerrei a mesma, o casal pediu que retornasse, brincando que eu havia falado que seriam de duas a três, então, poderia haver mais uma. Entendi, como uma necessidade de falarem, de serem ouvidos e se ouvirem.

No subitem a seguir apresentarei a análise dos nossos encontros.

Análise

Muitos elementos compõem a história de Maria e Pedro, destacando-se as dificuldades econômicas, o uso de drogas por parte de Pedro, a violência na família de origem e o que eles nomeiam como uma tragédia em família.

Na primeira entrevista, Maria contou sobre quanto tempo estavam juntos e o motivo que a levara à ONG. Deste modo, a questão da violência, da desilusão, dos conflitos foram temas de abertura do primeiro encontro.

Maria relatou que estava muito decepcionada com Pedro, porque na última briga que tiveram (20 dias antes da entrevista) e que a fizera ir à ONG, ele, além de lhe bater, feriu-a muito emocionalmente. “Eu fui porque ele me bateu, aí ele pegou, quebrou o computador, jogou o computador né no meio da casa...” e complementou:

...Aí eu fui trabalhar no outro dia normal, fui trabalhar e ele ficou em casa, dormindo, roncando. Aí eu peguei, cheguei lá no serviço lá, chorando toda, porque eu fiquei toda roxa, tudo, e aquele assim, é igual eu falei, se ele tivesse me batido, me espancado, não tinha doído tanto igual as coisas que ele falou. E as coisas que ele falou pra mim ficou assim na minha cabeça. Ficou martelando, ficou, porque ele falou tanta coisa, mais tanta coisa, que eu tenho até vergonha de repetir. Aí eu fui, procurei a ONG lá, fui trabalhar, trabalhei até oito horas e não aguentava, eu tava chorando de soluçar... aí eu lembrei que tinha a ONG porque eu trabalhava lá perto...

Observa-se nessa fala de Maria que a violência psicológica é o elemento que mais a fere emocionalmente, sendo mais difícil para ela lidar com o conteúdo dos ataques verbais de seu marido do que com as marcas que este lhe deixou no corpo (os

roxos a que ela se refere). Ao dizer que não conseguiu parar de pensar no que ele falou, demonstrou o quanto estava mobilizada emocionalmente com o que ouvira, sentindo-se anulada em sua subjetividade. A procura pela ONG pareceu denotar uma busca de ajuda, e ainda uma estratégia de enfrentamento diante da violência vivenciada. Esta foi a primeira vez que Maria buscou ajuda, mas a violência, principalmente psicológica e verbal, sempre permeou a relação do casal.

Os motivos das trocas de ofensa, xingamentos e aviltamentos de um para com o outro se referem a conflitos sobre a questão da educação dos filhos, às desconfianças dele (que, segundo Maria, são uma constante no vínculo conjugal), ao uso de drogas de Pedro e aos conflitos que envolvem as famílias de origem.

A educação dos filhos foi um dos primeiros temas abordados na primeira entrevista. Maria contou que a última briga (que culminou em violência física) aconteceu porque ela estava discutindo com Júlia. Júlia é filha de Pedro, e fica responsável pelos cuidados da casa enquanto o casal trabalha. Entretanto, muitas vezes não cumpre sua tarefa como lhe é pedido. Quando Maria retorna do trabalho e percebe que a enteada não realizou as atividades que foram a ela designadas, fica muito nervosa, fala repetidamente a mesma coisa, grita e, com isso, Pedro também se irrita. A cena para as agressões verbais entre o casal está, então, montada. Pedro comentou: ... “Aí ela fala aquilo ali, e repete e volta tudo de novo, aí a hora que chega lá no final ela voltou tudo de novo, e vai refalando, vai falando, uai aquilo ali ferve a cabeça da gente”.

Esquentar, ferver, qualidades que provocam sensações. A expressão “sentir o sangue ferver” é utilizada no senso comum, quando se quer referir a uma explosão emocional, uma descarga de adrenalina, raiva, ódio. É semelhante à expressão de Pedro “aquilo ferve a cabeça da gente”, indicando que algo está prestes a se irromper. Maria não se implica com a situação ao afirmar que a maior parte das brigas é por causa da

enteada. Ao colocar Júlia no lugar da responsável pelas brigas “pesadas” entre o casal, nega sua participação no conflito. Por outro lado, Pedro, ao não se implicar com os cuidados dos filhos, designa este lugar a Maria, que o exerce da forma como consegue, sendo, muitas vezes, violenta verbalmente tanto com os filhos, quanto com a enteada.

Maria reclamou, por diversas vezes nas duas entrevistas, a ausência de Pedro, pois ele deixa que ela resolva tudo com relação aos filhos. Alegou que para ele a droga vem em primeiro lugar. Em seu relato:

Não, assim, ele me ajuda tudo, mas às vezes, igual eu peço pra ele, falo: "Ah, cê me ama?", "Ah, eu amo", então prova. O provar que eu falo é assim oh, ele melhorar na relação com os meninos, porque ele é bom pai só que ele não é presente, ele não é cem por cento presente, não é, porque os meninos fazem, tipo assim, uma apresentação na escola, ele falta a toa do serviço, falta a toa, mas o dia que precisa dele pelo menos faltar, não importa sessenta reais, perdeu, perdeu...

Essa e outras falas reafirmaram a insatisfação de Maria quanto ao desempenho do papel parental exercido por Pedro. Ele, por sua vez, reafirmou sua não implicação na questão com os filhos. Quanto ao fato de Maria resolver as pendências domésticas com Júlia, ele disse:

Pois é, eu chego vamos supor seis horas, se ela tiver uma hora pra fazer isso, porque que não faz nessa uma hora que eu to no serviço, não... aí é a hora que eu chego que eu vou tomar um banho, que eu vou sentar de frente a televisão pra ver a televisão, é a hora que começa a gritaria, aí vai ali, vai falando, vai falando, vai falando, vai falando, num tem aquele ponto final.

Assim, a função naturalizada da mulher-mãe foi-se desvelando no discurso de Pedro. A respeito de a mulher exercer funções naturais que cabem a ela, Muszkat (2006), em pesquisa sobre masculinidade e violência, ouvindo um grupo de homens, encontra o entendimento entre eles de que “o vínculo com o filho e o cuidado com este seja algo dado, natural do universo feminino, o que sugere a ideia de feito sem esforço...” (p.129). Além disso, a autora pontua que a função naturalizada de mãe colocada à mulher é, muitas vezes, alvo de críticas e desvalorização por parte dos

homens quando acreditam que esta não exerce “adequadamente” suas funções. Como Pedro, que criticou Maria por ela não resolver tudo com Júlia antes que ele chegasse do trabalho, para que ele pudesse descansar e não ser incomodado com os gritos e o discurso repetitivo da esposa.

Mesmo tendo reclamado muito de Pedro com relação aos filhos, Maria afirmou que não se separa de Pedro pelos filhos, “o que tá me segurando, eu mais do lado dele hoje é os menino, porque eu mesmo...”, ela disse. E complementou:

Eu, na verdade, eu procurei a ONG pra separar dele. Eu, sinceramente, assim eu queria separar dele mesmo, eu não quero mais nada com ele. Porque igual eu falei pra ele, eu amava demais ele, amava de paixão, assim de arrastar a bunda no asfalto por ele. Aí depois, foi ele conseguiu ir apagando, ele foi apagando, igual ontem mesmo eu falei pra ele, devagarzinho ocê tá apagando, aí ele pegou e falou pra mim que ia tentar acender de novo. Aí eu procurei a ONG pra procurar meus direitos, porque eu queria saber dos meus direitos e dos meus deveres também como mulher né.

Ao colocar que não se separa por causa dos filhos, Maria falou de uma dificuldade dela em romper o vínculo. Certamente há outros fatores envolvidos, no entanto não é incomum que mulheres que vivenciam relações violentas apontem que os filhos são um impedimento. Conforme demonstram Mizuno, Fraid e Cassab (2010), os motivos que levam as mulheres a permanecerem em relações violentas são muitos, e entre eles pode-se citar a preocupação com os filhos. Preocupação que apareceu no discurso de Maria. Na fantasia de Maria, o pai (Pedro) aparece como figura de proteção, alguém com poder para impedir que algo ruim aconteça aos filhos. Proteção que Maria desejava também para si, e que Pedro só pode oferecer na medida em que consegue, pois vem de uma história familiar marcada pelo abandono afetivo e pela violência.

As famílias de origem

Maria relatou que teve uma infância muito difícil, tanto financeira quanto emocionalmente. Assistiu à violência conjugal durante toda a vida, até a morte do pai. Quando este faleceu já era separado da mãe, mas, mesmo assim, ele ocasionalmente era violento com a ex-esposa. Ela e os irmãos também apanharam e sofreram muita violência por parte do pai.

Em um desses episódios, o pai, bêbado, ameaçou matar a todos. Ela, a mãe e os irmãos dormiram em uma construção, enrolados em um carpete, pois temiam que, se voltassem para casa, o pai realmente os matasse. Aquela não havia sido a primeira vez que tiveram que passar a noite fora de casa devido às ameaças do pai.

Relatou ainda que quando foi morar com Pedro, aos 15 anos, tomou tal decisão para sair de casa, e não porque gostasse dele. Namoraram por cinco meses antes de Pedro pedir que fossem morar juntos. Aos 17 anos engravidou, e aos 18 teve seu primeiro filho.

Pedro vem de uma família extensa. São 15 irmãos, mas 06 faleceram ainda bebês. A mais velha morreu quando tinha 02 anos de idade. Pedro não soube responder ao certo a causa de todas as mortes porque não se lembrava, mas, segundo ele, um teve paralisia infantil e outro teve meningite. Um outro bebê teria morrido, segundo Maria, porque o pai de Pedro o teria colocado para tomar banho de luz, porque tinha icterícia. O casal não soube precisar essa história, mas o que ficou para família foi “o bebê que morreu cozido”, sendo um tema, de certa forma, velado. A morte desses bebês e crianças pode representar segredos dessa família, reprimidos por remeterem à dor do abandono e negligência vividos por Pedro e seus irmãos quando crianças.

Pedro contou que teve uma infância muito difícil. O pai foi ausente a maior parte do tempo, e a mãe criou nove filhos sozinha, com muitas privações. Considerava que a mãe era má, porque batia nos filhos e era violenta verbalmente.

Quando a mãe de Pedro conheceu o pai, este era casado, e ela uma adolescente. Ele era bem mais velho e levou a menina para morar com ele, a esposa e os filhos (da mesma idade da namorada adolescente). Tal fato aconteceu no interior da Bahia, e a mãe de Pedro viveu com a família que o pai dele já tinha por um período, até que mudaram para outra cidade, em Minas Gerais, onde se estabeleceram, mas o pai permaneceu com as duas mulheres. Ia para a Bahia e ficava um tempo, voltava para Minas e ficava um tempo. Segundo Pedro, “Não, ele foi embora e voltava só pra fazer filho”. Até que a mulher da Bahia não aceitou mais essa condição, então o pai voltou e permaneceu junto com a mãe de Pedro por um tempo. Pedro disse: “Aí a muié lá parece que não quis ele, ele veio, ficou um tempo com a minha mãe, aí aqui ele começou a arrumar muié pra tudo quanto é lugar”.

Pedro contou que essa relação durou muitos anos, e que a mãe e o pai se separaram “de casa” quando Pedro nasceu, mas continuaram se encontrando, ele vindo de tempos em tempos, ela continuando a engravidar.

A mãe de Pedro era também muito ausente. Saía cedo para o trabalho e os filhos ficavam sozinhos. Ao chegar, à noite, ela ia para o centro de candomblé, e aos fins de semana ia para o forró. “Foi assim, meus irmãos mais velhos me criou, aí eu fui criando os mais novo, e foi indo assim...”.

Segundo Pedro, os vizinhos às vezes davam alimentação a eles e iam ver se estava tudo bem a pedido de sua mãe, mas também davam safanões, beliscões e até batiam nas crianças. Pedro disse que, por essa vivência, eles não gostam de deixar os filhos com ninguém, pois temiam que eles sofressem violência.

É, porque nós acha errado esse negócio assim de "catar" os meninos num levar e largar lá com a minha sogra, pra minha sogra cuidar pra nós poder sair. Porque o povo tem uma coisa assim, na frente dos pais passa a mão na cabeça, alisa, dá beijinho. Nas costas desce a vara, fala mal, então, nós já passamos isso, aí nós não temos confiança de deixar os meninos assim.

Tal atitude demonstra cuidado, proteção e preocupação parental. Em sua fala Pedro demonstrou ressignificar importantes questões transgeracionais, principalmente o abandono emocional vivenciado por eles e seus irmãos. No entanto, em um processo de repetição transgeracional, consegue cumprir a função parental a sua maneira, deixando importantes lacunas (já destacadas) no cumprimento dessa função.

A transmissão transgeracional é entendida como possibilidade de compreender o sujeito como herdeiro das experiências de seus ancestrais (Piva, 2006). Segundo a autora:

Os acontecimentos familiares são atravessados por múltiplas vivências. Alguns, são representados, recordados, adquirem a condição de história. Outros não chegam a alcançar esse estatuto representacional e a experiência vai manter-se como um conteúdo desligado que não pode simbolizar-se e que irá alojar-se em algum outro sujeito, em alguma outra geração, pois o desligado pode atravessar as gerações e transmitir sua qualidade traumática (p.25).

As heranças transgeracionais são elementos importantes nessa relação, embora eles tenham conseguido ressignificar alguns conteúdos. As escolhas amorosas pautaram-se na falta que ambos vivenciaram com os objetos primários. Maria escolheu como parceiro um homem com o qual reproduz a violência intrafamiliar, além disso, escolheu um homem que, como seu pai, é dependente químico. Pedro escolheu uma mulher “tão dura” quanto sua mãe, mas também buscou em Maria o cuidado e amparo que não vivenciou. “Ele queria alguém que cuidasse dele, como uma mãe”, disse Maria. Diferentemente de seu pai, não abandonou essa mulher, não foi infiel a ela. No entanto, é constantemente ameaçado pelo fantasma da traição, da mentira e da infidelidade, que foram tão presentes na história de seus pais e que Pedro reatualiza constantemente em seu casamento.

Outro ponto ressaltado na história das famílias de origem diz respeito às interferências da família de Pedro na vida do casal, interferências que se dão através de fofocas, visitas inesperadas, conselhos não pedidos. Um ponto facilitador nessa questão

é que o casal por alguns períodos morou com as famílias de origem, tanto na casa da mãe de Maria quanto na casa da mãe de Pedro, por dificuldades financeiras.

Segundo relataram, a família de Pedro sempre fez muitas fofocas e intrigas e isso sempre atingiu o casal, causando muitas brigas, inclusive com episódios que culminaram em violência. Nesse sentido, o casal parece ter tido dificuldade no processo de desvinculação das famílias de origem. Apesar de descreverem que raramente vão aos encontros de família, que gostam de “ficar mais isolados”, são afetados constantemente pelas interferências familiares. O isolamento também apontado por eles parece ser parcial, uma vez que os irmãos frequentam a casa do casal, as mães e também vizinhos e amigos. Há uma dificuldade do casal em fazer alguns “cortes” necessários desde o estabelecimento do vínculo conjugal, para se constituírem enquanto estrutura diferenciada dos modelos parentais.

Puget e Bereinstein (1994) abordam sobre a dificuldade dos casais matrimoniais nesse rompimento. “A marca de uma primeira contradição fundamental para a constituição do casal (matrimonial) surge da dificuldade do mundo psíquico de cada um de seus membros, derivada da resolução trabalhosa, difícil, nem sempre terminada, da separação de seus vínculos familiares” (p.04).

No casal analisado, tais dificuldades não dizem respeito apenas ao conteúdo manifesto de seus discursos, conforme expuseram, no caso, as fofocas. Mas sim, há uma maior complexidade dos vínculos familiares. Maria, não suportando mais a violência vivenciada, encontrou como alternativa o casamento. Conforme Paludo e Koller (2008), esta não é uma atitude incomum para crianças e adolescentes que sofrem violência intrafamiliar, principalmente nas classes sociais mais baixas. Sair de casa para viver na rua, casar-se, morar com um parente são situações entendidas por estes como perspectivas de melhoria de vida, de rompimento com a violência vivenciada, de

manutenção da integridade física e mental. Maria, mesmo não gostando de Pedro, se juntou a ele, acreditando que teria uma vida melhor. Talvez por acreditar no amor que ela aprendeu a vivenciar.

A constituição desse vínculo matrimonial não parece ter sido algo planejado, pensado ou mesmo sonhado, como em muitas relações onde o amor romântico faz sua trajetória. Aqui, o amor romântico parece não ter feito nenhuma inscrição. Maria buscava uma vida melhor, Pedro, segundo o relato de Maria, procurava alguém que cuidasse dele e da casa. Ambos identificados e marcados em seu desamparo e violência vividos. As histórias de violência como conteúdo transgeracional são identificadas na formação do vínculo conjugal e repetidas na quotidianidade da relação, destacando-se aqui a desconfiança de Pedro quanto à fidelidade de Maria, que culminou com muitas cenas de violência.

As ameaças de traição

Pedro constantemente se sente ameaçado pelo fantasma da traição no vínculo conjugal. A última vez em que esteve desconfiado de Maria foi porque chegou até ele uma “fofoca” de que ela estaria tendo um caso com o homem que conserta o computador da família. Tal fofoca teria partido de um irmão de Pedro (note-se a interferência da família): “Foi o motivo dele brigar comigo, dele quebrar computador, dele quebrar a casa, ele vim em cima de mim, assim sabe?”.

Segundo o casal relatou, Pedro sempre teve muito ciúme e desconfiança de Maria, desde que foram morar juntos. Ainda no início do casamento aconteceu o primeiro episódio de violência física, e a causa foi ciúme e desconfiança por parte de Pedro. Ele se enciumava dos colegas de trabalho e do fato de Maria preparar o café, uma vez por semana, para esses colegas. Tratava-se de um revezamento da equipe, cada

dia um levava o café. Pedro comentou; “aí tinha vez, tinha vez que pra mim eu tinha que levantar cedo, eu fazer o café pra mim”. Maria, nesse momento o interrompeu e disse que a briga, na época, havia sido por causa do café. Pedro complementou: “Pois é, e eu tinha que levantar todo dia, fazer café pra mim. Agora ela pra fazer graça pros outros ela tinha que levantar de noite e fazer café”.

A preparação do café assumiu, nesse contexto, a preparação do alimento, algo que envolve a oralidade, que remeteu Pedro a um lugar em que era único, o lugar que ocupara na relação com a mãe, um lugar de exclusividade. No vínculo, assumiu ainda o significado de sentir-se abandonado, preterido, afinal quem seriam essas pessoas para quem sua mulher preparava o café? Haveria alguém especial? Foi nesse contexto, da desconfiança, do ciúme, de sentir-se preterido, que Pedro bateu em Maria pela primeira vez.

Foi a primeira vez que ele pôs a mão em mim foi nesse dia, foi a primeira vez mesmo... precisou da mãe dele, que ele grudou no meu cabelo me batendo mesmo, precisou da mãe dele entrar no meio e falar pra ele, falar assim: "Oh, se ocê tá duvidando vai trabalhar com ela então, já que cê tá duvidando".

Outros episódios de violência física também tiveram relação com a desconfiança de Pedro e com o fato de se sentir ameaçado por Maria. O fato mais recente ocorrera alguns dias antes da primeira entrevista, fato que fez com que Maria procurasse a ONG, o episódio do computador. Na verdade, a briga começou com Maria discutindo com Júlia, mas Pedro, ao interferir, levantou outros conteúdos, ainda não elaborados por ele, relativos ao suposto caso que Maria estaria tendo com o homem do computador. Pedro, além de bater nela, humilhá-la muito, ainda quebrou o computador, símbolo da traição concretizada.

Ao pensar na possibilidade de que não é mais objeto exclusivo de amor, Pedro atuou de forma violenta, humilhando, aviltando, batendo em Maria e quebrando coisas

da casa. Maria comentou que as conversas que surgiram na mãe dele “era que até comida aqui dentro de casa, eu tava pondo pro home”.

Haddad (2009), ao estudar o amor e a fidelidade, coloca que, quando se percebe não ser mais necessário ao objeto amado, uma antiga ferida narcísica é aberta. A ferida de não ser único para a mãe e de dividi-la com um outro. A autora pontua:

A relação mãe-bebê é a que dará forma a todas as outras, além de ser responsável pela ânsia de uma relação amorosa total, exclusiva e sempre condenada ao fracasso. O anseio à exclusividade que se origina aqui deflagra uma busca sem fim de atenção e de amor e é a base dos sentimentos de ciúmes, inveja, rivalidade e raiva. A fidelidade é o corolário mais conhecido dessa exigência de exclusividade da infância e sua base estaria na perda amorosa originária dessa relação dual, plena e simbiótica (Haddad, 2009, pp.123-124).

Base do sentimento amoroso, a ideia da fidelidade é algo posto na cultura ocidental. Ao ocupar um lugar privilegiado para o outro, o eu também se faz especial. A ameaça de que esse lugar possa ser ocupado por outro provoca os mais diversos sentimentos, tais como a raiva, o ciúme, o sentimento de posse. A fantasia de estar sendo enganado impedia que Pedro analisasse a situação racionalmente.

Lineu, “personagem” do filme “*Amor?*”, já citado anteriormente, também descreveu como o ciúme e as fantasias correlatas impedem que ele veja as situações com clareza e o levam ao enlouquecimento na relação. Disse ele: “a administração do ciúme por uma mulher é um sofrimento atroz, você não tem ideia”, denotando o quanto é difícil lidar com tal sentimento.

No vínculo conjugal, Maria alimenta as desconfianças de Pedro. Quando ele a humilha, ela responde:

...Ah, porque ocê é uma vagabunda”, sou, sou vagabunda mesmo, sou, sou vagabunda e ocê é mais vagabundo ainda, porque ocê sabe que eu sou vagabunda e vive comigo, eu só respondo isso. “Ah, porque você é uma puta”, eu sou puta? Ocê é chifrudo, porque você sabe que eu sou puta e vive comigo. Ocê é um chifrudo dos mais conformado, isso aí eu falo mesmo pra ele uai, eu to concordando...

Tanto na primeira quanto na segunda entrevista, Maria ameaçou Pedro com a possibilidade de que a traição se tornasse efetiva. Nesse sentido, a presença real de Maria (o efeito de presença, a interferência) marca e modifica Pedro. “O outro é uma boa denominação para esse sujeito que, vivido como radicalmente alheio e como exterior, me modifica fortemente com sua presença, ali onde não posso continuar sendo o mesmo nesse vínculo com o outro” (Bereinstein, 2001, p.93). Se Pedro já conhecia o fantasma da traição e infidelidade no vínculo de seus pais, no vínculo com Maria, além dessas questões se reatualizarem, ele tem que lidar com as ameaças da parceira que o atingem em seu narcisismo e em sua masculinidade.

É, mas igual eu falo pra ele, se tiver de trair cê acha que eu vou trair com um pé rapado? Com gente aqui do bairro que ele conhece? Eu vou procurar uma pessoa que me sustenta, que dá conta de me manter, me dá presente, me enche de coisa... .

Ou ainda:

Deus me perdoe se eu tiver jurando em vão... é assim em nome de Deus em vão, mas eu não tenho coragem de trair ele, não tenho. Se tive... É mas agora do jeito que ele tá me jogando no vento, eu falei pra ele, agora minha mente tá mudando, tá... Daqui pra ali eu posso sair, encontrar o primeiro homem que eu achar na rua e meter o galho no cê mesmo pro cê sentir o que que é ser chifrudo. Porque não é chifrudo...

Embora tenha admitido que não teria coragem de ser infiel e tentado demonstrar a ele que não o é, Maria terminou sua fala fazendo uma ameaça. Ameaças que são presentes na história do casal há muitos anos. No vínculo conjugal, as ameaças de Maria conferem a ela um poder, e talvez um gozo por sentir que é tão importante para Pedro.

Inter-relacionam-se a esse contexto as questões de gênero. No caso do café, por exemplo, Pedro considerou também que Maria estava deixando de cumprir seu papel de esposa, de mulher. Com relação às fofocas, entre elas, a de que ela estava tendo um caso com o homem que consertava o computador, ele afirmou:

Uai, mas é, que nem eu falo pra você, a gente vai escutando as coisas assim, principalmente mais em obra. Em obra, é, muié nenhuma presta, porque todo mundo chega, só fala o pior né, aí ocê vai imaginar o que?

Pedro ouve e compartilha com seus amigos ideais e crenças a respeito das mulheres, relativos à capacidade da mulher de enganar, ludibriar, ser infiel. Certa feita, para Maria trabalhar em um hospital foi preciso que uma amiga intercedesse, porque para ele “mulher nenhuma que trabalha em hospital presta”.

As considerações de Muszkat (2006) são relevantes para entendermos a relação da violência com concepções tradicionais de gênero. A autora cunhou o termo “desamparo identitário”, que se refere a “uma forma de funcionamento mental e social, construída a partir de ideais culturais nos quais os homens ficam mergulhados em função da precariedade da rede de significados de que dispõem como definidores do que é masculino e feminino” (p.129). A partir deste conceito, a autora entende que, à medida que os homens não conseguem manter seus valores, crenças e ideais, eles se sentem desamparados e atuam com violência no vínculo conjugal. A autora, ao questionar um grupo de homens autores de violência conjugal sobre o que consideravam mais ofensivo quando dito por mulheres, encontrou as seguintes respostas: “usar segredos, agressão, abandono e maus tratos, acusações de crápula, chamar de corno, veado e traição” (p.88). Muszkat (2006) analisou que tais pontuações, se chocam fortemente com os ideais de masculinidade socialmente vigentes. “O homem traído é visto como corno e alvo de chacotas em seu círculo de pares, já a mulher é vista como trouxa e coitada. Por tais motivos, diziam que a traição da mulher é absolutamente imperdoável” (p.89). Do ponto de vista psicanalítico, as acusações masculinas que denigrem a mulher visam ao reequilíbrio narcísico.

Nesse sentido, a perspectiva de gênero na concepção da violência conjugal não pode deixar de ocupar lugar de análise no vínculo. Conforme demonstrado por

Weissmann (2008), a Psicanálise Vincular, ao conceituar o espaço transubjetivo, aponta que o sujeito é inegavelmente parte do contexto em que vive, contexto este que o marca na constituição psíquica e na subjetividade. Assim, verifica-se que a questão gênero, enquanto construção social que define lugares de homens e mulheres, conforme estudado no capítulo 1, está presente no vínculo conjugal em questão. Pedro sofre as ameaças, externas e internas, de ser traído, de ser exposto tanto socialmente quanto narcisicamente, no vínculo com Maria. Por sua vez, ataca Maria denegrindo sua imagem de mulher. Um jogo mútuo de acusações, ataques e violência que parece não ter fim, um jogo de poder.

O poder no vínculo conjugal

As falas do casal nas duas entrevistas realizadas remeteram à questão do poder no vínculo conjugal. Para Maria, quando Pedro a desqualifica, utiliza palavras muito “pesadas” e ofensivas. A maneira que ela encontra para se defender diante dessa violência verbal, segundo ela, é insultando-o e o ameaçando também. Sobre um desses episódios, Maria disse; “ele me humilhando, me humilhando e eu ali, não, eu ia debate, é claro que eu tenho que me defender...” e complementou:

Aí assim, tipo assim, você tá ali, cê ta sendo humilhado, cê ta sendo massacrado, cê vai ficar por baixo? Ninguém vai ficar por baixo, ninguém. Eu não fico. Não fico mesmo, "ixi" eu tenho que ser a última a falar. Tenho, eu tenho que ser a última a falar, a última palavra é minha.

Ao que Pedro respondeu: “A primeira a falar, a primeira a falar e a última a calar. Porque a gente tem que abaixar as "oreia" pra hora que ela ta falando, porque se não é briga mesmo, é problema mesmo”.

De acordo com Severo (2007), na Psicanálise clássica o poder está relacionado a uma pulsão de domínio. Quando se pensa no vínculo, o poder deve ser analisado também a

partir de outras dimensões. A autora analisa Bereinstein e Foucault em seu estudo. Explica que, para a Psicanálise Vincular, o poder tem função vinculante e “opera a partir do jogo das diferenças, sustentada pelos efeitos de presença dos membros do vínculo” (p.181), sendo capaz de marcar e modificar o outro em sua subjetividade e lhe deixar marcas.

Nos casais, o poder é permanentemente objeto de disputa, pela qual, muitas vezes, um tenta impor o que pensa ao outro, impor um modo de agir, de controlar, de vigiar, de organizar. Severo (2007), ao tomar Foucault em sua análise, pontua, ao analisar os micro poderes, que para este o poder está *in fluxo*. Assim, nos casais, segundo a autora, a “luta” existente é entre súditos, e não entre um rei e seus súditos, significando a fluidez do poder.

O poder deve circular; do contrário vicejará a violência. A palavra deve ser dos dois, de todos e não uma imposição de um sobre o outro. Um deve escutar o outro e vice-versa, um aprender com o outro e vice-versa, num processo de alternância e reciprocidade, de circularidade de poder (Severo, 2007, 180).

No casal apresentado, a disputa pelo poder se dá, muitas vezes, através da fala, que remete a um discurso onipotente. Maria, como foi dito em outros momentos por Pedro, “fala demais”, não dando oportunidades para que o outro também se expresse. Sua presença é marcante nesse sentido. Como bem colocado por Severo (2007), quando o poder não circula entre o casal, a violência impera. Neste caso, a violência ocorre entre ambos. Não se está diante de um caso em que a mulher esteja tão subjugada e aniquilada em sua subjetividade que não consiga reagir. Maria reage, muitas vezes cruelmente, ameaçando-o com as traições, além de ter que dar a “última palavra”. Pedro comentou: “porque, enquanto eu falo uma palavra, ela fala dez, porque ela não dá tempo da gente falar. Enquanto eu falo, ela: blablabla”. Em outra fala dele, na segunda entrevista, houve nova queixa quanto à dificuldade de Maria em ouvir. “Ela vai falando, vai falando, vai falando, ali cê tem hora que tem que pedir pra ela deixar a

gente falar...”. Maria, além de não permitir que Pedro fale, também não o escuta. Nesse sentido, não ser ouvido é ser negado. É como se o outro, enquanto sujeito, não existisse.

Maria afirmou, “Quando eu falo as coisas pra ele, eu falo mesmo pra magoar, que é tipo uma autodefesa pra mim, é uma maneira de sair por cima dele, porque eu não quero sair por baixo, entendeu?”. Esse depoimento confirma que Maria não fala apenas para magoar, fala também porque quer vencer uma disputa. Ela continuou:

Eu penso assim, que é uma maneira dele se magoar, é uai, eu falo pra magoar ele mesmo, porque ele tá falando pra me magoar eu falo pra magoar ele também. Porque mesmo, igual, se ele me bater eu não vou querer bater de volta pra revidar? Então é a mesma coisa, se ele fala eu falo de volta para machucar ele também. Ele me machuca eu tenho que machucar ele também. Eu nunca vou ficar por baixo e ser machucada sozinha.

Na disputa pelo poder Maria não quer “sair por baixo”, e Pedro tenta contê-la, algumas vezes com a violência física. O poder não está só com Pedro, que bate em Maria e a humilha. Está também com Maria, que não o ouve, que o ameaça de traição, resalta sua impotência e também é violenta fisicamente. Embora admita que tenha a intenção de magoar Pedro, ameniza o sentido de seu discurso “mas as minhas dez não dói tanto igual a sua uma”. Ao que Pedro responde: “Pra você que tá falando...”.

A violência psicológica parece ter se cristalizado como uma forma de comunicação entre o casal. Durante as entrevistas, o que fica mais evidente como permeando o vínculo conjugal é essa forma de violência. Os episódios de violência física aparecem de forma menos significativa, mas ainda assim, marcantes.

Violência

Como apontado pelo casal, os episódios de violência física foram poucos, sendo o primeiro deles, conforme já apontado, “pelo episódio do café”. Depois disso, Pedro ficou sem bater em Maria por tempo significativo.

Depois quando eu tava grávida dela de oito meses, sete meses, foi quando a gente voltou a brigar mesmo, que ele me encostou a mão de novo, me deu altos chutes na barriga, fiquei toda roxa, só que eu não prestei queixa dele na época, eu não quis, porque eu gostava muito dele, também era doente, aí eu fui no UAI porque eu dei começo de aborto né, minha menina ia nascer antes da hora, aí chegou lá no UAI eles queria prestar, só que eu não quis né, na época. Aí depois disso passou um bom tempo sem nós dois brigar de novo...

Há uma contradição nessa fala, porque em outro momento da entrevista, ao perguntar se a violência física era constante na vida do casal, eles responderam que sim. Neste sentido, pode ser que haja nesse vínculo uma amenização da violência vivenciada. O casal destacou três episódios graves no decorrer da entrevista: “o do café”, “o da gravidez” e o “da quebra do computador” (o episódio mais recente).

Hirigoyen (2005) pontua que as agressões físicas, quando não são frequentes, não incitam na mulher o sentimento de vitimização, dificultando que as mesmas denunciem o homem. “Para elas, golpes isolados tem sempre uma explicação lógica: ele teve aborrecimentos no trabalho, ou estava cansado” (p. 45). Muitas vezes também, segundo a autora, as mulheres não sentem como violência atitudes como; empurrões, safanões, braços torcidos, beliscões, atirar coisas um no outro, entre outros, considerando violência apenas os casos de espancamento. Parece ser o caso deste casal, que teve a vida conjugal sempre muito tumultuada e conflituosa. Além disso, ambos são violentos um com outro. Maria comentou:

Pera um pouquinho, eu sou estressada, eu sou mesmo, não vou mentir pro cê, não é porque você é psicóloga aqui na minha frente que eu vou dar uma de santinha não, eu sou estressada, mas eu posso, eu prefiro grudar no pescoço dele, deixar ele todo arreventado do que quebrar um copo, eu não tenho coragem, eu não tenho coragem de quebrar um copo, eu tenho tanto amor nos meus "trem", porque se eu quebrar eu vou ter que ir no mercado comprar outro de novo. E ele é errado por causa disso, que aí ele vai jogando.

Observa-se nessa fala que não parece ser incomum Pedro atirar e quebrar coisas quando o casal discute, mas sim algo cotidiano. Esta pode ser inclusive uma forma de atacar duplamente Maria, que demonstrou ter um apego maior às coisas da casa. Tal apego se relaciona também às privações e situações difíceis que o casal já vivenciou.

Maria não atira ou quebra coisas, mas é violenta com Pedro: “Eu vou pra cima dele, ele vem pra cima de mim eu me defendo uai”. Quando eu pergunto como Pedro reage, ele não tem tempo de responder, diz apenas, “uai...” ela o interrompe: “Abaixa a "oreia", porque a maioria das vezes que eu vou pra cima dele eu vou com a faca”, o que denota que situações como estas não são incomuns.

O fato de Maria se defender e atacar Pedro utilizando objetos que podem feri-lo pode ser uma forma de “conter” Pedro, evitando que outras cenas de violência física ocorram, como um limite que Maria impõe a ele. Mas diz também, de uma história de vida de uma garota que vivia correndo do pai, junto com a mãe e os irmãos, para que a família não sofresse violência, tendo que se defender desde muito nova. Pode ainda representar o ódio ao pai que, não elaborado, é reatualizado no vínculo.

Quanto à violência psicológica, esta sempre foi elemento no vínculo do casal. Hirigoyen (2005) aponta que a violência física e a violência psicológica estão interligadas, da mesma forma que violência verbal e violência psicológica. Descreve que a violência psicológica apresenta-se através de atitudes de controle, isolamento, ciúme patológico, assédio, intimidação, ameaças, indiferença às demandas afetivas, humilhações e aviltamentos. As atitudes de humilhações e aviltamento, dizem respeito segundo Hirigoyen (2005), a rebaixar, ridicularizar o sujeito, atingir a autoestima da pessoa, mostrando-lhe que a mesma não tem nenhum valor. Demandas que se fazem presentes no vínculo conjugal deste casal, que se ligam às heranças transgeracionais e ao efeito de presença no vínculo intersubjetivo.

Embora, a violência atravessasse esse vínculo, este é permeado também pela resiliência diante das dificuldades sociais e econômicas enfrentadas.

Bordas do vínculo conjugal

Embora a constituição do vínculo não tenha sido marcada pela paixão, pelo amor, eles contaram que enfrentaram tantas dificuldades juntos, que foram se apegando um ao outro, se gostando e se fortalecendo enquanto casal. A história de Pedro e Maria é também uma história de muitas dificuldades, privações sociais e pobreza. Maria disse:

Eu mais ele quando a gente foi morar junto assim nós não tinha nada... Aí foi, pelejamos, não tinha casa, foi morar de aluguel, depois foi morar na casa da minha mãe, não deu certo, foi morar na casa da mãe dele, né? eu grávida dele de três meses tendo que dormir em cima de uma porta de madeira coberta de jornal, comendo biscoito de polvilho pra matar fome e chupando limão pra matar fome, assim eu e ele ali, ele desempregado, então assim foi uma coisa assim, até que o irmão dele alugou uma casa pra nós, ajudou, emprestou o dinheiro pra ele, aí nós começou a melhorar.

Pedro complementou: “Porque eu mais a Maria nós tivemos uma vida assim, muito, muito pesada memo, foi uma vida muito sofrida pra nós. Hoje não, hoje graças a Deus nós, tem né as confusão, mas hoje nós já tá bem melhor”.

Maria e Pedro consideraram a história deles uma história de superação. No vínculo conjugal, as dificuldades financeiras e a luta para superá-las foi vivenciada de uma forma que uniu e aproximou o casal afetivamente. Houve também uma tragédia na família, que num primeiro momento uniu muito o casal.

Conseguir um terreno através de programas sociais e construir a casa própria foi por eles considerado um momento muito importante. A construção envolveu Pedro, Maria e as crianças. Maria disse: “É, porque cê acha que essas paredes aqui oh quem, quem colocou os tijolo? Foi eu, ele e os meninos, eu de resguardo virando mato, os menino pequenininho colocando tijolo, que ele ficou de cadeira de rodas né...” Na época Pedro sofriera um acidente, tinha se submetido à uma cirurgia e estava afastado do trabalho. Ele comentou:

Porque quando eu machuquei a casa aqui tava nessa altura mais ou menos aqui assim oh. Eu fazia a massa, montava o andaime aqui improvisado, subia em cima do andaime custando, aí os meninos trazia tijolo pra mim, trazia massa.

Nóis trazia a nenenzinha pra cá, aí nóis colocava um pano... Nóis colocava um pano aqui assim, no chão aqui, aí aqui era tudo aberto assim, vinha aquele ventão, aquele poeirão, a hora que nóis saía daqui os meninos tava "vermelhim" de terra, essa menininha, essa "pititica" aí oh, nó, mas ficava sujinha. É, assim, nós fizemos só, levantamos as paredes, fizemos um contrapiso mais ou menos, e viemos pra cá.

Pedro demonstrou reconhecimento e admiração por Maria:

Eu devo muito, mais muito mesmo a ela. Tudo, tudo assim, que eu sou hoje devo a ela, tudo. Minha vida é, é ela, porque é onde assim, nós tá indo pra hoje o que nós somos, então, tipo assim, eu devo muito, mais muito mesmo. E, igual eu falo, pra mim largar dela é só se ela largar de mim, porque eu não largo dela não.

O momento de construção da casa, embora difícil, foi considerado um momento feliz para o casal. Pode ser entendido como a reconstrução de sonhos, projetos e do próprio vínculo conjugal. Outros momentos como o nascimento dos filhos, a oficialização do casamento, o encontro de casais da igreja de que participaram foram descritos por eles como momentos felizes. Consideraram que, diante das dificuldades econômicas e privações já vivenciadas, estão muito bem hoje e são felizes.

Ao fim da primeira entrevista, Maria comentou que está fazendo a parte dela para que eles fiquem bem, mas Pedro não. Então, ela conseguiu entrar em um tema muito difícil, conflituoso, e que se inter-relaciona à violência: a questão do uso de drogas de Pedro.

O uso de drogas e o vínculo conjugal

A questão do uso de drogas foi pontuada por Maria ao fim da primeira entrevista. A impressão deixada quando Maria começou a falar sobre o quanto isso a incomodava e o quanto causava problemas entre eles, era de que o casal precisou falar de muitas outras questões, às vezes até “floreando” o discurso, para poder chegar à questão das drogas. Tanto que ela comentou que ele antes da entrevista havia falado:

“Oh, vê se não vai me expor hein.”, demonstrando assim que não gostaria que Maria comentasse sobre o assunto. E, quando ela contou, ele disse: “é e você não aguentou”. De fato, foi isso mesmo. Maria precisava falar.

O tema se tornou manifesto quando Maria comentou que ela está fazendo a parte dela para o relacionamento dos dois melhorarem, mas que ele não está fazendo a dele. Pedro assumiu; “é porque ela quer que eu largo da droga, e pra mim largar é difícil”.

Pedro contou que usa drogas desde os 09 anos de idade, que dentre os irmãos, ele é o único que faz uso. Nesse caso, Pedro se refere às drogas ilícitas, porque o uso de álcool é feito por toda a família de origem de Pedro. Pedro tem maiores problemas com o uso de crack, mas também faz uso de maconha.

Como descrito no início desta análise, quando Pedro recebe seu pagamento mensal, entrega-o todo para Maria. No decorrer do mês, ele fica pedindo dinheiro para ela, em um movimento infantilizado, como um filho insiste com a mãe quando quer alguma coisa. Como apontado por Maria:

Domingo foi de manhã, de tarde e de noite. Tem dia que a gente tá sentado ali no portão, tá ali conversando né, batendo papo, olhando pro teto: "Me dá cinco real, me dá cinco real?", aí eu começo: "Não tenho", "Ah, mas que desgraça, mas que inferno, porque eu trabalho, eu tenho direito, porque não sei o que que tem, eu tenho direito, porque não sei o que que tem, é uma diversão, porque você é uma desgraçada..."

Quando Pedro entrega todo o dinheiro que recebe para Maria, confere a ela uma situação de poder e controle, não se colocando de forma autônoma no vínculo e com isso aumentando sua dependência de Maria, assim como ele também não se coloca de forma autônoma diante da droga. Entregar o dinheiro a Maria pode ainda ser entendido como estratégia para que não faça uso compulsivo, pois desta forma ele consegue ter determinado controle sobre o uso. “Porque eu não fico com o dinheiro. Se eu ficar com o dinheiro na minha mão aí é assim, aí não aguenta não... se eu tiver, igual agora, se eu tiver cinquenta real, hoje esse cinquenta real vai tudo”...

Observa-se que Maria cumpre no vínculo uma função materna, de uma mãe que controla, impõe e tenta colocar limite para o filho. Ao entregar o dinheiro para Maria, Pedro, enquanto "filho-esposo", pede que Maria, como "mãe-esposa", contenha-o de alguma forma em sua compulsão.

Maria, muitas vezes, tenta negar e nessas ocasiões Pedro é violento com ela. "Verbalmente sim, ele não agride assim fisicamente, mas verbalmente ele me agride". Maria disse que acaba dando o dinheiro, porque ele fala muito, é insistente e agressivo. Pedro justificou o uso:

Porque às vezes eu me sinto bem estando assim pra eu poder, como diz, entrar em outro astral, pra não ficar escutando tanta coisa na minha cabeça. Porque é todo dia aquela falação, todo dia aquela falação, todo dia, todo dia, todo dia, e tipo assim, eu sou o homem de ferro, eu não posso cansar, eu não posso ficar doente, eu não posso ter nada, eu não, agora ela não, ela pode adoecer que a gente é obrigado a fazer as coisas, ela tem direito de cansar eu não tenho, ela tem direito de assistir uma televisão eu não tenho.

O uso de droga por Pedro pode ser entendido como um sintoma. De acordo com Torossian (2004), o consumo da droga pode ser entendido como a solução para todos os conflitos psíquicos. Pedro, ao colocar que precisa "entrar em outro astral", já que Maria fala demais, diz de um lugar no vínculo no qual não é reconhecido como sujeito. No decorrer de sua vida, este não reconhecimento foi vivenciado por Pedro várias vezes, pelo abandono afetivo dos pais.

No vínculo, Maria se queixou de que, para Pedro, as drogas estão sempre em primeiro lugar. Devido ao uso, Pedro afasta-se da família, dela mesma e dos filhos. Na segunda entrevista, Maria criticou Pedro por várias vezes, enfatizando o quanto a droga era para eles um problema, afastando emocionalmente o casal. "Anda mais ausente. Porque sempre essa merda dele aí vem em primeiro lugar, essa semana mesmo nós dois brigou por causa disso, nós tá bem, mas ainda briga".

Quando Maria colocou a ausência de Pedro, demonstrou que ocorre um distanciamento afetivo em decorrência do uso de drogas. Ela pontuou que gostaria que

ele a acompanhasse a outros lugares, como na missa, onde observa que a maioria dos casais estão juntos, e ela gostaria também de estar em companhia dele. Exemplificou, contando de uma festa junina de um dos filhos, a que Pedro deixou de ir porque os sobrinhos dele chegaram à casa do casal e ele ficou bebendo com os mesmos. Ressentida, Maria esperava que o marido deixasse de beber com os sobrinhos e acompanhasse a família. Fatos semelhantes, segundo ela, ocorreram várias vezes.

Quando da realização da segunda entrevista, Pedro estava tentando fazer uso mais controlado da droga, diminuindo a quantidade e substituindo o crack por maconha. Por isso, Maria falou que naquela semana ele estava melhor. Tal atitude pode ser entendida como uma estratégia de Pedro para controlar o uso e até mesmo para melhorar a relação conjugal. No entanto, Maria não incentiva muito tal estratégia, pois, para ela, ele não deveria usar nenhuma droga.

Ao pensar na situação de Pedro, pode-se relacionar o uso precoce de drogas com o abandono e a negligência sofrida na infância, como um recurso para lidar com a falta e sofrimento provenientes dessa vivência. Para Costa (2004), o uso de drogas está relacionado à necessidade de repor a incompletude com os objetos ideais. A droga é usada para que o sujeito não se depare com a falta. Considerando o vínculo do casal, a droga cumpre a função de anestesiá-lo, uma vez que ele não se sente reconhecido no vínculo, em sua fala, em sua subjetividade. Anestesiá-lo diante da “falação” de Maria, dos problemas familiares e conjugais, excluindo Maria de seu mundo. Nesse sentido, Torossian (2004) aponta que “em alguns casos o sintoma toxicomaniaco se constrói num endereçamento ao outro, em outros há uma pretensão ilusória de exclusão do outro”(p.09).

A droga sempre esteve presente entre eles, mas passou a ser um problema há não muito tempo. Anteriormente Pedro usava apenas maconha, e para Maria, que se casou

ainda adolescente, o uso de droga era naquele momento suportável, mas a partir do momento em que Maria se percebeu crescendo emocionalmente, ela não suportou que Pedro continue tendo esse “comportamento infantil”, associando o uso de drogas à imaturidade. Maria considerou que se Pedro parar de usar drogas estará provando que a ama. Pedro, até o momento, não pôde lhe dar tal “prova de amor”.

Outro aspecto levantado por Maria é que, ao comprar drogas, Pedro não considera que poderiam estar juntando o dinheiro e investindo em melhorias na casa. “Porque isso atrapalha nós dois também, porque cada cinco reais que ele economizar durante a semana é nosso muro que a gente consegue fazer, que nunca sobra dinheiro pra fazer”.

Na última entrevista, o casal, além de explorar a questão das drogas, falou sobre um tema muito delicado para ambos, que se inter-relaciona com as drogas na medida em que atravessam o vínculo conjugal e produzem mal-estar vincular. Tal fato foi narrado como uma tragédia em família.

Uma tragédia na família

Ao final da segunda entrevista, Maria, ao comentar que Pedro a culpava por tudo de ruim que acontecia na vida dele, relembrou um fato marcante na vida do casal, que aconteceu há cerca de 10 anos.

Certa vez, o pai de Maria chegou bêbado e foi violento com a ex-esposa. Maria entrou na confusão para defender sua mãe, e Pedro, ao chegar da rua e ver Maria em risco, foi defendê-la. Pedro, então, empurrou o sogro, que caiu batendo a cabeça, sofrendo traumatismo craniano, o que o levou à morte três dias depois.

Pedro fugiu do local a pedido de Maria. A mãe dela já havia chamado a polícia, que ainda não havia chegado. Maria conseguiu pensar, naquele momento, que se Pedro

ficasse iria ser preso em flagrante. Ele ficou escondido na casa da madrasta, e Maria foi para a casa de um irmão de Pedro. Depois o casal foi para a casa da mãe de Pedro, ficando por alguns dias, até que ele se apresentou à polícia. Maria relatou: “Aí ele respondeu em liberdade, aí teve a primeira audiência, a segunda, terceira, aí depois teve o julgamento, aí ele foi pra júri popular”.

Pedro foi julgado e absolvido depois de seis anos do ocorrido em primeira instância. A família do pai de Maria recorreu da decisão, e em 2011 Pedro foi mais uma vez a julgamento, em segunda instância, tendo sido novamente absolvido. O casal acredita que a família do pai não irá desistir, recorrendo mais uma vez da decisão. “É, eles acham que eu sou culpado, culpado e tenho que ser preso, porque eu sou culpado”.

Pedro disse sentir culpa. Maria também. Ela disse:

Ele sente culpa e culpa eu também. Porque se não fosse eu ter brigado com meu pai ele não tinha feito isso. Então, assim, eu já fiquei com ele mesmo por obrigação, eu já cheguei ao ponto de falar ora ele, falar assim: "Eu to com ocê por obrigação". Porque quando nós dois largou uma vez, o Vítor tinha seis meses só, ele pegou, foi, jogou na minha cara tudo, que eu tava traindo ele, a mesma historinha de sempre. Eu larguei dele, eu só voltei foi porque ele fez ameaça, ele falou que se eu não voltasse com ele ia sumir no mundo, ia ser preso, porque se ele saísse de ... ele ia ser preso, que não sei o que é que tem, se eu não voltasse com ele, ele ia sumi no mundo. Aí eu voltei com medo dele sumir e prejudicar ele.

No vínculo conjugal, a tragédia familiar se traduz em acusações, angústia, culpa e no sofrimento vincular. Pedro culpa Maria. Maria culpa a si mesma. Ela se sente muitas vezes obrigada a ficar com Pedro, já que, para defendê-la, ele acabou matando o pai dela. Há toda uma implicação vincular no fato acontecido.

“Porque ele fala, ele direto joga na minha cara: "Eu matei, eu, hoje eu não ando com a cabeça em pé, eu não levando o nariz pra cima por causa de você, você é o motivo da minha desgraça", ele fala, direto ele fala isso, "por causa do cê eu matei seu pai"”.

Além do vínculo do casal, a família toda se viu implicada na situação. A mãe de Pedro acusa Maria constantemente de esta ter arruinado a vida do filho: “É por causa de

você que ele é um desgraçado, um bandido...” Por outro lado, a família do pai de Maria a acusa e a sua mãe: “a família dele ameaçava minha mãe também, e falava assim que minha mãe que tinha mandado o genro dela matar meu pai pra ficar com a casa”. Segundo Maria, houve muitas conversas e fofocas em torno do fato.

Depois do ocorrido, e durante todo o transcorrer do processo judicial, o casal esteve junto. Maria apoiou Pedro em todos os momentos. Pedro comentou que depois do fato o casal ficou mais unido. “No começo nós fortalecemos muito mesmo, fortalecemos demais, agora de uns tempos pra cá que não”. Parece que se fortaleceram tentando amenizar a culpa um do outro, acreditando que tudo foi um acidente. Maria complementou: “Mas isso aí não separou nós não, não separou não. Pelo contrário, nós ficamos foi mais unidos mesmo”.

Estar mais unidos afetivamente diante do sofrimento foi uma experiência vivenciada pelo casal também em outras situações, como nas dificuldades econômicas, desemprego, fome. Maria afirmou:

E pior, porque quando a gente passava dificuldade parece que tinha mais amor, parece que tinha. Agora que agente tá tranquilo não tem mais aquele carinho, aquele, ele, eu já cheguei ao ponto de falar pra ele mesmo, porque eu falo, eu mesmo eu já fiquei mesmo com ele assim já pra ele largar, não larguei dele, cheguei a ponto de ir até de jogar isso na cara dele. Porque eu me acho assim, na obrigação de ficar com ele o resto da vida dele, sou a desgraça da vida dele, que ele já falou isso pra mim mesmo.

Ao colocarem o vínculo sob essa perspectiva, Pedro e Maria se condenam a viver juntos. Ela, porque foi para defendê-la que ocorreu o crime. Ele, por ter matado o sogro, deixando Maria órfã. Assim, devem suportar um ao outro, pois se julgam cúmplices de uma mesma história.

Nota-se que este componente, a tragédia, é um dos elementos que alimenta o vínculo conjugal e se inter-relaciona aos elos que fazem com que o casal permaneça unido em

um vínculo atravessado pela violência conjugal. A morte do pai de Maria mantém o casal unido pela angústia de ambos.

Apontamentos finais

Os sentidos da violência neste casal se inter-relacionam nas questões transgeracionais que não foram elaboradas. A violência vivenciada na família de Maria, o alcoolismo do pai dela, a infidelidade e as traições do pai de Pedro mantêm o casal prisioneiro de uma mesma história, repetida no vínculo conjugal pela não elaboração.

O casal parece não conseguir se “separar” das famílias de origem, sofrendo as interferências das fofocas e intromissões. Além disso, Pedro não deixa as drogas, o que abala profundamente o vínculo, pois Maria sente-se sozinha no conjugal e no cuidado com os filhos. Tais elementos, juntamente com a disputa pelo poder no vínculo, pelo efeito da presença, com o uso de drogas de Pedro e as ameaças de traição e abandono de Maria, abrem vias às cenas de violência. Pode-se dizer que há um funcionamento vincular que é da ordem da repetição e que a violência no vínculo, por vezes, não é mais percebida ou sentida como violência. Muitas vezes, eles não nomeiam as humilhações, acusações e mesmo a violência física como violência.

Além das questões transgeracionais, o vínculo do casal se manteve por todo sofrimento vivenciado e resiliência diante dele. Nas dificuldades sociais, um se tornou para outro o amparo, a resistência para seguir adiante. O vínculo se manteve e se fortaleceu diante das adversidades, tanto que eles se referem às piores situações como sendo momentos em que havia mais carinho, mais amor.

O amor, apesar de não permear a constituição do vínculo, é um elemento importante na manutenção deste. Maria disse que já amou muito Pedro, e que ainda gosta muito

dele. Ambos demonstraram também cumplicidade. Ela inclusive manifestando o desejo de que ele seja mais presente. Ele desejando que Maria seja mais carinhosa, amorosa.

Além das questões intersubjetivas, as questões de gênero são também importantes. Neste casal, os lugares do homem e da mulher ainda são pautados nos ideais tradicionais, com pouca flexibilidade, e embora isso não defina a violência no vínculo, é um elemento importante.

Retomando a música de Chico Buarque que introduz este trabalho, verifica-se que a mulher lá retratada é uma mulher potente, que faz, que atua no vínculo conjugal. Pedro não está no mesmo lugar do homem de “Quotidiano”, embora, muitas vezes, não reste nada a ele senão calar e ouvir Maria. Por outro lado, ele não fica apenas nessa posição, atuando no vínculo com violência.

Quanto às estratégias de enfrentamento, estas são precárias, considerando que a não nomeação e reconhecimento de atos violentos seja um dificultador. Por outro lado, a procura pela ONG mostra um movimento inicial de busca de ajuda. Esta parece ter sido a única vez que o casal recorreu a uma instituição para falar sobre a violência conjugal, e não deram seguimento a tal ação, embora tenham ressaltado o quanto foi importante terem ido à ONG e encontrado pessoas que os acolhessem, ouvissem e os orientassem

5.3- LAURA E ROBERTO : Mudança e desilusão

O terceiro casal participante da pesquisa esteve na ONG indicado por uma pessoa da igreja que eles frequentam. Primeiramente, compareceu Laura e o filho do casal, que vou chamar de Daniel, que está fazendo uso de drogas, especificamente maconha. Daniel⁸ tem muitos conflitos com o pai, principalmente porque este é violento com Laura e os filhos. A demanda inicial da procura pela ONG foi devida ao fato de

⁸ Daniel iniciou atendimento psicológico, mas não prosseguiu.

que pai e filho não conseguiam conversar, nem mesmo com a mediação de uma pessoa da igreja. A partir do filho, surgiu a demanda do casal.

Atendidos pelo serviço social, mãe e filho foram encaminhados à psicoterapia. Um convite foi feito para Roberto comparecer à ONG e posteriormente ele também foi encaminhado à psicoterapia.

A assistente social verificou a disponibilidade do casal para participar da pesquisa. O contato inicial com Laura foi feito pessoalmente, em um dia que ela esteve na instituição para atendimento psicológico. Em contato telefônico para confirmar a participação de Roberto, foi marcada a primeira entrevista.

A história de Laura e Roberto

Os dados anteriores à entrevista referiam-se a um homem bastante violento com a esposa e os filhos. Roberto tem 39 anos e Laura, 45. Estão casados há 18 anos e têm dois filhos, que serão chamados de Daniel e Camila.

Laura, no atendimento do serviço social relatou violência física e psicológica, sofrida há muitos anos no casamento. O marido já a machucou muito, inclusive tendo quebrado o seu nariz, os dentes e um braço. Sobre episódios de violência do pai com os filhos, Laura afirmou que o marido é violento principalmente com Daniel.

Laura é alcoolista há muitos anos e estava tentando deixar de beber. Justificou o uso da bebida pela má convivência familiar, principalmente entre o filho e o marido.

Segundo o profissional do serviço social, Laura estava bastante sensibilizada no atendimento com o diagnóstico de um câncer de mama recém-descoberto. Segundo Laura, depois do diagnóstico, no início do ano de 2012, não houve mais episódios de violência física.

Roberto, no primeiro atendimento, não negou que foi mesmo muito violento com Laura e os filhos. Disse que “perde a cabeça”, que o fato de Laura beber o deixa “muito revoltado”. Para não deixar marcas em Laura, muitas vezes usou o artifício de enrolar uma toalha nas mãos. Além de bater, também reconheceu que já humilhou muito a esposa, mas diz estar disposto a mudar. Deseja realizar atendimento psicológico, como as outras pessoas da família.

As Entrevistas

As duas entrevistas realizadas com o casal duraram cerca de 2hs e meia cada, e aconteceram na residência dos mesmos. O casal reside em uma pequena casa nos fundos da casa dos pais de Laura, uma casa bem simples, que tem entrada independente.

Ao chegar para a primeira entrevista, Laura estava assistindo ao programa “casos de família”⁹. Laura então comentou, sobre como as pessoas têm coragem de ir falar na televisão sobre seus problemas, parecendo se questionar se teria “coragem” de expor seus dramas.

Quando Roberto chegou, sentou-se ao lado de Laura no sofá e logo comentou sobre a importância da ONG e do atendimento psicológico que está fazendo. Acha que o homem também tem o direito de ser ouvido. (Talvez tenha sido esse o motivo, o direito de ser ouvido, pelo qual Roberto aceitou participar da pesquisa). Considerou que a terapia tem sido importante para ele, porque desde o começo de 2012 (fevereiro) decidiu que quer mudar.

O tema da mudança foi a introdução do primeiro encontro e permeou nossa conversa. Com a entrevista já iniciada pela fala de Roberto, o casal assinou o TCLE

⁹ Este é transmitido pelo canal de TV aberta SBT, no horário das 17:00 hs. Trata-se de um programa popular em que os participantes principais, relatam seus dramas e conflitos familiares, muitas vezes, com discussões e brigas no cenário. Tudo acompanhado de um auditório que se envolve com os casos apresentados, apoiando, aplaudindo, dando opiniões, vaiando. Em um segundo momento, há ainda a participação de um psicólogo que comenta os casos.

(Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e autorizou o uso de gravador. Nesta primeira entrevista Roberto e Laura contaram que estavam bastante confiantes “em dias melhores”, acreditando que finalmente estavam se entendendo.

A segunda entrevista ocorreu cerca de quinze dias após a primeira, em um momento que o casal vivenciava nova crise conjugal. Laura havia tido uma recaída e bebido no fim de semana, e toda a proposta de mudança que o casal apresentou no primeiro encontro parecia ter “ido pelos ares”. Foi uma entrevista permeada por muito choro de Laura, por um discurso racional, crítico e defensivo de Roberto. Uma entrevista que se deu em plena crise conjugal do casal, necessitando de intervenções constantes para que o diálogo pudesse acontecer.

Laura chorou muito nessa segunda entrevista. Iniciou chorando, dizendo que Daniel (o filho) “não quer nada com nada”, queixou-se de Roberto “não ter uma palavra de carinho”, e, finalmente, contou sobre a recaída que teve. O casal se acusou mutuamente e ambos se mostraram frustrados com o outro.

A casa também estava diferente. Na sala, havia alguns cartazes com dizeres de apoio e mensagens religiosas a Daniel, que retornara de um retiro religioso para jovens, e a família tinha se reunido para recebê-lo. Mensagens que falavam de paz, amor, fé, esperança, mas que não condiziam com o que a família estava vivenciando no dia do nosso segundo encontro.

No item seguinte, analisar-se-ão as duas entrevistas.

Análise

“Vou mudar minha vida, pela situação com meu filho...” (fala de Roberto). O tema que inicia a primeira entrevista deste casal é o tema da mudança, de que eles estavam vivendo um momento em que precisavam mudar e estavam dispostos a isso.

Ele, deixando de ser violento, ela, deixando de beber, ambos frequentando a igreja, participando de estudos, de um grupo de autoajuda e de terapia (individual) na ONG. Muitos recursos, muitos elementos para lidar com uma situação familiar e conjugal bastante complexa, permeada por violência e conflitos.

No espaço social esperavam encontrar vínculos que os sustentassem em suas propostas. A religião, uma ilusão que promove ligação não somente com Deus, mas também com outras pessoas, nesse momento ocupou lugar significativo. Há muito tempo o casal tinha apenas contatos familiares. Com os amigos da igreja puderam ampliar esse espaço, dando novos significados ao vínculo, de integração, de novas possibilidades, de pertencimento. Mas também, esperavam que a religião servisse para promover um aplacamento das pulsões agressivas. Roberto ressaltou: “sempre tive agressão, bati nela muitas vezes, de agressão pesada, então, não ganhei nada com isso...”.

Para Laura a mudança se relaciona ao fato de, há cerca de quatro meses, estar sem beber. Laura contou que a mudança do casal já estava sendo percebida por ela como algo positivo: “Tá tendo compreensão, tá tendo diálogo, que antigamente não tinha. A gente não sentava pra conversar, a gente nem olhava um pro outro, já nem começava, então aí... Graças a Deus sabe, melhorou 100% por cento, 100% mesmo”.

A perspectiva de mudança representava a esperança conjugal da recuperação do filho, da recuperação de Laura, de um relacionamento renovado, e da cura do câncer de Laura.

A ilusão, pontuada por Freud (1927-1996) em “*O Futuro de Uma Ilusão*”, pode ajudar a compreender esse momento do casal. Na perspectiva freudiana, a ilusão não se trata de um erro, mas é derivada dos desejos humanos. Assim, Freud define a religião como uma crença humana que protege do desamparo. Laura e Roberto precisavam

lançar mão, naquele momento, de uma crença construída para conseguirem lidar com o uso de droga por parte do filho, com a doença de Laura, com a violência instalada. Simbolicamente, o imaginário conjugal versava sobre uma forma mágica e onipotente da mudança. O discurso do casal parecia tão distante, tão irreal, que parecia um sonho. Na segunda entrevista confirmou-se a hipótese, conforme Roberto pontuou: “são 18 anos de diferenças” e “foram anos de inferno” que marcaram esse vínculo. Este segundo encontro foi marcado pelo processo de desilusão e pela dor provocada.

Do primeiro encontro, restou a impressão de Roberto ser um homem rude, que racionaliza quase tudo que diz, com uma grande dificuldade de entrar em contato com seus sentimentos, de reconhecer o outro como sujeito e de sentir culpa pela violência praticada. Laura, em muitos momentos, apresentou-se imatura e regredida, profundamente marcada por uma história familiar de abandono afetivo, violência e alcoolismo. Mostrou-se frágil e desamparada, condição que talvez se tenha agravado com seu estado de saúde. Fisicamente, apresenta-se mais velha do que seus anos de vida, assim como Roberto, que também traz uma história de vida marcada pela violência intrafamiliar e pelo não reconhecimento subjetivo. Analisam-se no item seguinte as implicações da família de origem de Laura.

A Família de Origem de Laura

Laura é quem mais se referiu à família de origem. Nas duas entrevistas Laura contou muito sobre o que vivenciou, quase sempre chorando. Laura é a mais nova de uma família de quatro filhos. Relatou que o pai era alcoolista e violento com a mãe e que cresceu vendo cenas relacionadas a estes fatos. “Ele pegava faca pra matar minha mãe, batia, e assim, eu cresci naquele lar desestruturado...”. Em outra fala complementou, “eu não tive infância de falar assim, eu vou brincar, é, hoje meu pai e

minha mãe vai me levar no circo, no cinema, tsc, tsc. Foi tudo beirando aqui oh, jogada, sabe...” E ainda, “... sabe, eu não tenho assim um lar que eu fui criada, porque eu nunca cheguei e tive um abraço de mãe, eu tive um abraço de pai...”.

A falta a que Laura se refere em vários momentos das entrevistas relaciona-se a não se sentir reconhecida como sujeito, inicialmente por seus pais, mais tarde pelo marido, no vínculo conjugal. Laura vivenciou durante a infância o abandono afetivo, com uma mãe ausente física e psiquicamente e um pai alcoolista. O desamparo de Laura ficou evidenciado nas duas entrevistas e parece estar relacionado àquilo que foi retratado nas primeiras formulações de Freud (1895-1996) em “*Projeto para uma Psicologia Científica*”, quando aborda a condição de dependência total do bebê, entendendo que não apenas nesses primeiros anos de vida o cuidado recebido pelo outro é fundamental à sobrevivência, mas de modo geral, na constituição psíquica do sujeito. Refere-se aqui a uma época do desenvolvimento psíquico bastante primitiva, em que o bebê, em uma condição de dependência total do outro, demanda não apenas o alimento físico. Cecarelli (2009) retoma Freud e complementa dizendo que o bebê necessita também do “alimento psíquico: afeto, amor, reconhecimento, palavra, linguagem... gerando outra forma de dependência: a dependência psíquica” (p.34).

Neste sentido, Laura falou de um lugar que não ofereceu amparo e reconhecimento de suas necessidades psicológicas primárias, como sentir-se amada, pertencente. Laura, pela fragilidade e insegurança demonstradas, parece ter carecido desse reconhecimento ao longo do seu desenvolvimento.

Moguillanky (2012) aborda sobre “o vínculo gerar pertencimento” (p.45) e afirma que o vínculo será tido como “consistente se ele inspirar um sentimento de segurança. Será sentido como consistente se nesse laço houver lugar a uma nova familiaridade, e se nela forem experimentados segurança e confiança” (p.45).

Pode-se pensar que uma primeira “rede” de pertencimento é gerada na família, ou deveria proporcionar este sentimento de pertencimento à criança em desenvolvimento. Não sentir pertencimento quanto a esta família de origem, favoreceu para que Laura não conseguisse ter a confiança e a segurança necessárias para seguir em frente como sujeito autônomo e independente emocionalmente. Mesmo na fase adulta, Laura parece ainda esperar tal reconhecimento. Segundo uma de suas falas:

Eu cansei. Minha vida inteira foi desse jeito. Oh, eu nunca recebi um carinho de mãe, nunca, minha mãe nunca me abraçou, nunca me beijou, falou assim: "Oh minha filha, eu te amo", nem meu pai, sabe, eu criei solta, nunca, nunca, só via meu pai pegar facão pra matar minha mãe, minha mãe saia pra forró, meu pai saia pra boteco, é isso.

Roberto se referiu ao fato de Laura ficar muito tempo na casa dos pais como sendo um dos problemas para o casal:

Ela casou, mora no fundo da casa da mãe, mas ela tem a vida dela e a mãe mais o pai tem outra ... ela tem a família pra ela cuidar, o marido e dois filhos, teve a mudança e ela não tava reparando isso aí... .

Essas e outras falas remetem à questão aqui apontada, da busca de reconhecimento enquanto sujeito, que amenize a dor e angústia do desamparo de Laura. O fato de não conseguir distanciar-se fisicamente, morando sempre nos fundos da casa dos pais, revela a dificuldade de Laura em constituir uma conjugalidade e uma família diferente daquela de sua família de origem, revela processos simbióticos difíceis de serem rompidos. O casal contou, em uma das entrevistas, que em 18 anos de casamento a maior parte do tempo morou nessa mesma casa. Uma única vez foram para outro bairro, ficando apenas poucos meses. Por iniciativa e com o consentimento de Laura, enquanto Roberto estava trabalhando os pais dela foram até a casa do casal e levaram a mudança da família de volta. Quando Roberto voltou do trabalho não havia mais nada nem ninguém na casa. Enfurecido, buscou algumas roupas e foi para a casa de um avô. O casal voltou a conviver uma semana depois. Pensando no vínculo conjugal, a

mudança repentina, sem avisar o companheiro, emerge ainda como um ato de violência no vínculo.

Há também outro aspecto, a questão financeira implicada, pois o casal não paga aluguel da casa, e como Roberto é o provedor e o casal vive modestamente, não pagar aluguel representa, para o orçamento familiar, uma contribuição significativa. Embora significativo o fato de continuarem a morar junto dos pais dela, esta talvez não seja a questão fundamental, pois mesmo morando “nos fundos” poderia ter havido um corte, uma delimitação dos espaços familiares. Viver em extensão à casa paterna representa, nesse caso, uma dívida eterna pela não separação. Ou seja, o “preço” para o casal acaba sendo alto demais.

Implicada na questão apresentada, a transmissão psíquica transgeracional atravessa o relacionamento conjugal.

A Transmissão Psíquica e o vínculo de Laura e Roberto

“Aqui ó, meus irmãos tudo bebem... Nenhum conseguiu parar, como você falou que, nenhum deu conta de livrar dessa maldição, cê entendeu? Nenhum deu conta de livrar dessa maldição”.

Laura se dirigiu a Roberto na fala acima, em um momento da segunda entrevista em que o casal discutia sobre a recaída que Laura havia tido.

Como Laura contou, seu pai é alcoolista desde jovem. O avô de Laura também era alcoolista, “... porque o pai dele também bebia e fumava desde os sete anos, ele viu aquilo, o pai dele morreu novo e ele teve que sustentar os três irmãos dele, e um era alcoólatra...”. A mãe de Laura, segundo ela, frequentava bares, forró, também bebia, mas não era dependente.

O sentido da “maldição” apontado por Laura remete à questão da transgeracionalidade. Paiva, Pennachi e Thorstesen (2012) apontam que na formação do psiquismo o sujeito herda a história familiar de gerações anteriores.

Dependendo do modo como o sujeito a recebe pode se tornar prisioneiro dessa herança, pela impossibilidade de elaborá-la, ou pode se tornar herdeiro dela, no sentido de conseguir se apropriar dos conteúdos recebidos. Tudo dependerá da possibilidade que o psiquismo desse sujeito tem de elaborar as heranças recebidas (p.205).

Ao trazer essas reflexões para o campo da conjugalidade, Paiva (2009) aponta que:

Quando pensamos sobre o par conjugal e o lugar que o homem e a mulher ocupam em um vínculo matrimonial, necessariamente nos remetemos à questão da herança psíquica que cada um recebeu de sua família de origem, bem como às heranças sociais, isto é, as heranças oriundas do grupo social a que eles pertencem (p. 31).

Na história de Laura, os processos e vivências psíquicas que levaram os sujeitos à dependência química podem ser entendidos como um conteúdo herdado que atravessou duas gerações até que Laura o recebesse, não conseguindo livrar-se dele. No vínculo conjugal, o alcoolismo de Laura provoca a ira, a incompreensão e a vergonha de Roberto.

Aliás, a vergonha também fez parte da trama familiar. Laura se envergonhava do pai bêbado. Contou sobre as ocasiões em que foi com os irmãos recolher o pai que estava caído nas ruas. No dia seguinte a estes fatos, na escola, ela era motivo de chacota das outras crianças. A filha de Laura também se envergonha da mãe e a critica duramente: “ela falou que eu sou uma cachaceira, que ela não gosta de mim, sou uma bêbada”. Já o filho, identificado com a mãe, diz: “pode ser o que for, mas é minha mãe, se ouvir alguém falar da minha mãe sou capaz de partir pra cima...”. Laura ressentia-se com a filha e sentia-se acolhida por seu filho, “é um anjo em minha vida”. A filha,

inclusive, é muito pouco mencionada nas entrevistas, quase como se não existisse na família.

Eiguer (2012) pontua que, nas famílias onde ocorre a violência, quando o filho vê um dos pais sendo humilhado, depreciado, pode se identificar com ele, sentindo pena daquele que sofre a violência e desejando reparar “ a injustiça sofrida” (p. 22). Na dinâmica familiar em questão, os filhos ocupam lugares distintos. Um protege a mãe, outra não a suporta. Um vive com os pais, outro mora com os avós, na casa da frente. Não se observam, assim, processos de aproximação, de sustentação afetiva e amparo, mas sim uma fragmentação das relações.

Alcoolismo, vergonha, violência conjugal, acolhimento aos filhos. Laura repete tais conteúdos na cadeia geracional em que está inserida. Justamente por não elaborá-los, a repetição invade, atravessa os sujeitos. Para Cypel (2012):

...Não havendo modificações do material psíquico não há possibilidade de metabolização e integração de seus conteúdos. Este tipo de transmissão é considerado não estruturante ou alienante, impedindo a singularização do sujeito herdado, pois ela se impõe em estado bruto aos seus descendentes tirando deles, igualmente, direito a ter primeiro o seu lugar e, segundo, que seja preenchido por produções vinculares que forneçam a experiência emocional necessária e adequada àquela etapa da vida (p. 60).

Na vivência do seu desamparo, Laura escolheu Roberto para seu companheiro. A história da família de Roberto é também permeada pela violência. Laura contou, na primeira entrevista, que ele apanhou muito da mãe na infância, “a mãe dele batia no rosto dele, e batia nele, achava que aquilo ia fazer do filho dela um homem, mas o tempo muda”. Roberto acrescentou: “ela achava que era na base da porrada que resolvia”. O pai de Roberto também era violento com os filhos. Segundo ele:

Meu pai me dava era tapa na cara, perguntava nada, metia o tapa na cara e não podia fazer bagunça, é onde eu falo, você querendo ou não você quer descontar a raiva em cima dos seus filhos, meu pai fez comigo eu posso fazer com meu filho também. Você não lembra o tanto que aquilo doía em você.

O pai de Roberto saiu de casa quando ele tinha 14 anos, por causa de outra mulher. Roberto, o mais velho de cinco irmãos, passou a ser cobrado para ocupar o lugar paterno de provedor. “A preocupação dela era me por para trabalhar pra por o sustento dentro de casa, eu era o filho mais velho né”. Então, Roberto começou a trabalhar de dia e estudar à noite. A mãe foi trabalhar depois de um tempo, mas, segundo Roberto, ele ainda era o maior responsável pela casa. “Ali foi sempre dificuldade também, meu pai dava pensão pros meus irmãos, pra mim já não ganhava, naquela época era pouco também. E a minha mãe fazia os biquinho dela, não dava pra quase nada”.

A violência vivida era repetida depois com os irmãos. Quando o pai de Roberto saiu de casa, Roberto também começou a bater nos irmãos. Diante da indiferença e possível ódio diante de tudo que vivia, Roberto começou a exercer seu “pequeno poder” (Saffioti, 1989).

Pode-se pensar no desamparo vivenciado por Roberto nesse período da vida, em que tantas transformações biológicas e emocionais ocorrem. Savietto e Cardoso (2006) entendem que o desamparo é revivido na adolescência. Os autores retomam Freud (1926-1976) em *“Inibições, sintomas e ansiedade”*, quando entende o desamparo como um estado em que o sujeito é inundado por um excesso de excitações, provocando angústia e ansiedade. Dadas as características do período da adolescência, esse excesso de excitações é algo presente nos sujeitos e difícil de ser manejado por alguém ainda em formação.

Além disso, a revivência edípica no período da adolescência pode ter sido para Roberto bastante conflituosa dada a posição que passou a ocupar, a de homem da casa, e, quem sabe, no lugar fantasioso de marido da mãe. No que tange ao campo

intersubjetivo, Roberto teve que lidar com a responsabilidade de cuidar de uma casa, no sentido financeiro, assumindo um compromisso para o qual não estava preparado.

Herdeiro de uma herança da indiferença e da violência, Roberto repetiu em seu casamento sua vivência da família de origem. É indiferente e violento com os filhos e a esposa. Principalmente com o filho mais velho, como seu pai fora com ele. Por identificação projetiva¹⁰ projeta no filho mais velho a adolescência que não pôde ser vivida e isso pode ter suscitado o ódio e o desprezo.

Também não reconhece o alcoolismo de Laura como um adoecimento, e utiliza compulsivamente da racionalização.

Bebeu...adiantou...não adiantou, então beber pra quê?”... Acontece uma coisa vai encher a cara. Não resolve os problemas, os problemas continuam os mesmos”... “Saí pra beber. E o problema é o que? Não resolve nada”... E alcoolismo resolve depressão? Resolveu sua depressão? ...Isso pra mim é falta de vergonha mesmo.

Embora não tenham conseguido elaborar tais conteúdos, Roberto e Laura desvelaram em seus discursos sinais que indicam certa percepção a respeito do que vivenciaram com suas famílias de origem e o que vivem no vínculo conjugal. Percepção que não se instaura como elaboração. Laura disse:

Nenhum filho quer ver a mãe apanhar, como eu não queria ver a minha né? O que eu presenciei eu vivi. Isso doeu mais porque eu vivi duas vezes a mesma história, e aí é que não esquece tão cedo, fica a marca.

E Roberto:

...E sobrava pra quem? Pra ela, pros meus filhos. Entendeu? Às vezes coisas que eles não têm nada a ver. Simplesmente você quer tirar aquilo de dentro docê, cê quer tirar aquela raiva de dentro docê, cê quer descontar em cima de alguém, entende? E sempre vai sobrar pro mais fraco, sobrava pra eles. Aliviava aquela tensão e tudo, e acabava sem ver.

¹⁰ “Expressão introduzida por Melanie Klein para designar um mecanismo que se traduz por fantasias em que o sujeito introduz a sua própria pessoa (his self) totalmente ou em parte no interior do objeto para o lesar, para possuir ou para controlar” (Laplanche e Pontalis, 1996,p.232).

“Acabava sem ver”... Sem pensar, sem elaborar, essa é a violência da transmissão transgeracional em que o sujeito herdeiro mantém-se preso a uma história. No caso de Laura e Roberto, eles mantêm-se prisioneiros das famílias de origem, que não os reconheceram como sujeitos, e repetidamente não se reconhecem no vínculo conjugal, o que traz intenso sofrimento vincular. Não ser reconhecido, de acordo com Cypel (2012), é entendido como violência.

Temos de buscar a violência familiar e social, em suas manifestações iniciais, na insegurança, no desamparo que se instalam naqueles que vivem a incoerência de pertencerem no formal e não existirem no real. “Não há violência maior que passar pelo mundo como um fantasma”, disse M. Buber, aquele que não existe para o outro, significativo está muito propenso à resposta violenta manifestada ante a violência encoberta da invisibilidade ou do exercício do poder e do domínio cruel, fator de aniquilamento do outro (p.62).

Identificados no desamparo, na violência do não reconhecimento, Laura e Roberto constituíram um vínculo, que parece apresentar características de um funcionamento mental primitivo, em que os sujeitos buscam a todo o momento o reconhecimento de sua subjetividade e o amparo psíquico, mas como característica de um vínculo ainda rudimentar, pois ambos estão fundidos no que tange à condição original da casa paterna, mas totalmente estranhos, alienados e distanciados, não conseguindo compartilhar interesses, reciprocidade ou ternura, numa perspectiva distante de um par conjugal.

O casamento pode constituir-se como “lócus de continência” (Gomes e Porchat, p.145) de angústias e ansiedades, assim como da capacidade de aceitar e dar conforto, capacidade de aceitação e compreensão entre os parceiros. Demandas afetivas que partem de ambos, Laura e Roberto, mas, devido ao aspecto rudimentar do vínculo, não pode ser compartilhada.

Ainda sobre a formação deste vínculo, quando Laura e Roberto se conheceram, ele tinha 17 anos e ela 24. Estavam em uma festa e uma amiga de Laura os apresentou.

Depois de três anos de namoro, Laura engravidou e eles se casaram. Roberto contou que “começou um casamento assim, não assim, errado, ela já casou grávida, já tava de cinco meses, né? Então quer dizer, já foi um casamento meio a força, não a força, a gente tava planejando casar, mas não naquele momento”.

O que dizer de um casamento que começa como um erro? Embora possa haver um desdobramento favorável mesmo nessas condições, visto que não existem regras no campo amoroso, a impressão que ficava ao entrevistar esse casal é a de que sentimentos de ternura e cumplicidade, se um dia fizeram parte daquela história, parecem ter sido apagados pelo tempo. Ou, ainda assim, esta história é nomeada de amor.

Pode-se também perceber uma configuração edípica na vinculação do casal. Na revivência edípica, o adolescente precisa remanejar novos objetos, investindo em identificações secundárias, em modelos diferentes dos parentais (Savietto e Cardoso, 2007). Roberto, ainda adolescente, ao encontrar Laura investe em uma mulher sobre a qual poderia exercer seu domínio, entendido por ela como cuidado, amparo e proteção, como aqueles que um pai poderia dar. Laura, imatura, embora sete anos mais velha, pode ter representado para ele a experiência e vivência de uma mulher mais velha, uma mulher que não poderia ser sua mãe.

Desdobramentos do vínculo conjugal

Logo após o casamento, Laura sofreu um aborto. Estava com cinco meses de gestação. Contou que depois desta perda começou a beber mais e mais. “Depois da perda, aí eu comecei a beber, foi aonde assim, eu e ele brigava muito”. Antes do aborto, segundo Laura, ela bebia socialmente. Chamou atenção o fato de ela ainda se emocionar bastante enquanto falava sobre um aborto ocorrido há 18 anos, mas, depois, ela também

revelou a ausência da mãe neste momento. Esta falta parece ter representado a maior dificuldade.

... A filha minha quando eu perdi, na época eu precisava muito da minha mãe perto de mim, porque eu não tenho irmã, essa vizinha que esteve do meu lado. O Daniel nasceu com seis meses e meio e ficou um mês na estufa, essa vizinha do meu lado. A minha menina, essa vizinha do meu lado... .

A perda do bebê remeteu Laura ao seu desamparo originário. Para o casal, o significado da perda do bebê pode ter representado o temor de que o casamento também acabasse, já que se casaram porque Laura estava grávida. Paiva (2009) aponta que muitos casais recém-casados têm dificuldade em estabelecer uma identidade própria de casal. Assim, sentem-se um casal apenas quando há o nascimento de um filho. É pela via da parentalidade que conseguem estabelecer-se como casal. Esta pode ter sido a angústia diante da perda sofrida no início do casamento. Se o casamento se deu por um filho que não estaria mais presente, como seguir em frente?

Embora Laura afirmasse que o quadro de alcoolismo se agravou após a perda, em determinado momento revelou: “... É, a bebida pra mim era uma fuga. Cê entendeu? Eu bebi, eu to bebendo, então to aqui, eu esqueci dos meus problemas, sabe, eu não tenho assim um lar, nunca tive...” . Tal comentário causou a impressão de que os problemas de Laura com o álcool já existiam antes do casamento e se agravaram depois dele, dramatizando ainda mais o vínculo conjugal.

Roberto revelou que, além do alcoolismo, a interferência da família de origem de Laura também agravou os episódios de briga e violência entre eles. Assim, nesse vínculo, percebe-se que a identidade do casal foi construída de forma muito primitiva, pois se trata basicamente de uma extensão das famílias de origem, uma vez que cortes importantes nunca foram feitos. Há vínculos simbióticos que são “realimentados” ao longo do tempo através da repetição e do empobrecimento das relações sociais do casal.

Essa identidade de casal simbiótica, não separada da família de origem, trouxe muitos problemas a este vínculo. Disse Roberto:

Então a gente casou, a gente sempre morou aqui, morava do lado aqui, e depois a gente veio pra cá. E aí era sempre briga, discussão, era um intrometendo na vida do outro, essas coisas assim entendeu? E pra te falar, igual eu falei, falar a verdade foi um inferno, eu nunca assim, a gente já teve briga feia, entendeu? Dela sair assim e eu chegar aqui e aprontava com ela, já passei uma noite lá na cadeia, então já teve caso que chegou no extremo mesmo, e falar, arrepender cê arrepende, mas como diz, é uma ferida que ela mesmo fala, é uma ferida que fica lá, como diz, você tenta levar mas não esquece.

Embora Roberto tenha apontado apenas a questão da família de Laura, é importante dizer que a família de origem dele também é motivo de conflito. Laura pontuou sobre as brigas em família, sobre a mãe dele não gostar dela, e que mesmo assim Roberto a obrigava a participar das reuniões familiares. Tais reuniões eram a única ocasião em que saíam, o que denotou também um empobrecimento vincular deste casal, pois mantinham as relações sempre fechadas no círculo familiar.

O fato da família de Roberto, principalmente sua mãe, interferir no casamento diz respeito principalmente ao alcoolismo de Laura, condenando-a por isso. Roberto pontuou que devido ao alcoolismo ele e Laura já chegaram ao extremo várias vezes. Em um desses episódios ele ameaçou matá-la, segurando-a e colocando uma faca em seu pescoço. Os filhos, à época crianças, assistiram a tudo. Laura contou que se a irmã dele não tivesse chamado a polícia, ele a teria matado.

Interessante observar que, na prática profissional, o alcoolismo e o uso do álcool é, muitas vezes, utilizado como “desculpa” para justificar a violência ocorrida. Não são incomuns frases como: “ele é um ótimo pai, um bom marido, mas quando bebe...” ou ainda, “bati, porque pedi a cabeça, estava bêbado”.

Soares (1999) afirma que tanto profissionais que trabalham com violência doméstica quanto especialistas que trabalham com alcoolismo apontam ser comum as associações e referências entre abuso de álcool e a ocorrência de violência. Ainda segundo a autora,

o uso do álcool se dá de forma mais usual pelo marido, eventualmente por ambos ou mais raramente pela mulher. Este é o caso desse casal. Não se trata de um homem bêbado que espanca a mulher, embora isso seja mais comum. No vínculo de Laura e Roberto pode-se também tentar analisar as implicações do abuso de álcool por parte dela na conjugalidade.

Além de despertar a ira e a vergonha em Roberto, o alcoolismo de Laura, no vínculo conjugal, representa um abalo do ideal de masculinidade de Roberto. Esse ideal, construído socialmente, é baseado em valores como fazer, conseguir, agir (Muszkat, 2006). Ou seja, segundo a autora, uma condição que é dada pelo olhar do outro. “O olhar do outro é definidor daquele que é visto” (p. 153). Assim, podemos pensar que ter uma esposa alcoolista atinge Roberto em seu ideal de masculinidade.

A análise de Muszkat (2006) sobre o olhar do outro é relevante no entendimento do caso. A autora relembra Winnicott e Lacan, afirmando que o bebê se reconhece no olhar da mãe, pelo qual é possível construir uma noção de si mesmo. Ou seja, “o olhar da mãe seria como um espelho, refletindo para o sujeito sua identidade, ou ainda, ele (o sujeito) é definido por aquilo que encontra no olhar daquele que o olha...” (p.91).

Nesse sentido, entende-se que, no vínculo conjugal, Roberto é afetado em seu narcisismo por estar casado com uma mulher vulnerável, fragilizada, alcoolista e, agora, doente. O que o alcoolismo de Laura reflete para ele é sua impotência e frustração por não ter conseguido ir embora, mesmo a condenando veementemente pelo abuso de álcool. Uma impotência que diz respeito a uma vivência, como já observado, de desamparo, de não reconhecimento subjetivo. Impotência que reflete ainda seu fracasso diante dos ideais de masculinidade vigentes, afinal é ela quem o envergonha socialmente ao perambular bêbada pelas ruas do bairro e ao ser vista bebendo pelos botecos. Ele comentou em uma de suas falas: “Uma mulher bêbada é uma vergonha...”.

Tal relatou provocou em mim indignação. A imagem de Roberto, um homem grande, forte, com mãos enormes e pesadas, batendo em uma mulher alcoolizada era algo que causava um grande mal-estar, ao imaginar o pavor que ela tantas vezes havia vivenciado. O discurso de Roberto, na primeira entrevista, pelo qual dizia se arrepender e querer mudar, não convencia, pois ele se mostrava um homem rude, intolerante e incompreensivo.

Essa imagem cristalizada de “um homem covarde batendo em uma mulher bêbada” só foi desconstruída a partir de reflexões sobre como seria para Roberto conviver constantemente com Laura alcoolizada. Por mais de dez anos Laura bebeu todos os dias. Laura relatou sobre episódios em que chegou muito bêbada, mal conseguindo andar. “Porque o Daniel, eu tava caída, o Daniel me carregava. Ele tinha aquele amor, ele tem aquele amor por mim, sabe...”.

Na segunda entrevista, o tom do discurso que idealizava e vislumbrava um futuro de mudança, de dias melhores, viera abaixo com a recaída de Laura. Roberto contou sobre como era quando Laura chegava em casa alcoolizada: “... Já chega gritando, já caindo, derrubando cadeira, desarrumando os "trem" tudo, já chegou já... Já bebe tanto que já chega mijando na roupa. Pergunta se isso é bonito pra mulher?”.

No fim de semana anterior à segunda entrevista, ocasião em que houve a recaída de Laura, segundo Roberto: “ela chegou aqui, caçou encrenca, gritou pra todo mundo ouvir, caçou briga, xingou, xingou, falou coisa que, entendeu? Me xingou de chifrudo, que cê não presta, cê é um sem vergonha...”. Laura não contradisse Roberto e justificou a recaída porque Daniel não melhorou em nada. Depois complementou: “desgosto, sabe? Vai juntando as coisas, vai juntando as coisas, chega uma hora que cê cansa”. O que Laura vai “juntando” escapa por uma via que ela não consegue controlar. Álvarez (2007), em um estudo sobre fatores que predispõem os sujeitos dependentes químicos à

recaída, cita conflitos interpessoais, principalmente com a família, “separações, brigas, falta de apoio e harmonia familiar” (p.06), fatores constantes na vida de Laura.

O alcoolismo e a violência parecem estar cristalizados como um ciclo repetitivo que esse casal vivencia em seu cotidiano. Laura bebe, enquanto está bebendo não atende as chamadas de Roberto, volta para casa alcoolizada, muitas vezes agressiva. Voltar alcoolizada pode ter o significado no vínculo conjugal de ser violenta também com Roberto, pode ser uma forma de atacá-lo. Além disso, a presença marcante de Laura bêbada (efeito de presença) deixa Roberto enfurecido, passando a ser violento com ela. No último episódio ele a empurrou e a humilhou, como vem acontecendo ao longo dos anos, repetidamente, em um funcionamento vincular no qual o ódio e a indiferença parecem ser os conectores. Puget e Bereinstein (1994) definem o conector como “condição necessária para explicar porque duas pessoas mantêm estavelmente uma relação de casal... O termo conector pode crescer e ser funcional ou deteriorar-se, regredir ou ser disfuncional” (p. 20). No vínculo analisado, as características que sobressaem são da ordem da disfuncionalidade e da regressão.

Além disso, observa-se no vínculo conjugal um pacto denegativo. Este, segundo Silva e Becker (2006) é caracterizado “como um acordo inconsciente sobre o inconsciente que permite a constituição do vínculo... o que o pacto nega é justamente o que não pode estar em questão entre os sujeitos para que possam vincular-se” (p.106). Neste sentido, Laura e Roberto compactuaram que, permanecer juntos é vital para ambos, pois separarem-se implica em mostrar um ao outro a impotência de que não conseguiram constituir-se enquanto sujeitos autônomos, independentes e maduros emocionalmente. Tal compactuação é feita para garantir a estruturação e manutenção do vínculo.

Há ainda elementos sadomasoquistas nesse vínculo, uma vez que, ao se posicionar como objeto de humilhação e aviltamento, Laura isenta-se da culpa no vínculo. Como apontado por Gomes. P (2006), “quanto mais cruel e perversa for a atuação do parceiro sádico, maior será o triunfo do parceiro masoquista... Os maus tratos aos quais acedeu liberam-no de qualquer culpa persecutória, ajudam-no a viver por tabela seu ódio...”(p.111). Quanto ao sádico, a autora aponta que a violência e crueldade por parte deste constituem recursos precários para assegurar o objeto como parte do self. Nesse sentido, podemos inferir que Laura e Roberto estão enredados em uma trama vincular em que estão fundidos no sofrimento vincular e no gozo.

A recaída de Laura teve ainda o sentido no vínculo conjugal de “quebrar” o acordo de mudança que o casal havia estabelecido há alguns meses. Como foi apresentado, na primeira entrevista o casal dizia estar muito bem, pois estavam conseguindo conversar, fazer coisas juntos, principalmente ir à igreja, e até se divertir, o que não acontecia há anos.

A religião ocupou lugar significativo nesse processo de mudança do casal, pois estavam se sentindo mais fortes e melhores por estarem frequentando a igreja (evangélica) e participando de estudos sobre casamento. Esperançosos e vivenciando a ilusão de que poderiam encontrar a paz, a cura para o filho que estava usando drogas e a cura para o câncer de Laura, entregaram-se “nas mãos de Deus”. Com o acordo “rompido por Laura”, sobreveio muita decepção, raiva e mágoa no vínculo e, para Laura, o sentimento de que na verdade a igreja e seus fiéis eram uma ilusão. “Esse povo de igreja. Esse povo não tem nada a ver com a minha vida”. Talvez pela vergonha e mal-estar de ter bebido novamente e se condenando por isso, “você acha que quando você tem uma recaída, você acha que quando você tem uma recaída você não para e pensa assim: “Nossa, que merda que eu fiz”? Laura disse que não quer mais voltar à igreja, “... a hora

que eu chego na igreja um cutuca no outro "Alá a bêbada tá chegando ó, a cachaceira chegou". Assim como seu marido, Laura é implacável com ela mesma, pune-se duramente. Na segunda entrevista, ela também afirmou que não vai mais se tratar do câncer, o que pode ser entendido como uma forma de autopunição.

Quando perguntei ao casal o que os manteve unidos todos esses anos, eles contaram que já se separaram três vezes, mas por poucos dias. Para Laura, a presença da figura masculina do pai é importante. Como no segundo casal entrevistado, os filhos são “motivo” para a não separação. Entretanto, conforme aponta Miller (1999), as mulheres que permanecem em relacionamentos abusivos “pelo bem” dos filhos frequentemente os submetem também ao abuso, como acontece nesta família.

A respeito de por que não foi embora, Laura ainda afirmou, “é, e muitas vezes as pessoas falam assim: "Ah, larga dele", né, larga dele que ele já fez isso com ocê, já bateu em você", eu falei "gente, ele é meu marido, é o pai dos meus filhos", denotando que Laura e Roberto, mantêm um conluio vincutivo, espaço em que na conjugalidade reverbera um primitivismo e certo enlouquecimento do vínculo, mantendo-o e suportando-o.

É ainda significativo o fato de que o nome verdadeiro de Laura é uma junção dos nomes do pai e da mãe, simbolizando um vínculo indissolúvel. Prevendo o que poderia acontecer caso se separassem, Laura disse: “... e eu não vou largar dele por quê? Vou por outro problema na minha casa?” “... Parece que eu só escolho manga podre”. Laura ponderou que escolheria outro homem semelhante a Roberto. Um homem que não pôde lhe dar jamais o que sonhava; o amparo, cuidado e proteção que nunca teve. Embora tenha escolhido um homem sete anos mais novo (ele era um adolescente quando ela o conheceu), é importante lembrar que Roberto ocupava o lugar de “homem da casa” (como o pai de Laura também ocupara ainda bem novo), o lugar do pai,

inclusive assumindo uma postura violenta com os irmãos mais novos. Talvez Roberto se apresentasse como mais velho do que sua real idade. Pode-se também imaginar que ela, mesmo sendo mais velha, apresentava-se imatura e frágil aos homens.

No vínculo conjugal, Roberto ocupa o lugar de um homem rude, duro, parecendo intocável. Fala em arrependimento a respeito da violência, mas não parece ser possível vislumbrar culpa. Que significado teria, então, a doença de Laura no vínculo conjugal?

O adoecimento de Laura e o vínculo conjugal

No início do ano de 2012, quando a doença foi diagnosticada, já havia a proposta de mudança como um acordo entre o casal. Roberto, na segunda entrevista, afirmou que “mudou pela dor”, pela situação de Laura (no entanto, em nosso primeiro encontro, a mudança, segundo ele, estava relacionada com o fato do filho estar usando drogas). No dia anterior à consulta da esposa, o casal teve uma discussão por causa do filho, e Roberto não acompanhou Laura ao médico, mesmo diante da possibilidade do diagnóstico. Ela ressentia-se: “Quantas vezes que eu te falei que eu precisei ir pro hospital, ele nunca teve presente, nunca teve presente”. Assim, o perdão que pediu a ela, o acompanhamento na igreja, no grupo de autoajuda, parece não fazer sentido para ela, não é algo que sustente o vínculo deste casal. Para ele, entretanto, significava muito todo seu esforço e empenho.

Como Laura fez uma cirurgia para remover o tumor, ficou impossibilitada de realizar algumas tarefas domésticas. Roberto assumiu alguns cuidados, como lavar roupas, estendê-las no varal, cozinhar aos finais de semana. Tal fato acabou sendo motivo de conflito entre o casal. Roberto, na segunda entrevista, demonstrou sentir-se não reconhecido por tudo que fez nesse sentido, já que Laura havia bebido. A recaída

indicou para ele o não reconhecimento do seu esforço; “... a única pessoa que tá do lado dela é eu. Agora, não quer? Se vira se vira sozinha...” e complementou, “... é como cê dar murro em ponta de faca, machuca, machuca a pessoa não dá valor”.

No vínculo conjugal, oferecer os serviços domésticos à mulher doente é o que Roberto conseguiu fazer. Para ele parece muito o que vem fazendo por Laura, é uma demonstração de cuidado e afeto e, embora ele esteja querendo comunicar isso, ela não compreendeu, não sentiu dessa forma. Nesse sentido, pode haver aí um mal entendido no casal. Segundo Puget e Bereinstein (1994) o mal entendido no casal diz respeito a disfunções do processo de comunicação, que implicam divergências de interpretação, de significados e sentidos.

Além disso, a realização dos serviços domésticos por Roberto pode ter representado um esforço grande para ele enquanto homem, em razão do sentido dos papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres. Roberto, em alguns momentos demonstrou que essa definição é clara para ele.

Eu já fico o dia inteiro fora de casa, eu chego em casa eu quero ter o carinho da minha mulher, eu não tenho. Eu chego em casa ela sai, ela tem o dia inteiro pra ficar na casa da mãe dela, eu cheguei nela e falei isso pra ela.... Querendo ou não, pelo que eu te fiz no passado, o que eu te fiz por um tempo, sou seu marido. É sua mãe? É. Mas saiba dividir o tempo dela comigo. Entendeu? Eu ainda chegava dentro de casa a mulher não tá nem aí pro cê, a janta tá pronta, cê janta... .

Em seu discurso, demonstrou que o papel atribuído a ela era esperá-lo em casa, com o jantar pronto e disposta a lhe fazer companhia. Ainda com relação à sexualidade do casal Roberto complementou: “Oh, chega em casa o que é que o homem quer? A mulher cheirosa, a mulher carinhosa, o que é que eu tenho? Se eu não chegar e não tomar atitude eu, ela não toma...”. Além da questão de atribuição de papéis (a mulher que espera seu homem), Roberto faz uma cisão desvinculando a violência conjugal com a sexualidade, com o desejo sexual, com a disponibilidade em lhe fazer companhia e

cuidar a tempo e a hora da rotina da casa. E espera que Laura também utilize desse mecanismo.

As queixas de Roberto tomaram forma de crítica, mas também disseram da frustração de um homem que parece nunca se ter sentido acolhido, amado, desejado. Sem saber demonstrar isso ao longo dos anos de uma forma que viabilizasse a troca e o diálogo entre o casal, com a construção de novas possibilidades vinculares, assumiu, na maior parte do tempo, o lugar de um pai, crítico, duro e impassível.

Durante quase toda a segunda entrevista assumiu essa atitude diante do “erro-recaída” de Laura, a ponto de causar irritação “Agora eu acho o seguinte, é a hora de que? Dela parar e pensar e ver o que ela ganhou com isso até hoje? Que bem que trouxe pra ela até hoje?” Essas e outras falas permearam nosso encontro. Por fim, Laura respondeu: “eu não aguento mais também, fica falando isso na minha cabeça”, demonstrando que nesse vínculo há um grande mal-estar instalado, porque ambos não se ouvem.

Laura assumiu a maior parte do tempo uma posição vitimizadora: “... lá na minha mãe eu sou culpada, aqui eu sou culpada, ele é o certo, ele fica aqui...”. Ou ainda “... hoje eu até falei pro meu pai, eu não nasci pra ser feliz...”. Em queixas infundáveis e em um processo de auto piedade, torna-se difícil para Laura ocupar um outro lugar que não seja aquele do assujeitamento. O lugar de vítima (da família, da vida, do álcool, do marido e, agora, da doença) construído por Laura confere à mesma um lugar seguro, que permite a ela ficar apenas demandando cuidado, amparo e proteção do outro, em um movimento bastante regredido, ao não precisar transitar para outro lugar de possível responsabilização por si mesma. Diz também de uma posição masoquista. Machado (2009), na análise do masoquismo, pontua que o enunciado inconsciente do eterno

sofrimento pode ser traduzido em duas vertentes. “Da parte do isso... eu sofro, não consigo parar de sofrer” e “da parte do ego, o cogito seria: sofro, logo existo” (p.12).

Não se nega com essa perspectiva que o processo de adoecimento de Laura a fragiliza muito nesse momento. É evidente que o diagnóstico de uma doença como o câncer fragiliza o sujeito, mas a postura vitimizadora de Laura vai além da questão do adoecimento.

Na Psicossomática, Filgueiras, Lisboa, Macedo, et all (2007), em pesquisa sobre o câncer de mama e os aspectos transgeracionais, abordam que “todo adoecer implica uma dimensão identificatória e intersubjetiva que não pode ser omitida” (p.553). Os autores trazem o pensamento de Marty (1998 como citado em Filgueiras, Lisboa, Macedo et all, 2007) afirmando que os indivíduos, quando passam por situações muito difíceis, que não são elaboradas ou descarregadas “pela via de comportamentos motores”(p.554), acabam acumulando excitações, as quais atingem os órgãos somáticos.

O câncer de mama de Laura se tornou, assim, uma inscrição corpórea de processos emocionais muito doloridos vividos por ela. Um corpo que além de marcado pela violência do não reconhecimento, da violência conjugal, que já deixou marcas roxas, dentes quebrados, um braço quebrado, tem agora o adoecimento. Neste sentido, no vínculo conjugal, a doença pode representar uma autopunição que alimenta o lugar vitimizador. Na segunda entrevista, Laura deixou claro que não quer mais se submeter ao tratamento, demonstrando que não consegue cuidar de si mesma. Abandonar o tratamento a coloca novamente como vítima, demandando cuidado, amparo, proteção, em um movimento regredido.

Quando se perguntou ao casal o que esperam um do outro, Laura respondeu “que dê valor né, na minha pessoa. Que ele melhore cada vez mais. E não só ele, eu também né. Que a gente tenha um casamento assim sólido, abençoado, e um lar

estruturado, que a gente tenha diálogo”. E Roberto declarou; “... carinho, compreensão, a cada dia a gente vai aprendendo mais e mais, saber a respeitar mais um ao outro...”. (Tais falas ocorreram na primeira entrevista, quando o casal estava otimista quanto ao vínculo conjugal).

Apontamentos finais

O vínculo do casal, iniciado por questões edípicas e processos projetivos pelos quais se identificaram em suas faltas primordiais, no desamparo e no não reconhecimento subjetivo, trouxe desdobramentos da ordem da violência que manteve o casal unido em uma “liga” permeada pelo ódio, indiferença afetiva, onipotência, sadomasoquismo. Além disso, tem-se um vínculo constituído por um pacto denegativo, que diz respeito ao que não pode ser dito, ou representado. Assim, nesse pacto, precisam ficar juntos para não demonstrar um ao outro a fragilidade de ambos. Um casal que se apresenta em uma conjugalidade bipartida, fragmentada, em uma alienação vinculativa, que talvez impeça um rompimento e o estabelecimento de novos vínculos. Em um cotidiano que se repete há anos este casal repete as mesmas cenas de um ciclo alcoolismo-violência, repetição essa da ordem da transgeracionalidade.

No que tange à violência física, este casal apresentou-se como o mais violento dos casais entrevistados. Em certo sentido, Laura e Roberto ocupam posições assimétricas. Ao fim do último encontro, eles agradeceram a presença, dizendo ter sido importante a entrevista. Ambos estavam mais calmos e conversando em um tom mais respeitoso.

Roberto pontuou que gostou de ser ouvido. O reconhecimento de um espaço de fala e escuta a que Roberto se refere foi algo também comentado pelos outros dois homens sujeitos da pesquisa. Tal fato, talvez indique que esses sujeitos apreciam a

oportunidade de encontrarem um lugar que alguém esteja aberto a ouvi-los, mas leva ao questionamento se esses sujeitos estariam dispostos a reconhecerem subjetivamente a sua implicação na violência.

Muszkat (2006), em trabalho com grupos de homens autores de violência, afirma que é comum justificarem a violência por fatores externos, como o comportamento da companheira ou o uso de álcool, demonstrando assim uma não implicação com a violência. “Algo como não tive culpa, fui levado por isso ou aquilo” (p.154). Nesse sentido, a autora acredita existir também a vitimização dos homens.

Quanto às estratégias de enfrentamento da violência no vínculo conjugal, podemos destacar a busca pela igreja, a participação nos estudos sobre casamento, a participação em um grupo de autoajuda para dependentes químicos. A ida à ONG, que, embora em um primeiro momento tenha se dado pela questão do filho, abriu vias ao atendimento do casal. Ambos foram atendidos em psicoterapia individual. Ele ficando por mais tempo. No que diz respeito a denúncias, nunca houve uma denúncia formal por parte de Laura contra Roberto. O casal ainda tentou se separar cerca de duas vezes, tendo durado uma semana o maior prazo de separação, o que leva a pensar que a estratégia de enfrentamento, enquanto elaboração dos conflitos e violência que vivenciam, não ocorreu neste vínculo.

Com essa última entrevista do último casal da pesquisa, a sensação é muito diferente das primeiras. Não fica mais a impressão de ir, “mexer” em uma história e “dar as costas”. Os casais parecem ter gostado de participar da pesquisa, que isso foi de algum modo importante para eles, que puderam pensar o vínculo conjugal e falar de suas dores e sofrimentos, talvez abrindo vias a alguma elaboração de conteúdos tão dolorosos.

6- AINDA SOBRE A CONJUGALIDADE

As histórias conjugais apresentadas nesta pesquisa apontaram a diversidade dos vínculos e o fato de que não há uma resposta universal para o entendimento do fenômeno analisado: a constituição e os desdobramentos do vínculo conjugal violento. Entretanto, alguns elementos serão destacados para aprofundamento da discussão dos casos em questão.

O trabalho iniciou percorrendo um caminho histórico social sobre as novas configurações amorosas, destacando a fragilidade dos vínculos em uma cultura que valoriza o descartável, o prazer imediato, a busca pela felicidade. Tal busca estende-se ao campo conjugal, e essa é uma expectativa dos casais, que a conjugalidade seja uma possibilidade de se atingir a felicidade.

Apesar de a violência conjugal atravessar os vínculos aqui estudados, foi possível verificar nos três casais pesquisados que na busca pela realização conjugal, a metáfora ser felizes juntos, foi pontuada pelos casais. Roberto e Laura esperam compreensão, carinho um do outro, que possam se entender. Maria espera que Pedro abandone as drogas, para que possam ser felizes. Helena e João, que apresentaram elevadas expectativas mútuas, “querem se acertar”, resolver seus conflitos e serem felizes. Uma felicidade há muito tempo almejada, sonhada, desde quando eram bem jovens e não puderam ficar juntos.

Observou-se que a perspectiva de mudança no vínculo conjugal é relevante nos três casais. Cada um deles, na sua diversidade, cria expectativas de mudanças no vínculo, o que pode ser entendido como um investimento psíquico no objeto amoroso e na relação conjugal. Criam, portanto, estratégias de enfrentamento para lidar com a violência vivenciada. Uma dessas estratégias diz respeito à busca de ajuda na ONG. Foi

ressaltada, pelos três casais, a importância do trabalho realizado na ONG. Tanto os homens quanto as mulheres valorizaram o espaço de acolhimento e escuta de suas demandas afetivas.

Foi também bastante valorizado o fato de a ONG receber os homens. As mulheres entrevistadas consideraram importante que seus companheiros tivessem também um espaço de fala e escuta e que estivessem dispostos a usá-lo, o que pode denotar que seus companheiros estão tentando fazer algo por elas e pela relação. Pode-se também pensar que a perspectiva da vitimização está de certa forma aí engajada. O fato de seus companheiros “estarem em tratamento” denota que eles devem se responsabilizar pela violência ocorrida. Helena afirmou em uma das conversas: “porque o homem tem que se tratar né, tem que cuidar da cabeça também...”. Associada a essa afirmação está o não reconhecimento e a não implicação das mesmas na violência conjugal, o que contribui para o processo de vitimização, que aprisiona e mantém a mulher no lugar de vítima. Maria, embora assuma que é também violenta com Pedro, coloca a violência apenas como uma reação à violência sofrida. Em seu entendimento, ser violenta tanto física quanto psicológica e verbalmente com Pedro é uma forma de se defender. Helena nega qualquer violência contra João e Laura sequer cogita essa possibilidade.

O casal Helena e João foi o único atendido na modalidade de psicoterapia de casal. Pedro iniciou atendimento psicoterápico individual, mas não pode prosseguir. Laura e Roberto, foram atendidos individualmente. Entretanto, é importante ressaltar que nenhum dos casais deu prosseguimento aos atendimentos. Verificaram-se muitas faltas dos mesmos aos atendimentos e que todos permaneceram por pouco tempo nos atendimentos, abandonando-os. Tal fato pode ser entendido como resistência a lidar

com conteúdos tão complexos e vivências tão dolorosas. Por outro lado, demonstra uma tendência à repetição no vínculo conjugal, difícil de ser manejada e rompida.

Outras estratégias de enfrentamento puderam ser observadas. Helena abriu mão do trabalho fora de casa para não contrariar João, passando a desenvolver uma atividade de trabalho que pudesse ser realizada em casa. Também assumiu o compromisso de compartilhar mais de suas decisões e manejar melhor o tempo, programando-se para que quando ele estivesse em casa pudessem passar mais tempo juntos.

Laura e Roberto lançaram mão da religiosidade, esperando encontrar na religião o amparo para lidar com seus conflitos e se fortalecerem para que as mudanças propostas pudessem ser realizadas. Maria disse que estava fazendo a sua parte, mas não especificou como, ou o que seria.

Nos três casais entrevistados a religião aparece como importante elemento, sendo vista como algo que pode fortalecer e contribuir para a mudança no vínculo conjugal. Entretanto, Maria se frustra porque Pedro não participa ativamente das atividades religiosas como ela gostaria. Helena e João são frequentes na igreja, ela, inclusive, participando de um grupo de mulheres semanalmente.

Também foi observado junto aos três casais entrevistados que a violência psicológica por parte das mulheres e homens sobressai no relacionamento. Cada qual com suas particularidades, todos tem em comum o fato de que as mulheres encontram grande dificuldade em ouvir seus companheiros, negando assim o reconhecimento de sua subjetividade. João afirmou que Helena é “autoritária e mandona”; Pedro diz que Maria “sempre tem que dar a última palavra, que quando ela começa a falar não para mais”, e Roberto aponta que Laura “não se interessa pelas coisas dele, está sempre na casa dos pais”. Ainda há queixas dos três homens sobre xingamentos, gritos e ofensas por parte de suas esposas. Uma violência cotidiana, que marca o vínculo desses casais e

se cristaliza como forma de relacionamento. Ofensas e aviltamentos que os marcam em seu narcisismo e em sua masculinidade. Além disso, ficou evidente no discurso destes homens que eles consideram que, não ser ouvido é uma forma de violência, que diz respeito ao não reconhecimento de si mesmos enquanto sujeitos, e de se sentirem anulados. Ou seja, a demanda de ser objeto de amor e reconhecimento pelo outro parece frustrada, o que produz no vínculo raiva e violência física por parte dos homens.

Quanto aos ataques verbais com relação à masculinidade dos homens, foi possível verificar, como apresentado por Muszkat (2009), que as ofensas mais penosas dizem respeito aos xingamentos “corno, chifrudo, fraco”, e a ameaças de traição. Maria e Laura se destacam nesse sentido, já Helena provoca a impotência de João ao tomar decisões a sua frente, impondo-se de maneira autoritária no vínculo, ao mostrar-se muito independente, quase como se não precisasse dele para nada.

Toda a violência do não reconhecimento e da anulação destes homens enquanto sujeitos os remete ao seu desamparo originário, de onde advém o medo da perda do objeto de amor e a falta de garantias do funcionamento psíquico, quando as ilusões não mais os protegem, conforme apontado por Freud em “*O Futuro de uma Ilusão*” (1927). Tal conceito concorda ainda com Muszkat (2009) que desenvolve o conceito de desamparo identitário. Quando os homens autores de violência não podem mais recorrer aos ideais masculinos ainda vigentes, baseados no hiperdesenvolvimento do ser, fazer, agir, eles atuam com violência.

Nos vínculos conjugais de Helena e João, Maria e Pedro e Laura e Roberto é possível verificar que há um sentimento de impotência masculina, deflagrado no vínculo conjugal. Helena, pelo exercício de uma autonomia que assustou e imobilizou João. Além disso, João se tornou o depositário das questões de Helena e de uma separação conjugal ocorrida muito recentemente. João vinha de um casamento em que

papéis masculinos e femininos eram bem definidos, e, como ele mesmo disse, quando foram viver juntos houve muita discordância com relação aos valores de ambos: “aí bateu forte, chocou”.

Maria também alimentou no vínculo a impotência de Pedro pelas ameaças constantes de traição e pelas histórias que lhe contava, o que de certa forma alimentava suas fantasias.

Laura, por seu histórico de alcoolista, envergonha Roberto, deixando-o extremamente impotente, pois mesmo criticando duramente Laura e não suportando o alcoolismo da esposa, ele não consegue ir embora, mas atua de forma bastante violenta.

Kelh. M. R. (2009), a respeito da masculinidade, afirma que a violência é o último recurso de um homem que se sente impotente. Para a autora, atualmente há uma grande dificuldade dos sujeitos para legitimarem um lugar na vida pública e social, e isso afeta profundamente os homens. Assim, quando esse homem não encontra um refúgio na família ou não se sente valorizado, isso se torna, muitas vezes, insuportável, podendo fazê-lo atuar, então, com violência.

As questões de gênero estão aqui interligadas. Os discursos dos três homens entrevistados eram compostos por falas que denotam que as mulheres não estavam cumprindo “adequadamente” suas funções “naturais”, como a de cuidarem dos filhos e resolverem os problemas da casa, ou ainda, como colocado por Roberto, a função de estar sempre pronta sexualmente para seu homem: “A gente chega em casa do trabalho, espera encontrar a mulher cheirosa, arrumada, e eu chego encontro ela já de moletom, debaixo das cobertas...”, demonstrando uma insatisfação com Laura, que não o espera “como deveria”.

Dentre as mulheres entrevistadas, Maria e Laura conhecem bem o peso da violência psicológica sofrida. Uma violência que diz respeito a ataques verbais e

ofensas à feminilidade. É comum no relacionamento de Maria e Pedro que este a denigra sua imagem de mulher. Já no relacionamento de Roberto e Laura, são comuns os aviltamentos e humilhações, os quais favorecem o processo de vitimização e impotência de Laura. Helena foi a única que não se queixou sobre violência psicológica sofrida, tendo ressaltado a violência física e o episódio do cárcere privado.

Entende-se que a violência conjugal constitui-se como um desdobramento do vínculo, desdobramento este confuso, desorganizado e caótico, para muitos casais. No primeiro casal entrevistado, Helena e João, ambos criaram desde o início do vínculo uma “cilada”, a qual se desdobrou na violência. A constituição do vínculo esteve baseada na ilusão criada e alimentada ao longo de anos, que só pôde ser vivida após muito tempo em que o casal se conhecera. Helena, mesmo insatisfeita e infeliz com o primeiro casamento, só conseguiu se separar realmente quando reencontrou João e, depois de um tempo, foi morar com ele. Assim, ele se tornou depositário de muitas questões que Helena trouxe do primeiro casamento, pois não houve tempo suficiente para elaboração do desfazimento do vínculo anterior. Baseados na crença em um amor que não pôde ser vivido no início da juventude, ambos, Helena e João, constituíram um vínculo que foi alimentado no ideal romântico de completude e perfeição. Entretanto, até que o sonho pôde ser vivido, muito do que imaginaram, fantasiaram e sonharam com relação ao outro começou a ser desconstruído com a vivência do dia-a-dia, com o outro real, com o efeito de presença. Este atua “promovendo uma situação de não coincidência e de surpresa” (Paiva, 2009, p. 231).

O ideal de completude é um ideal comum no início de todos os vínculos amorosos. Como apontado por Vilhena (1991):

Um dos fundamentos da constituição do casal é o desejo ilusório de encontrar-reencontrar o objeto capaz de dar completude narcísica, nomeada diferentemente por diferentes autores, que deverá proteger a todos da tristeza, assegurar a continuidade do eu, dar um sentido à vida (p.108).

Entretanto, no vínculo de Helena e João, tudo aconteceu de forma muito rápida: o reencontro, a separação de Helena, o casamento, processo este que precipitou a desidealização e desilusão de um com relação ao outro, abrindo vias à violência. Ainda conforme Vilhena (1991) “a experiência da realidade e a desilusão que se segue a ela podem precipitar no sujeito a cólera, ao perceber que o outro não pode atender às suas expectativas” (p.24).

Assim, no casal Helena e João, a constituição do vínculo conjugal esteve amparada nessa montagem, desdobrando em uma constituição violenta a partir do processo de desilusão e desencantamento vivido entre eles. Na conjugalidade, ao conviverem com a presença real do outro e com a nova configuração familiar recém-formada, visto que ambos tinham filhos do casamento anterior, foram muitas as surpresas e desilusões com as quais tiveram que lidar, o que abriu vias para uma dinâmica violenta da parte do casal. Ela, com seu autoritarismo, exigências e imposições. Ele que, após um ano de relação, atua com violência física. Como ele mesmo dissera: “Ela só meu ouviu o dia que eu peguei ela e dei uns tapas, aí ela me ouviu.”

Maria e Pedro, o segundo casal entrevistado, constituíram o vínculo baseados em projeções mútuas. Ela tinha quinze anos quando foi morar com Pedro, que tinha 22. Como ela mesma relata, aceitou ir morar com ele para sair de casa. Estava cansada de ver o pai bater na mãe e de também sofrer violência. Além disso, sua escolha amorosa foi por um homem que tem problemas com adicção, como seu pai tivera.

A alternativa escolhida por Maria aponta a esperança ingênua e projetiva de que no vínculo conjugal encontrasse alguém que cuidasse dela e a protegesse, cuidados que não foram oferecidos pela figura paterna. Pedro também sofrera violência por parte da mãe, além de ter convivido pouco com o pai, visto que este era extremamente ausente.

Maria e Pedro estiveram sujeitos de uma falta primordial, a do reconhecimento e do amor parental. Ele acaba escolhendo uma mulher dura, como fora sua mãe. Desde que foram morar juntos, o casal relata que Maria sempre o atacou verbalmente, e ele também a ela.

O desdobramento do vínculo é ainda marcado por questões da ordem da transgeracionalidade. Ao receberem a herança da violência, por não elaborá-la, eles a repetem no vínculo conjugal e familiar, mas Maria, diferentemente de sua mãe, passa a ser violenta com Pedro.

Ainda há o agravante de que Pedro matou o pai de Maria. Conforme pontuado por ela, “depois do que ele fez não tem como largá-lo”. A culpa é algo que fortaleceu e uniu o casal em um primeiro momento, mas parece que os manteve também unidos em um conluio de cumplicidade, sem ter como se separarem, devido ao crime ocorrido. Ele porque o cometeu e sente-se culpado, ela por sentir culpa pela morte do pai, afinal ele matara o pai para defendê-la. A ligação forte com as famílias de origem dificultou também o estabelecimento de uma identidade conjugal. Primeiro, porque este casal sofreu muitas privações de ordem material, que fizeram com que eles fossem morar juntos, por determinados períodos, com ambas as famílias de origem, o que provocou muitas interferências na vida do casal, que culminavam em brigas e violência, e segundo, pela dificuldade do próprio casal em estabelecer um corte que os ajudasse na elaboração de uma identidade de casal.

Outro agravante que favoreceu o estabelecimento de uma dinâmica conjugal violenta foi o uso de drogas por parte de Pedro. No início do relacionamento, Maria não se importava que Pedro usasse drogas. Talvez por sua imaturidade, já que era uma adolescente, parecia que tal fato não a incomodava. Entretanto, depois do nascimento dos filhos, Maria começou a cobrar que Pedro parasse com o uso. Entendia que seria

uma prova de amor se Pedro abandonasse o vício. Hoje, no vínculo conjugal, a droga representa um ataque de Pedro a Maria.

O casal construiu uma dinâmica interessante, em que ela controla o uso de drogas dele ao administrar o dinheiro da família. Quando Maria nega dinheiro a Pedro monta-se a cena para a violência. Por outro lado, esta é uma forma encontrada por Pedro para que ele mesmo controle seu uso, endereçando a ela tal responsabilidade. Deste modo, pode também atribuir à companheira sua impotência por não conseguir se livrar do vício.

A violência física foi apontada de forma contraditória nesse vínculo, como eventual e, em outro momento, colocada como sempre ocorrendo. O casal contou sobre três episódios marcantes durante quatorze anos de relacionamento. Ficou a impressão de que outras situações de violência foram amenizadas ou sequer foram entendidas como violência. Por outro lado, a violência psicológica é uma constante na vida deste casal. Ambos, Maria e Pedro, utilizam xingamentos, humilhações e depreciações. No cotidiano a violência é tão arraigada e repetitiva que muitas vezes eles parecem não nomear como violência o que vivenciam.

O terceiro casal, Laura e Roberto, ao contrário dos anteriores, é marcado por extrema violência física. Herdeiros de uma violência também vivenciada em suas famílias de origem, mostraram-se enredados em uma trama familiar de abandono afetivo e de não reconhecimento narcísico. Repetem no vínculo conjugal tais vivências.

Pode-se falar em uma escolha amorosa ocorrida a partir das faltas vivenciadas e do desamparo de ambos, que favoreceram um desdobramento do vínculo da ordem da violência, da desorganização e de certo enlouquecimento do vínculo, retratado em uma dinâmica conjugal que apresenta características de um funcionamento mental primitivo. São muitas as demandas que Laura e Roberto dirigem um ao outro, em um

funcionamento vincular empobrecido, fechado e simbiótico. As famílias de origem, desde o início da formação do vínculo do casal, são as principais fontes de contato e relacionamento dos mesmos, o que definiu sobremaneira o estabelecimento de uma identidade de casal. O que vivem é basicamente uma extensão de suas famílias de origem. Além disso, a constituição vincular é marcada por um pacto denegativo, conceito este de Kaës (2005) que os mantêm unidos por não conseguirem lidar com a impotência de não terem se constituídos sujeitos independentes.

Instalou-se nesse vínculo um ciclo repetitivo de violência-alcoolismo-violência. Muitas vezes a violência física impetrada contra Laura ocorreu quando esta estava alcoolizada. Roberto parece sentir que o alcoolismo de Laura é uma forma de atacá-lo. Só consegue reagir com violência, quando sua companheira chega em casa alcoolizada. Ela, por sua vez, diante de todas as frustrações e faltas, recorre ao álcool para lidar com toda dor e impotência.

O elemento álcool parece se fazer presente desde a constituição do vínculo. Roberto também já bebera muito com a esposa, como ele mesmo relatou, mas como ela desenvolveu uma adicção, isso se tornou um grande problema para o casal e agravou a violência no vínculo. Roberto, impotente em sua masculinidade, fragilizado em seu narcisismo, não conseguiu ir embora. Laura, na posição vitimizadora que ocupa, não conseguiu ocupar outro lugar além de vítima da vida, da família e do marido. A posição vitimizadora de Laura, ao se oferecer como objeto de aviltamento e humilhações, favoreceu o estabelecimento de um vínculo sadomasoquista que fortaleceu o lado sádico de Roberto.

Enredados em uma trama simbiótica, não puderam construir outro vínculo diferente daquele de suas heranças transgeracionais. Pode-se identificar, nos casais Laura e Roberto e Maria e Pedro, o quanto as heranças transgeracionais foram

significativas na escolha amorosa e no desdobramento vincular que levou à violência. Para Paiva (2009) a transmissão psíquica é um elemento importante na constituição do vínculo, “já que os modelos de casamento dos ancestrais acabam também sendo referência para a formação do vínculo conjugal” (p.99). Há elementos psíquicos que não puderam ser elaborados e atravessaram o vínculo de Laura e Roberto e Maria e Pedro.

O adoecimento de Laura trouxe para o casal a perspectiva de mudança, mas nenhum deles conseguiu manter seus ideais. A recaída de Laura trouxe novamente ao vínculo a desorganização e a violência. Ela, em um movimento de autopunição, resolveu interromper o tratamento da doença. A recaída reativou também o processo de desilusão amorosa diante das expectativas que tinham de mudança conjugal e de viverem uma nova vida.

Observa-se nesse processo que Roberto também se vitimiza, considerando que Laura é a responsável pelos planos de mudança deles não darem certo, afinal é ela quem “escolhe” beber. Nesse sentido, o movimento que fez, naquele e em outros momentos, é de não implicação com a situação vivenciada. Ele acreditava que estava fazendo tudo que podia para ajudar sua esposa: foram para a igreja, à ONG, iniciou psicoterapia e realizou atividades domésticas, lançando mão de um investimento psíquico que até então não lhe havia ocorrido.

O vínculo de Laura e Roberto apresenta características de um tipo de vínculo que Puget e Bereinstein (1994) chamam de gemelaridade tanática. Segundo os autores, nessa modalidade vincular “circulam desprezo, crítica, mas não podem ficar separados... A autonomia é inconcebível... Nem juntos, nem separados, mas sempre presentes um para o outro” (p.37).

Um dos objetivos deste trabalho foi analisar a relação existente entre amor e violência. Embora tal associação seja para muitos inconcebível, como nos lemas de

muitas ONGs e instituições que trabalham com este público, ousa-se questionar se o amor se faz possível em vínculos conjugais atravessados pela violência.

O filme brasileiro citado nessa pesquisa, “*Amor?*”, do diretor João Jardim, apresenta justamente esse questionamento através da exibição de relatos reais interpretados por atores e atrizes. Relatos que nomeiam como amor relações onde ocorrem as mais diversas formas de violência. Como nos casais-sujeitos pesquisados, também foi possível verificar a nomeação amor na conjugalidade formada. Helena e João falaram muitas vezes sobre o quanto se amavam. Maria, embora se mostrasse decepcionada com Pedro, afirmou que gostava muito dele, e esperava como prova de amor o abandono do uso de droga como prova do amor dele. Pedro, por sua vez, afirmou: “eu não largo dela de jeito nenhum, gosto dela demais da conta”. Foi possível observar carinho e cumplicidade entre os dois. Laura e Roberto, embora tão distanciados afetivamente, esperavam que houvesse entendimento, carinho e compreensão um pelo outro.

Na diversidade do campo amoroso, poetas, filósofos, artistas sempre tentaram definir o que é o amor. Assim como a dor quando se dá a perda do objeto amoroso. Conclui-se que esse é um campo de discussão que não se esgota por si mesmo, assim como não há uma definição universal para o que é o amor. Na singularidade e na diversidade da vida, as possibilidades e definições para o que é o amor devem-se a cada cultura, a cada tempo histórico, e mais ainda, a cada sujeito e a cada conjugalidade formada. A Psicanálise, por sua vez, abre vias ao entendimento de que no campo amoroso não há regras, não há nomeações ou definições prontas e acabadas sobre o que é o amor e sobre como se processa o amar.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar, inicialmente, a constituição do laço conjugal sob um enfoque histórico social, desde a época em que a escolha amorosa era feita pelas famílias dos parceiros até o desenvolvimento dos ideais românticos, da valorização do amor e da cumplicidade na escolha conjugal amorosa. Analisaram-se, assim, os impasses vivenciados pelos sujeitos na contemporaneidade, entre buscar laços mais sólidos ou vivenciar a fluidez dos relacionamentos. Embora haja um conflito dessa ordem, a pesquisa bibliográfica realizada apontou para sujeitos que, na atualidade, continuam alimentando ideais amorosos de constituírem uma conjugalidade, de encontrarem a felicidade no amor e de se realizarem através desta constituição.

Guardadas as significativas mudanças no campo da conjugalidade, dentre elas a possibilidade de vivenciar novas configurações amorosas e familiares, foi observado que, para os casais na contemporaneidade, continuam a ser significativos elementos como a fidelidade, satisfação sexual e amorosa e felicidade a dois. Associados a esses ideais, acrescentam-se a igualdade de gêneros e a preservação da individualidade na conjugalidade. Todos esses ideais e as elevadas expectativas de ambos os parceiros acabam por gerar conflitos e tensões no vínculo conjugal, o que pode contribuir para a violência conjugal.

Procurou-se, assim, desmitificar a noção de que no vínculo conjugal violento tais ideais não se fazem presentes discutindo a relação amor-violência, questionando se esse vínculo pode ser nomeado como um vínculo amoroso. O presente trabalho valeu-se, também, de um filme-documentário que traz esse mesmo questionamento: “*Amor?*”, do diretor João Jardim, enriqueceu a discussão ao pontuar, no discurso das “personagens” apresentadas, que a configuração amor-violência se faz possível nas relações violentas.

Nos casais entrevistados e analisados sob o enfoque da Psicanálise foi possível observar, através de seus discursos, reservadas as particularidades, que a nomeação amor foi designada, ou ao menos a expectativa de que componentes amorosos, como a compreensão, a fidelidade, o carinho e a ternura, sejam presentes no vínculo conjugal.

Investigou-se a constituição do vínculo conjugal violento e os desdobramentos deste. Além dos ideais ditados pela contemporaneidade, elementos inconscientes se fazem presentes na constituição do vínculo conjugal, demonstrando assim, que no espaço psíquico vincular se inter-relaciona o intrasubjetivo, o intersubjetivo e o transubjetivo. As primeiras relações vivenciadas no início da vida psíquica servem como protótipo da escolha amorosa, assim como, o modelo parental de ambos os parceiros e as configurações edípicas. Foi também analisado que as heranças transgeracionais, como vivências que não puderam ser elaboradas, fizeram-se presentes na escolha conjugal e no desdobramento do vínculo conjugal violento. Em dois dos três casais entrevistados as heranças psíquicas foram cruciais para a violência instalada. Inter-relacionada a essa questão, a dificuldade desses casais em formarem uma identidade conjugal revelou processos simbióticos difíceis de serem rompidos, que invadiram a dinâmica do casal de forma avassaladora.

Na dinâmica conjugal de dois dos três casais entrevistados observou-se o desamparo como elemento psíquico constituinte do vínculo, intervindo no desdobramento da conjugalidade. Identificados no desamparo, esses casais demandavam suprir faltas afetivas que diziam respeito aos primeiros anos de vida, buscando no outro o reconhecimento narcísico e subjetivo que não foi possível vivenciar nas relações parentais. Em um dos casais, se deu ainda a formação de um pacto denegativo Kaës (2005), que diz respeito ao que é negado no vínculo e traduziu a

impotência do casal em se constituírem como sujeitos autônomos e independentes, mantendo o vínculo violento.

O efeito de presença como elemento que diz respeito ao que não está inscrito previamente, mas sim às afetações que o outro provoca, também foi observado como elemento que se relaciona a violência. Seja pela presença de se ocupar uma posição autoritária e de não ouvir o outro, ou ainda, pela presença do parceiro alcoolizado ou drogado, são demandas dirigidas ao outro que não consegue lidar com essa presença de outra forma senão com violência.

No desdobramento do vínculo conjugal violento, as questões de gênero também foram evidenciadas, através da idealização de um discurso naturalista de gênero. Os homens esperavam que suas mulheres cumprissem expectativas reservadas a elas, tais como não trabalhar fora de casa, responsabilizar-se pelos filhos e problemas cotidianos de casa. Idealização também presente, quando um dos entrevistados considerou que o fato de uma mulher beber é motivo de uma vergonha ainda maior.

No discurso das mulheres a vitimização esteve presente. Com exceção de uma delas, que reconheceu ser violenta no vínculo, as outras duas entrevistadas não consideravam que o fossem, parecendo reconhecer a violência somente na atuação violenta (violência física). Por outro lado, negar a própria violência é também se posicionar em um lugar confortável, de não reconhecimento das próprias atuações no vínculo conjugal.

Como dito, observou-se neste trabalho que considerar a mulher enquanto vítima favoreceu a criação de importantes políticas públicas no sentido de proteção dessas mulheres. No entanto nota-se que, de forma paradoxal, alimentar a posição da vítima é aprisionar estas mulheres, além de favorecer a possibilidade de não implicação com a violência no vínculo.

Considera-se que reconhecer a dinâmica conjugal violenta e se implicar com ela são posturas essenciais para ambos, homens e mulheres enredados na trama conjugal violenta, sendo este reconhecimento uma possibilidade de reconfiguração do vínculo violência-amor, abrindo a possibilidade de elaboração de conteúdos tão difíceis e complexos. Elaboração que não implica necessariamente o rompimento do vínculo, embora esta possa ser uma possibilidade. Nos casais entrevistados, embora todos tenham pontuado que já pensaram no rompimento, não se percebeu essa possibilidade realmente evidenciada.

As estratégias de enfrentamento diante da violência vivenciada por esses casais podem ser consideradas precárias, visto que, dois dos três casais entrevistados estão juntos há mais de dez anos, nos quais a violência conjugal sempre se fez presente. Apenas uma denúncia formal foi feita, por uma das mulheres. A busca de ajuda profissional também demorou a acontecer para dois dos três casais entrevistados, o que demonstrou resistência em lidar com algo tão complexo. Além disso, diz também de um funcionamento vincular da ordem da repetição.

A repetição da violência, que, instalada no vínculo conjugal, muitas vezes nem é mais reconhecida como violência, parece ser um elemento que dificulta sobremaneira novas possibilidades na relação. Como na música que introduziu esse trabalho, “*Quotidiano*”, de Chico Buarque, esses casais parecem enredados numa trama repetitiva, onde a mudança parece não acontecer. Os elementos apresentados contribuíram para que esses casais permanecessem em suas histórias de amor-desamor e violência.

Realizar as entrevistas causou num primeiro momento, certo incomodo à pesquisadora, que receava “mexer” em histórias e abandonar os casais sem dar-lhes o devido suporte. Entretanto, conforme as entrevistas iam acontecendo pude perceber que,

para os casais certa demanda era formulada com as entrevistas. Os sujeitos puderam refletir sobre suas histórias, ouvirem um a outro e se questionarem sobre o vínculo. Nos três casais entrevistados, quando se deu a realização da segunda entrevista pude observar que alguma mudança havia ocorrido, seja porque estavam conseguindo conversar melhor, como foi pontuado por dois casais, ou ainda, porque uma crise havia emergido, conforme foi observado em um casal. Tal reflexão evidencia que novos sentidos foram produzidos a partir das entrevistas, o que nos leva a pensar que a clínica psicanalítica, não esteja tão distante da pesquisa, mas a ela se inter-relaciona na medida em que, produções transferenciais e contratransferências são produzidas no vínculo entrevistador-entrevistado e configuram um campo a ser pensado e trabalhado na pesquisa.

As experiências proporcionadas pela pesquisa, pelo trabalho na ONG, pelas entrevistas e por escrever esta dissertação possibilitaram o entendimento de que, no campo da conjugalidade, as possibilidades vinculativas são diversas. Os sujeitos, enredados na trama vincular inconsciente e afetados pelo contexto sociocultural, constroem vínculos atravessados pela violência, mas também por histórias de amor e dor. Amor, violência, dor, prazer são afetos possíveis no campo da conjugalidade. A Psicanálise possibilitou, ao dar voz aos sujeitos e ouvi-los na sua singularidade, o entendimento de que tal configuração vincular é possível. Isto não significa dizer que se compactua com a violência, mas que homens e mulheres enredados na trama conjugal violenta precisam sim ser ouvidos e acolhidos em suas dores e sofrimentos, de forma que se possa abrir caminho a novas possibilidades vinculares.

8- REFERÊNCIAS

- Almeida, S. S. (1998). *Femícidio: algemas (in) visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Alvarenga, L. (1996). Uma leitura psicanalítica do laço conjugal. In Féres-Carneiro, T. (Org.) *Relação amorosa, casamento separação e terapia de casal* (pp. 25-36). Rio de Janeiro: Coletâneas da ANPEPP: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em psicologia.
- Álvarez, A. M. A. (2007). Fatores de risco que favorecem a recaída do alcoolismo. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. 56 (3), (pp 188-193).
- Antunes, A. L. M. de P., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2010, Janeiro/Abril). Litígios intermináveis: uma perpetuação do vínculo conjugal? *Alethéia*, 31, (pp 199-211).
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), (pp 3-11).
- Araújo, M. F. (2003). A difícil arte da convivência conjugal: a dialética do amor e da violência. In Féres-Carneiro, T. (Org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. (pp. 278-292). Rio de Janeiro: PUC Rio Ed.
- Araújo, M. F., Martins, E. J. S., & Santos, A. L. dos. (2004). Violência de gênero e violência contra a mulher. In Araújo, M. F; Mattioli, O. C (Orgs.) *Gênero e violência*. (pp. 17-35). São Paulo: Arte e Ciência.
- Araújo, M. F. (2005). A difícil arte da violência conjugal: a dialética do amor e da violência. In Féres-Carneiro, T. (Org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. (pp.278-293). Rio de Janeiro: Editora PUC RJ.
- Ariés, P. (1985). O amor no casamento. In Ariés, P., Béjin, A. (Orgs). *Sexualidades ocidentais*. (pp.153-162). São Paulo: Brasiliense.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Bereinstein, I & Puget, J. (1994). *A Psicanálise do casal*. São Paulo: Artmed.
- Birman, J. (2000). *Mal-estar na atualidade. A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Boff, L. & Muraro, R. (2002). *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Bregio, A., Spivacow, M.A. (1997). Sobre el enamoramiento. In Puget, J. (comp) *Psicoanálises de parejas: Del amor y sus bordes*. Buenos Aires: Paidós. (pp 101-124).

Carreteiro, T. C. O. & Mattar, C. M. (2008). Marcas do amor romântico e violência conjugal uma análise a partir do sequestro do ônibus 499. *Psicologia em Revista*, 14(2), (pp 153-170).

Cecarelli, P. B. (1998). A construção da masculinidade. *Revista Percurso*, 19, (pp 49-56)

Cerruti, M. Q. (2007). *Bate-se em uma mulher: impasses da vitimização*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Costa, J. F. (1989). *Ordem médica e norma familiar*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Graal.

Costa, A.L.L.da.(2004). Drogas: pagar com a carne? *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 26, (pp. 58-63).

Cromberg, R. U. (2001). *Cena incestuosa. Abuso e violência sexual*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Chauí, M. (1982). *Cultura e Democracia*. São Paulo: Moderna.

Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In Cavalcanti, M. L. V. C., Franchetto, B., & Heilborn, M. L. (Orgs.). *Perspectivas Antropológicas da mulher* (pp 25-62). Rio de Janeiro: Zahar.

Chaves, C. J. (2003). *Contextuais e pragmáticos: os relacionamentos amorosos na pós-modernidade*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Cypel, L. R. C. (2012). Psicanálise dos vínculos de família e casal e a subjetivação do indivíduo nos dias atuais. In : Gomes, I. C., Fernandez, M. I. A., Levisky, R. B. (orgs). *Diálogos Psicanalíticos sobre família e casal*. São Paulo: Zagodoni. (pp.57-65)

Debert, G. G., Gregori, M. F. (2008). Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (66), (pp 165-211).

Diniz, N. M. F., Mendonça, R. L. L., Gesteira, S. M.dos. A., Alves, S. L. B. A., & Gomes, N. P. (2003). Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 37(2), (pp 81-88).

Eiguer, A. (1984). *La thérapie psychanalytique de couple*. Paris: Dunod.

Eiguer, A. (2012). Os vínculos intersubjetivos na família: função da identificação. In : Gomes, I. C., Fernandez, M. I. A., Levisky, R. B. (orgs). *Diálogos Psicanalíticos sobre família e casal*. São Paulo: Zagodoni. (pp.19-32).

Falcke, D., Oliveira, Z. D., Rosa, L. W. da & Bentacur, M. (2009). Violência conjugal: um fenômeno interacional. *Contextos clínicos*, 2 (02), (pp 81-90).

Filho, O. de. M. (2009). A civilização do mal-estar pela não felicidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 43 (2), (pp 183-192).

Filgueiras, M, S, T., Lisboa, A. V., Macedo, R. M. de., Paiva, F. G. de., Benfica, T. M. S., Vasquez, V. A. (2007). Avaliação psicossomática no câncer de mama: Proposta de articulação entre os níveis individual e familiar. *Estudos de Psicologia: Campinas*, 24 (4), (pp-551-560).

Fonseca, C. (2001). Ser mulher, mãe e pobre. In: Del Priore, M. (Org). *História das mulheres no Brasil*. (pp 510-553). São Paulo: Contexto, UNESP.

Frayze-Pereira, J. A. (2006). *Arte-dor inquietudes entre estética e Psicanálise*. São Paulo: Ateliê Editorial.

Fortes, I. (2009). A psicanálise face ao hedonismo contemporâneo. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, IX (04), (pp 1123-1144).

Freud, S. (1996). Moral sexual “civilizada” e doença nervosa. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908)

Freud, S. (1980). Recordar, repetir, elaborar (novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise). In *Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol 12). Rio de Janeiro: Imago. (trabalho originalmente publicado em 1914).

Freud, S. (1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)

Freud, S. (1996). Além do Princípio de Prazer. In *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vol.18). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920).

Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. In *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad. Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1927).

Freud, S. (1996). O futuro de uma ilusão. In: *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad. Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920).

Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vol.1). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).

Gomes, P. B. & Porchat, I. (2006). *Psicoterapia do casal*. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Gomes, I. C., Paiva, M. L. de C. (2003). Casamento e família no Séc XXI: possibilidade de holding? *Psicologia em Estudo*, 8 (número especial), (pp 3-9).

Gomes, I.C. (2005). Transmissão psíquica e violência conjugal: relato de caso. *Boletim de Psicologia*, LV (123). (pp.177-188).

Gomes. I. C. (2009). Famílias reconstituídas: um novo desafio para a clínica contemporânea. (pp.33-40). In Gomes, I. C. (org). *Clínica Psicanalítica de família e Casal*. São Paulo: Santos editora.

Gomes, I. C. (2012). Psicanálise de família e casal: novos constructos teóricos? (pp.48-56) In: Gomes, I. C., Fernandes, M. I. A., Levisky. R.B. (orgs). *Diálogos Psicanalíticos sobre família e casal*. São Paulo: Zagodoni.

Guerra, A. M. (2010). Psicanálise e produção científica. In Kyrillos Neto, F. & Moreira, J. O. (Org.) *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*. (pp. 130-145). Barbacena: EdUEMG.

Giddens, A. (1992). *A transformação da intimidade*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Unesp.

Gregori, M. F. (1993). *Cenas e queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra.

Grossi, M. P., Minella, L. S & Porto, R. (Orgs.). (2006). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres.

Haddad, G. (2009). *Amor e fidelidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo. Coleção Clínica Psicanalítica.

Hermann, F (2004). Pesquisa psicanalítica. *Ciência e Cultura online*, 56 (04), (pp 25-28).

Hirigoyen, M. F. (2005). *A violência no casal: da coação psicológica À agressão física*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica. *Ágora*, 6 (1), (pp 115-138).

Jablonsky, B. (2005). *Atitudes de jovens solteiros frente à família e ao casamento: novas tendências?* In Féres-Carneiro, T. Org (2005). *Família e Casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: PUC Rio. (pp 93-110).

Kaës, R (1998). Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In Eiguer. A. *A transmissão do psiquismo entre as gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica*. (pp 5-19). São Paulo: Unimarco Editora.

Kaës, R (2001). *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Original publicado em 1993).

Kaës, R. (2002). *A polifonia do sonho*. São Paulo: Ideias e letras.

Kehl, M. R. (2001). Lugares do feminino e do masculino na família. In Comparato, M.C.M., Monteiro, D. de.S.F. (2001). *A criança na contemporaneidade e a Psicanálise*. (pp.29-38).

Kehl, M. R. (2008). *Deslocamentos do Feminino*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Imago.

Laplanche e Pontalis (1996). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

Lei n.11.340, de 07 de agosto de 2006 (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; altera o código penal e a Lei de execução penal e dá outras providências, Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

Levy, L. (2009). Terapia de casal e questões contemporâneas. In Gomes, I. C. (Org.). *Clínica psicanalítica de casal e família. A interface com os estudos psicossociais*. São Paulo: Santos Editora.

Levy, L., Gomes, I. C. (2009). Casamentos e recasamentos: diferentes tempos de um encontro amoroso. *Cadernos de Psicanálise*, 26 (29), (pp 19-34).

Lipovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.

Machado, L. Z. , Magalhães, M. T. B. de. (1998). *Violência conjugal: os espelhos e as marcas*. Acessado em 15 de Maio de 2011 em www.vsites.unb.br/ics/dan/serie240empdf.pdf

Marin, I. da. S .K. (2002). *Violências*. São Paulo: Escuta. Fapesp.

Magalhães, A. S., Féres-Carneiro. T. (2003). *Conjugalidades e subjetividades contemporâneas: o parceiro como instrumento de legitimação do eu*. Anais Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Marques, T. M. (2005). *Estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, UFU, MG.

Mazeron, P. (2008). Para viver um grande amor. *Contemporânea-psicanálise e transdisciplinaridade*, 5, (pp 89-101).

Méndez, R. G., Hernandez, J. D.S. (2001). *Violencia en parejas jóvenes: análisis y prevención*. Madrid: Pirámide.

Meneses, A. B. de. (2000). *Figuras do feminino na canção de Chico Buarque*. São Paulo: Atelie editorial.

Miller, M. S. (1999). *Feridas invisíveis: abuso não físico contra mulheres*. 2ª edição. São Paulo: Summus.

Moguillansky, R. (2012). Teoria clínica vincular. In: Gomes, I. C., Fernandez, M. I. A., Levisky, R. B. (orgs). *Diálogos Psicanalíticos sobre família e casal*. São Paulo: Zagodoni. (pp.33-47)

Mizuno, C., Fraid, J.A & Cassab, L.A. (2010). *Violência contra a mulher: Por que elas simplesmente não vão embora?* Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina (pp.16-23).

Muszkat, S. (2006). *Violência e masculinidade: uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Muszkat, S (2008). *Desamparo e violência de gênero: uma formulação*. Ide Revista de Psicanálise, 31(47), (pp 125-132).

Ministério da Saúde, Brasil (2002). *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Cadernos de Atenção Básica, 08. <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd0519.pdf>

Neves, A, S. (2009). *Família no singular história no plural: a violência física de pais e mães contra filhos*. Uberlândia. Edufu.

Negreiros, T. C. de. M., Féres-Carneiro, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudo e pesquisa em psicologia*, 4 (1), (pp 34-47).

Nolasco, S. (1993). *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco.

Paiva, M. L. S. C. (2009). *A transmissão psíquica e a constituição do vínculo conjugal*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Paiva, M. L. S. C., Pennacchi, R., Thorstensen, S. (2012). Aspectos da transmissão psíquica geracional. In: Gomes, I. C., Fernandes, M. I. A., Levisky, R. B. (Orgs). *Diálogos psicanalíticos sobre família e casal*. São Paulo: Zagodoni. (pp.200-212).

Paludo, S.d.S., Koller, S. H. (2008). Toda criança tem família: criança em situação de rua também. *Psicologia e sociedade*, 20 (01), (pp 42-52).

Piva, A (Org.) (2006). *Transmissão transgeracional e a clínica vincular*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Puget, J., Bereinstein, I (1994). *A Psicanálise do casal*. São Paulo: Artmed.

Puget, J. (2012). Transferência, contratransferência e interferência. (pp.85-94). In: In: Gomes, I. C., Fernandes, M. I. A., Levisky, R.B. (orgs). *Diálogos Psicanalíticos sobre família e casal*. São Paulo: Zagodoni.

Puthin, S. R., Azevedo, R. G. R. (2009). *Violência de gênero e conflitualidade nos julgados de violência doméstica e familiar contra a mulher*. Anais XV Encontro Nacional da Abrapso. Maceió, Al, Brasil.

http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/208.%20viol%Cancia%20de%20g%CAnero%20e%20conflitualidade.pdf

Ramos, M. E. & Oltramari, L. C (2009). Atividade reflexiva com mulheres que sofreram violência doméstica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), (pp 418-427).

Roudinesco, E. (2002). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Saffioti, H.I.B., Munhoz-Vargas, M. (org), (1994). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos – Nipas/Unicef (pp 151-185).

Saffioti, H.I.B. (1997). No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atua. In: F, R. Madeira (org). *Quem mandou nascer mulher*. São Paulo: rosa dos tempos, (pp 134-211).

Saffioti, H. I. B. (1989). A síndrome do pequeno poder. In Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. de. A. (Orgs.). *Crianças vítimas: a síndrome do pequeno poder*. (pp.13-21). São Paulo: Iglu.

Saffioti, H, I, B. (2005). Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In M. C., Martin & Oliveira, S. de. (Org.). *Marcadas a ferro*. (pp 35-74). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

Savietto, B. B., Cardoso, M. R. (2006). Adolescência: ato e atualidade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 6, I, (pp 15-43).

Severo, A. de F. (2007). Violência e vincularidade: o jogo das diferenças e o sujeito como efeito do poder. *Contemporânea Psicanálise e Transdisciplinaridade*, 2, (pp169-184).

Silva, M. L. D., Becker, P. S. P. (2006). A transmissão do não representado – o trabalho do negativo. In Piva, A e cols. *Transmissão transgeracional e a clínica do vincular*. Casa do Psicólogo (pp 97-120).

Soares, B. M. (1999). *Mulheres invisíveis. Violência conjugal e novas políticas de segurança*. R. J: Civilização Brasileira.

Souza, L. de., Alvim, S. F. (2005). Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicologia Teoria e Prática*, 7(2), (171-206).

SOS Ação Mulher Família de Uberlândia. (2012). *Guia de orientação e apoio pela não violência conjugal e intrafamiliar*.

Suassuna, H.(2008). *Métodos e técnicas de pesquisa: tipos de pesquisa e técnicas de investigação científica*. Universidade de Brasília.

Torossian, S. D.(2004). De qual cura falamos? Relendo conceitos. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 26, (pp 09-15).

Vieira, E. D & Stengel, M. (2011). Os nós do individualismo e da conjugalidade na pós-modernidade. *Revista Alethéia*, 32, (pp 147-160).

Vilhena, J. de.(Org) (1991). *Escutando a família: uma abordagem psicanalítica*. RJ: Relumé Dumará.

Wang, M-L., Jablonski, B & Magalhães, A. S. (2006). Identidades masculinas: limites e possibilidades. *Psicologia em Revista*, 12, 19, (pp 54-65).

Weismann, L. (2008). *Famílias monoparentais: um olhar psicanalítico*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Weismann, L. (2009). Alteridade - uma possibilidade no casal. In Gomes, I. C. (Org.) *Clínica psicanalítica de família e casal. As interfaces com os estudos psicossociais*. (pp. 231-241). São Paulo: Santos Editora.

Winnicott, D. (2008). *A família e o desenvolvimento individual*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes.

Zago, A. V. (2009). Mulheres que escolhem o presidiário como parceiro amoroso – uma formação de casal específica. In Gomes, I. C. (Org.). *Clínica psicanalítica de casal e família. A interface com os estudos psicossociais*. (pp 109-128). São Paulo: Santos Editora.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

MODELO

Você está sendo convidados (a) para participar da pesquisa intitulada *Todo Dia Eles Fazem Tudo Sempre Igual: A Constituição da Violência na Conjugalidade*, sob a responsabilidade dos pesquisadores **Andrezza Sisoneto Ferreira Dias e Anamaria Silva Neves**.

Nesta pesquisa nós estamos buscando entender questões relacionadas ao vínculo conjugal, tais como, as crises, conflitos e a violência conjugal, atentando para os recursos do casal para lidar com tal fenômeno. Queremos também compreender sobre os serviços de atendimento à mulher e as políticas públicas para homens e casais.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Andrezza Sisoneto Ferreira Dias e será entregue ao participante antes do início da primeira entrevista.

Na sua participação você será convidado a contar sobre o seu relacionamento conjugal e a situação de conflito e violência vivenciada. Serão realizadas cerca de duas a três entrevistas. As entrevistas serão gravadas e após as transcrições das mesmas o conteúdo será desagregado.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em questões emocionais serem mobilizadas durante as entrevistas. Os benefícios serão indiretos com relação aos resultados da pesquisa. Você poderá estar colaborando no conhecimento de pesquisadores que estudam a questão da violência e, ser influência em políticas públicas para mulheres e homens que vivenciam a situação de violência conjugal.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com:

Anamaria Silva Neves-orientadora da pesquisa

Andrezza Sisoneto Ferreira Dias-Pesquisadora

Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia
Av. Pará nº1720 – 3218-2235

Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131

Uberlândia, de 20.....

Anamaria Silva Neves

Andrezza Siskoneto Ferreira Dias

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa



Universidade Federal de Uberlândia
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP
Av. João Naves de Ávila, nº 2121 - Bloco A - sala 224 - Campus Santa Mônica - Uberlândia-MG -
CEP 38408-144 - FONE/FAX (34) 3239-4131

ANÁLISE FINAL Nº 717/11 DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA PARA O PROTOCOLO REGISTRO CEP/UFU
253/11

Projeto Pesquisa: "Todo dia eles fazem tudo sempre igual: a constituição da violência na conjugalidade".

Pesquisador Responsável: Anamaria Silva Neves

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

O CEP/UFU lembra que:

a- segundo a Resolução 196/96, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.

b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.

c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução 196/96/CNS, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Data de Entrega de Relatório Final: **dezembro de 2012.**

SITUAÇÃO: PROTOCOLO APROVADO

OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

Uberlândia, 04 de novembro de 2011.

Profa. Dra. Sandra Terezinha de Farias Furtado
Coordenadora do CEP/UFU